



Revista MEB
de Educação Popular



meb
Movimento de
Educação de Base

Volume 2, número 2 (outubro / 2022)



Educar para a
Democracia



Dialogando sobre o
Saber, viver e lutar.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB
SCS Quadra 3 Bloco A Nº 79 Brasília-DF CEP: 70303-000

Revista MEB de Educação Popular

Telefone: (61) 3225-2999

E-mail: revista@meb.org.br

Website: www.meb.org.br/revistameb

Periodicidade

Anual

Idioma

Português

Corpo Editorial

Ir. Delci Maria Franzen (DF)	Editora-chefe
Ir. Cláudia Chesini (DF)	Editora-executiva
Cícero Ferreira de Albuquerque (AL)	Conselho Editorial
Elinete Pereira dos Santos (BA)	Conselho Editorial
Pe. Gabriele Cipriani (DF)	Conselho Editorial
Ubirajara José Augusto (DF)	Conselho Editorial
Leonardo Cavalcanti (DF)	Conselho Editorial
Ir. Jorge de Paula (PI)	Conselho Editorial

Revisão ortográfica

Renato Thiel

Projeto gráfico e diagramação

Lavínia Design

Ilustração da Capa

LILA Ilustrador (Campina Grande - PB)

Nota editorial: As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade de seus respectivos autores e não expressam necessariamente o ponto de vista do conselho editorial da Revista MEB de Educação Popular. Correções ortográficas e gramaticais são de responsabilidade dos autores.

EDITORIAL 5**ARTIGOS**

A contribuição da educação popular na construção da democracia (Dr. Luiz Síveres) **8**

Fraternidade e democracia: de Paulo Freire ao Papa Francisco (Nilo Agostini) **18**

Educar para a democracia: projetos de educação popular como alternativa (José Antonio Boareto) **28**

“Viver é lutar”. O discurso de resistência no Movimento de Educação de Base (Francisco Tenório da Silva / Maria do Socorro de Aguiar Oliveira Cavalcante) ... **39**

Sen y el desarrollo de la libertad (Humberto Herrera Contreras) **50**

DEPOIMENTOS

O que dizem educando e educadores do Projeto MEB ProAja-PI **56**

ENTREVISTAS

A gestão pedagógica no contexto das ações educativas do MEB em consonância com os princípios da formação integral, da inserção social e da cidadania (Maria de Lourdes de Almeida Silva) **58**

Re-encantar a democracia é possível (José Ivo Follmann) **65**

SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIA

Sistematização da experiência realizada pelo MEB, UnB, UEPB, UFAL, UCB - Colóquio Cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra (Elinete Pereira dos Santos) **74**

RESENHA

Católicos radicais? Sim. Católicos radicais? Não. (Gabriele Cipriani) **89**

CULTURA POPULAR

Vaqueirada Corrente Cajueiro **93**

O começo de tudo **94**

O tema de capa deste segundo número da Revista MEB de Educação Popular é **Educar para a Democracia**. Trata-se, sem dúvida, de um instrumento formativo e mobilizador em torno de uma temática de grande relevância nos tempos atuais. A crise de governo e a crise social alimentam o interesse sobre a atuação das instituições democráticas e as possibilidades de defendê-las e melhorá-las. Respeito à Constituição democrática, autonomia dos poderes e regras de comportamento, programas de governo claros com prioridades sociais voltadas ao bem comum, relação entre democracia e cidadania e a educação para a participação eleitoral consciente em um contexto caracterizado pela pobreza e a falta de equidade social que reduzem a participação política, são temas de debate e de dúvidas na ordem do dia. Como eleger parlamentares e governantes representativos das diversas tendências de opinião presentes na sociedade e sensíveis às necessidades do povo, superando o simples partidarismo? Como melhorar o controle democrático, a democracia direta e os instrumentos de participação popular? O MEB quer dar sua contribuição a esta reflexão para discernir percursos do agir democrático por meio da educação popular.

Os autores convidados a intervir neste número da Revista aceitaram o desafio de discutir a problemática da democracia sob diferentes aspectos, contribuindo para enriquecer os debates que atualmente apaixonam estudiosos na maioria dos países democráticos, abrindo perspectivas de educação para a democracia e apresentando dicas para a educação popular.

O Dr. Luiz Síveres, a partir da percepção de uma sociedade fortemente identificada pelo individualismo, pela massificação e pela desigualdade social, propõe caminhos formativos que vinculam o desenvolvimento intelectual e a prática comunitária aos princípios democráticos de cooperação, coexistência e justiça social e articulam o protagonismo pessoal e social, a dinâmica estrutural e ambiental, a dimensão local e global.

Nilo Agostini estuda a convergência entre fraternidade e democracia, tendo presente a liberdade e a igualdade como fundamentos para a vida democrática. Faz isso confrontando e somando Paulo Freire e Papa Francisco, “profetas destemidos que olham para o amanhã com os pés no chão. Pensam a vida desde os condenados da terra ou esfarrapados do mundo, desde os abandonados e excluídos”. Ambos, Paulo Freire e Papa Francisco, são mestres de educação para a democracia na fraternidade que precisa de ação constante e, por isso conclui com São Francisco de Assis: “Comecemos, irmãos, pois até agora pouco ou nada fizemos” (SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1983, 1Celano, n. 103).

José Antonio Boareto, dialogando com Paulo Freire, questiona a aplicação da “necropolítica” em um contexto deteriorado da demo-

cracia brasileira e, chamando de volta o conteúdo da recente Campanha da Fraternidade Ecumênica, provoca a educação escolar a seguir o ritmo dos projetos de educação popular que, como práticas políticas, podem ocorrer a partir da escola pública enquanto centro aberto à comunidade e capaz de favorecer uma maior participação e promoção de uma cultura de solidariedade responsável.

Por meio de uma precisa análise do discurso, baseada em Michel Pêcheux, os autores Francisco Tenório da Silva e Maria do Socorro de Aguiar Oliveira Cavalcante revisitam a Cartilha Viver é Lutar, expressão original da concepção educacional do MEB. Nessa análise identificam textos de denúncias sobre a realidade desumana do trabalhador rural, tais como a fome, a pobreza, a luta pela sobrevivência e a luta pelos direitos políticos. Promovendo uma educação libertadora, o sujeito trabalhador torna-se consciente das formas de dominação da classe dominante e cria estratégias de resistência.

Humberto Herrera Contreras discute a contribuição de Amartya Sen para a elaboração de um modelo alternativo de capitalismo que desvincule o ser humano da função de valor agregado à produção e ao mercado e lhe devolve a liberdade de usar suas capacidades, alcançar transformações sociais profundas e reduzir as desigualdades gritantes do modelo capitalista. A saúde das democracias depende da superação do domínio das relações de mercado, do reconhecimento do valor da liberdade e o desenvolvimento das capacidades das pessoas de resolver as necessidades básicas por meio da expansão da educação de base e o incremento das oportunidades sociais para os pobres do mundo.

A entrevista com Maria de Lourdes de Almeida Silva, atualmente ativa também na coordenação pedagógica de um dos projetos do MEB no estado do Piauí, traz à tona a discussão sobre as políticas públicas voltadas à educação, a partir da luta do MEB para superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora. Diante da dura realidade em que cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos, permanecem ainda sem a positivação do direito básico que diz respeito ao aprender a ler e a escrever, a definição do próprio projeto de país precisa estar calcada nos princípios da participação cidadã, no respeito à pluralidade de pensamento, nos Direitos Humanos, sendo esses alguns dos princípios que potencializam a democracia.

José Ivo Follmann, em entrevista, foca no amplo debate que brota da realidade atual com relação ao tema e à prática da democracia. As desigualdades sociais, que são históricas e sempre mais escandalosas no Brasil, denunciam o uso perverso da democracia e apelam por seu (re)encantamento. Tensões antagônicas se manifestam nas sociedades democráticas, ainda mais, dentro de sociedades, como a nossa, que são escandalosamente marcadas

pela desigualdade. O que de fato impera é o distanciamento entre o “mundo dos políticos” e o “mundo da sociedade civil” que clama pela participação.

Elinete Pereira dos Santos sistematiza o Colóquio Cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra, proposto pela Universidade de Brasília (UnB) ao Movimento de Educação de Base – MEB, e às instituições de ensino superior UCB, UEPB e UFAL. Observa e registra a qualidade do processo vivenciado por esse grupo de sujeitos sociais inseridos em um processo de luta pelo fortalecimento da garantia de direitos e da cidadania plena, no contexto dos desafios extraordinários da pandemia da Covid-19 e da Campanha lançada pelo grupo do CEAAL por ocasião do centenário do nascimento de Paulo Freire. O MEB participou intensamente em ambos os eventos: o Colóquio e a Campanha Centenário Paulo Freire.

Gabriele Cipriani convida a revisitar a história das origens do MEB pela resenha da obra de Emanuel de Kadt, *Católicos Radicais no Brasil*. O momento atual, com a crise das democracias e aparição de populismos e autocracias de vários tipos, nos proporciona uma leitura questionadora não somente sobre as opções dos católicos radicais daqueles anos, mas chamam a nossa atenção sobre o compromisso social e os posicionamentos políticos dos católicos hoje.

Dom Juarez Sousa da Silva, Bispo de Parnaíba/PI, abre a sessão de depoimentos e testemunhos, juntamente com um grupo de educadores e educandos que participaram do Programam ProAja/PI ao longo de 2022, trazendo a sua experiência e o seu aprendizado.

Por fim, o espaço da arte e cultura nos presenteia com relatos e poemas sobre a importância da cultura popular no processo educativo comunitário de jovens e adultos.

Com 62 anos de história na educação de base, o MEB reafirma o seu compromisso com a democracia e segue defendendo este legado conquistado pela Constituição Federal de 1988 e garantido pela participação popular.

Manifestamos o agradecimento a todos e todas pela colaboração na edição da Revista MEB de Educação Popular e desejamos que a sua divulgação contribua para o aprofundamento da consciência política e a participação popular na solidificação da democracia em nosso país.

Ir. Delci Maria Franzen
Secretaria Executiva
do Movimento de Educação
de Base – MEB

A contribuição da educação popular na construção da democracia

Dr. Luiz Síveres¹

RESUMO: A democracia é um princípio constitucional que compreende um regime de governo no qual todos os cidadãos são protagonistas, por meio do exercício pleno de sua cidadania. Por isso a Constituição Federal do Brasil de 1988 declara no primeiro parágrafo, que "o poder emana do povo", manifestando que o povo é o detentor do poder e que o governo apenas representa a vontade popular. Nesse preâmbulo também está inserida a educação popular que deseja e precisa vivenciar a democracia, seja pela sua participação ou representação, considerando as potencialidades populares, bem como as necessidades dessa classe social. Com o objetivo de garantir tal procedimento, a democracia no contexto popular deveria estar assentada, dentre outros, sob os pressupostos da cooperação, da coexistência e da justiça e, em decorrência disso, desenvolver uma educação popular que pudesse valorizar a subjetividade reflexiva e a prática transformadora para contribuir com a construção da democracia.

Palavras-chave: Democracia. Educação popular. Cooperação. Coexistência. Justiça.

RESUMEN: La democracia es un principio constitucional que comprende un régimen de gobierno, en el cual todos los ciudadanos son protagonistas, por medio del ejercicio pleno de su ciudadanía. Es por ello que la Constitución Federal de Brasil, de 1988, declara en el primer párrafo, que "el poder emana del pueblo", manifestando que el pueblo es el detentor del poder y que el gobierno apenas representa la voluntad popular. En este preámbulo está inserta, también, la educación popular que desea y precisa vivenciar la democracia, sea por su participación o representación, considerando las potencialidades

populares, bien como, las necesidades de esa clase social. Con el objetivo de garantizar tal procedimiento, la democracia en el contexto popular, debiera estar asentada, entre otros, sobre los presupuestos de la cooperación, de la coexistencia y de la justicia social y, en recurrencia de eso, desarrollar una educación popular que pudiese valorar la subjetividad reflexiva y la práctica transformadora para contribuir con la construcción de la democracia.

Palabras clave: Democracia. Educación popular. Cooperación. Coexistencia. Justicia.

Introdução

Educar para a democracia se torna, na conjuntura atual, um desafio para todos aqueles que se dispõem a vivenciar processos políticos, econômicos e culturais pautados, principalmente, nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, e tal pressuposto se constitui numa exigência ainda maior para aqueles que são protagonistas e construtores da democracia, em contextos da educação popular.

A educação para a democracia pode ser realizada em distintos níveis educacionais e, geralmente, atribui-se às instituições formais, como as escolas, universidades ou centros de pesquisa, tal responsabilidade. Porém, é desejável que nos ambientes mais nucleares, como a família, a comunidade ou a organização social, se possa, também, exercitar processos e formular procedimentos democráticos.

Nessa perspectiva é que se pode compreender a missão do Movimento de Educação de Base – MEB, que, desde o período fundacional e até os dias atuais, tem se dedicado à educação popular e, agora, como momento reflexivo de sua prática, deseja contribuir com a construção da democracia, por meio da práxis, articulando a vivência do cotidiano e a consciência transformadora, por meio do exercício da cidadania.

¹ Pós-doutorado em Educação e Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Professor e pesquisador permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica de Brasília. Líder do Grupo de Pesquisa no CNPq: Diálogo - um processo pedagógico transversal e Pesquisador Produtividade (PQ2).

Assim, este artigo tem por objetivo compreender algumas tendências do mundo contemporâneo que impactam fortemente nos processos democráticos; fundamentar alguns princípios que poderiam sustentar uma democracia com as características da cooperação, da coexistência e da justiça social; e, sugerir procedimentos para que a educação popular possa constituir-se num espaço democrático e num processo de construção da democracia, no limiar deste novo século.

1 Tendências contemporâneas

Embora a humanidade esteja imersa numa crise de percepção da realidade, porque ela está se revelando, cada vez mais, confusa e conflitante, é possível visualizar uma pluralidade de tensões que reforçam uma configuração pautada no fortalecimento dos nacionalismos e imperialismos, nos desequilíbrios econômicos e ecológicos, nas manipulações políticas e religiosas, ou na instrumentalização do poder para a promoção de guerras, em detrimento de uma cultura de paz.

Essas tendências estão se fortalecendo, continuamente, e a razão disso estaria pautada em distintos procedimentos conjunturais, a exemplo da dinâmica pessoal do individualismo, no dinamismo social da massificação e na dominação estrutural que gera a desigualdade econômica, cultural e social. Tais percepções podem ser apreendidas do contexto global, mas podem ser compreendidas, também, com a percepção de alguns intérpretes do cenário contemporâneo e que ajudam a entender, um pouco melhor, a realidade contemporânea que afeta, direta ou indiretamente, o exercício da democracia.

Portanto, inúmeros olhares poderiam ser direcionados para perceber as tendências da realidade contemporânea, porém, para a confecção do arcabouço desta reflexão, serão analisados o individualismo, a massificação e a desigualdade sociocultural.

1.1 Individualismo

Uma primeira aproximação poderia ser feita com a ajuda de Harari, que na introdução da obra “21 lições para o século 21”, assim se expressa: “Num mundo inundado de informações irrelevantes, clareza é poder” (2018, p. 11). Por isso, uma primeira disposição

é ter clareza no olhar para, então, exercitar a lucidez da percepção da realidade, tendo em vista a transformação das relações pessoais e das estruturas sociais.

Nesse sentido, a obra de Harari (2018) é antecedida por outras duas: *Sapiens*, que recupera o passado da evolução humana, desenvolvida pela insignificância de um macaco, e de *Homo Deus*, que projeta o futuro da condição humana, na qual os humanos se tornarão deuses. Entre o passado da macaque e o futuro da divinização, as lições para este século estariam revelando duas tendências, ou seja, o dinamismo da inteligência artificial, desenvolvida pelos algoritmos e a dinâmica da biotecnologia, assegurada pelas engenharias.

Esses dois vetores proporcionaram inúmeros avanços tecnológicos e criaram uma rede de conexões, elevando o nível de contatos pessoais e instrumentais. Porém, esse mesmo fenômeno, segundo Harari, está criando um paradoxo existencial, no sentido de que “as pessoas vivem vidas cada vez mais solitárias num planeta cada vez mais conectado” (2018, p. 117). A solidão pessoal é um fenômeno, portanto, que estaria afetando grande parte da humanidade, aspecto que estaria se transformando, em decorrência, na expressão de um individualismo cada vez mais acentuado.

A solidão é decorrente, no entanto, de um processo de isolamento, apesar das infinitas possibilidades de conexão, e o individualismo é resultado de um procedimento, independente das oportunidades relacionais, do egoísmo pessoal e social. Portanto, as energias da sociedade contemporânea estão sendo potencializadas para favorecer o individualismo, com uma dose acentuada de egoísmo.

Além dessa configuração mais pessoal, é necessário perceber que esse fenômeno afeta todos os sistemas sociais, a ponto de Harari afirmar que “toda a riqueza e todo o poder do mundo poderiam se concentrar nas mãos de uma minúscula elite, enquanto a maior parte do povo sofreria, não de exploração, mas de algo pior – irrelevância” (2018, p. 101). Nesse caso, o egoísmo, além de privilegiar um pequeno grupo social, estaria tornando irrelevante a maior parte da população.

Nesse caso, vivemos e convivemos com pessoas e sistemas individualizados e egocêntricos, aspectos que comprometem o exercício da democracia, porque ela é decorrente de uma dinâmica coletiva e de um desempenho cooperativo. Por isso, diante dessa disposição é oportuno perguntar: é possível desenvolver a democracia em contextos demarcados pelo indivi-

dualismo e com fortes expressões de egoísmo, seja ele pessoal ou social?

1.2 Massificação

Outra tendência, muito evidente na história contemporânea, é a massificação da população, capitaneada pelos meios digitais. A esse fenômeno Han (2018) define de enxame, que seria a expressão de uma massa extremamente fugidia e dispersa e, portanto, faltando a ela um centro de gravitação. Os indivíduos, considerados abelhas de um enxame, embora estejam juntos, não formam um conjunto e não criam um vínculo relacional.

Essa diretriz massificadora seria decorrente das tecnologias e, por isso, formar-se-ia um enxame digital, no qual não habitaria nenhuma alma. Conforme Harari, “a alma é aglomerante e unificante. O enxame digital consiste em indivíduos singularizados” (2018, p. 27). Dessa forma, os indivíduos singularizados se fundem em novos enxames, ao toque digital de cada nova solicitação, perdendo, assim, o caráter subjetivo da alma e se transformando em pessoas anônimas, sem interioridade e sem espírito.

Nesse contexto de fluidez e de superficialidade, da mesma maneira que formam um enxame, dissolvem-se e buscam, novamente, novos apelos para migrar para um outro enxame. A esse procedimento Han (2018) define de efemeridade, pelo fato de não desenvolverem nenhuma energia política e apenas se conectarem a outras singularidades. E, de acordo com o autor, “o *socius* [“social”] dá lugar ao *solus* [“sozinho”]. Não a multidão, mas sim a *solidão* caracteriza a construção social atual” (2018, p. 33), fato esse que possibilita a desintegração de todas as formas de vínculos pessoais e de dinâmicas comunitárias, fazendo avançar a privatização e comprometendo a política do bem comum.

Uma das formas mais expressivas para se construir um projeto político é por meio da democracia, porém, segundo Han, “no universo puntiforme digital, todas as grandezas fixas se dissolvem” (2018, p. 83). Por essa razão, a democracia que sempre foi uma referência para a civilização humana, começa a manifestar as suas fragilidades e suas contradições, pelo fato de que a configuração do enxame se sobrepôs ao exercício coletivo da cidadania.

Além da limitação do exercício da cidadania, Han afirma que “na *ágora* digital, onde local de eleição e

mercado, *polis* e economia se tornam o mesmo, eleitores se comportam como consumidores” (2018, p. 118). Portanto, o perfil de consumidores passivos, resultante das informações digitais, estaria transformando os sujeitos políticos num enxame digital que estaria se locomovendo, constantemente, em direção a um novo posto de abastecimento, no qual se praticaria uma nova pulsão consumidora.

Por essa razão, conforme Han (2018), a dinâmica digital seria uma máquina narcisista que estaria levando a humanidade a viajar pelo mundo inteiro sem chegar a uma experiência significativa. E, nesse sentido, tudo se resume a um quantitativo de informações, em detrimento de um qualitativo de sentidos, favorecendo um estágio progressivo de depressão, no qual cada um vai se afogando em si mesmo, enquanto vai surfando num oceano de informações.

Diante dessa analogia, isto é, do significado do enxame digital, pelo qual a humanidade se torna, cada vez mais efêmera e na qual a depressão é uma tendência acentuada, como acreditar num processo democrático mais participativo e significativo?

1.3 Desigualdade

Uma terceira tendência que afeta, principalmente, o exercício democrático na sociedade brasileira, é a constante e crescente desigualdade social. Historicamente, segundo Jessé de Sousa (2017), reproduzimos sob as máscaras da modernidade o mesmo ódio e desprezo às classes populares, que antes eram devotados ao escravo, e tal narrativa foi construída e difundida, também, pelos intelectuais brasileiros, muitas vezes, a serviço da pequena e ardorosa elite brasileira.

Essa elite, associada a alguns setores da classe média, forma um bloco antipopular que se posiciona contra qualquer política que poderia diminuir a distância entre as classes sociais. Tal argumento já foi explicitado pelos intérpretes do Brasil, a exemplo de Sérgio Buarque de Holanda, que percebeu que as raízes do Brasil continuam enraizadas na cultura escravocrata, bem como, na percepção de Gilberto Freyre, que fez uma analogia do povo brasileiro, por meio da configuração da Casa-Grande e Senzala. E, na continuidade desses axiomas e na contextualização desse paradoxo, Souza (2017) é enfático ao afirmar que as raízes da desigualdade brasileira não estão na herança de um Estado corrupto, mas na escravidão, que é histórica e estrutural.

Para manter esse projeto escravista é necessário compreender a dinâmica das classes, sem a qual, segundo Souza, iremos legitimar “a meritocracia individual do indivíduo competitivo” (2017, p. 85). Por isso, a percepção de classe, segundo o autor, não é apenas econômica, mas se configura como um fenômeno sociocultural, perpassando todos os segmentos sociais, desde o projeto familiar até o percurso profissional. Por isso, as classes populares brasileiras não foram abandonadas, mas humilhadas e enganadas por uma classe privilegiada que se alimenta do acesso a todas as formas de capital, seja ele econômico, cultural ou social. Portanto, o monopólio dessa trilogia do capital legitima o privilégio da classe social dominante e que, por sua vez, é a raiz da desigualdade econômica, cultural e social, respectivamente.

Sob essa perspectiva, a sociedade brasileira continua a reproduzir um projeto escravocrata, sustentado por uma elite que foi sendo produzida por fenômenos socioculturais e para manter seus privilégios, que são muitos e com base na disposição de poucos recursos, exclui a maioria do povo de qualquer benefício, legitimando a configuração de um país com índices alarmantes de desigualdade social.

Na analogia da casa-grande e da senzala, prevalece o privilégio de uma pequena elite sociocultural, em detrimento de uma imensa massa humana que, diante das enormes injustiças sociais, encontra-se num estágio aprofundado de desencantamento pessoal e social. Portanto, nesse contexto da desigualdade social, como desenvolver um processo democrático mais equitativo e mais justo?

Enfim, as tendências contemporâneas estão enraizadas na cultura brasileira e a ela se poderia inserir outras, porém, as que foram indicadas expressam que a dinâmica social estaria fortemente sinalizada pela irrelevância, pela efemeridade e pelo desencantamento, aspectos que exigem, por sua vez, um projeto pautado em princípios democráticos.

2 Princípios democráticos

No contexto de uma dinâmica que viola os direitos individuais, que acentua os níveis de desigualdade social e que atrofia o exercício da cidadania planetária, a democracia deveria retomar o princípio subjetivo de restaurar a dignidade de cada ser humano, fortalecer a estratégia social da igualdade social e potencializar

as distintas formas de cidadania cosmopolita, seja por meio da democracia representativa, participativa ou cooperativa.

Por isso, num estado republicano, orientado por uma política do bem comum, a democracia é um direito e um dever de todo o cidadão, e um princípio e uma estratégia de todo o sistema social. Nesse sentido, a democracia é compreendida como a soberania do povo e, portanto, não se confunde com uma ideologia e não representa apenas um governo ou um partido político. Tal soberania não pode ser apenas uma teoria ou uma demagogia, mas precisa ser, de fato, a energia potencializadora do conjunto da população para o bem comum.

Porém, mesmo no espaço originário da democracia, somente uma minoria de atenienses podia exercer cargos públicos, excluindo-se, dessa forma, os escravos, as mulheres e os estrangeiros. Isso revela, historicamente, que a democracia foi, de forma majoritária, uma concessão ao povo, controlada pela oligarquia, fato que levou Comparato a afirmar que, “Nos regimes ditos democráticos, o mundo moderno criou um arranjo heterodoxo: o povo, embora proclamado soberano oficial, é na prática despido de todos os poderes ativos” (2006, p. 640). Com base nessa afirmação, conforme o autor, esse procedimento se fortaleceu, na democracia moderna, por meio do sistema oligárquico, que é a soberania dos ricos.

Esse argumento se presta, de forma muito peculiar, à história da democracia brasileira, porque, segundo Comparato, a soberania do povo está sempre sob o domínio de uma pequena elite, que são “os grandes responsáveis pelo estado de penúria, ausência de instrução ou mesmo a aberrante miserabilidade, em que se encontra uma grande parcela, senão a maioria do povo” (2006, p. 660). Portanto, mesmo sob o manto da soberania democrática, o povo brasileiro é regido por uma plutocracia, isto é, dirigido por uma elite minoritária que mantém a maioria da população à margem dos benefícios, que seriam inerentes a um estado democrático de direito.

Diante desse desafio, que é histórico e sistêmico, inúmeras sugestões poderiam ser indicadas, como mediações apropriadas para a construção da democracia, porém, considerando a tendência do individualismo poderia se sugerir a relevância da cooperação, na compreensão da massificação se poderia indicar a coexistência, e diante da apreensão da desigualdade social se poderia recomendar a justiça social.

2.1 A cooperação como parceria

O cenário da civilização, no limiar do terceiro milênio, está fortemente demarcado pelas competições econômica, política e cultural. E os resultados desse enfoque competitivo podem ser visualizados pela concentração de bens nas mãos de uma pequena minoria, em detrimento de uma exclusão social sem precedentes da maioria; pela polarização ideológica que inibe qualquer possibilidade de diálogo ou de aliança estratégica; pelos contextos de intensas diásporas espalhadas pelo planeta; e, pela dominação de uma instrumentalidade tecnológica que potencializa a dominação sobre culturas e países periféricos. Enfim, a humanidade vive e convive numa cultura de competição que se manifesta pela apropriação, concentração e dominação de pessoas, de bens e de serviços para atender às necessidades de uma individualidade egoísta.

Diante dessa tendência, que poderia ser acrescida de outros vetores, muitas iniciativas estão sendo indicadas e muitos teóricos estão se perguntando pelas opções que a humanidade teria para, minimamente, reverter esse processo exagerado de exclusão, submissão e dominação. Apenas como indicação sugestiva, é recomendado retomar a proposta de Riane Eisler que, em seu livro “O cálice e a espada”, estabelece uma análise dos processos de competição e indica para a necessidade de cooperação, porque na medida em que forem dadas “novas estruturas à política, à economia, à ciência e à espiritualidade, poderemos caminhar para um mundo de parcerias” (2007, p. 38), porque essa é a nossa história e o futuro da humanidade.

Sob a inspiração dessa figura simbólica, Eisler (2007) identificou os períodos históricos demarcados pela espada, que foram majoritários nos últimos séculos e tais contextos foram definidos pela cultura patriarcal, pela dominação violenta e pela hierarquização das relações, desencadeando o fortalecimento de uma cultura de violência e dominação, tendo como decorrência o sacrifício, a escravidão e a guerra. Sob essa percepção, a humanidade está sendo dominada pela espada. Por outro lado, a autora percebeu, na sua recordação histórica, que houve períodos demarcados pelo cálice e tais momentos tiveram a proeminência da cultura matriarcal, identificada pela compaixão, parceria e partilha, oportunizando a emergência de sociedades mais prósperas, pacíficas e democráticas. Enfim, era uma civilização sintonizada mais pelo cálice e menos pela espada.

Porém, as sociedades identificadas com a espada se organizaram por meio da competição e aquelas mais afeiçoadas com o cálice, constituíram-se pela parceria. O objetivo de Eisler (2007) não é, portanto, priorizar um dos símbolos: a espada ou o cálice; nem definir uma cultura: patriarcal ou matriarcal, e nem defender o melhor procedimento: competição ou parceria. Mas a autora sugere um conceito, no qual a cultura patriarcal e matriarcal esteja representada e a isso ela deu o nome de “cultura gilânica”, isto é, seria a vinculação dos conceitos gregos: *gyné* (mulher) e *andros* (homem), estabelecendo a cooperação entre o masculino e o feminino.

Portanto, a cooperação entre as culturas patrística e matrística, identificadas pela simbologia da espada e do cálice, tornar-se-ia o novo paradigma da civilização humana, porque nesse mundo gilânico, “os seres humanos são bons, os homens pacíficos e o poder da criatividade e do amor – simbolizados pelo Cálice sagrado, receptáculo santificado da vida – é o princípio norteador” (EISLER, 2007, p. 283). Tal princípio poderia desencadear uma cultura pautada na democracia cooperativa, tendo como referência os princípios da justiça, equidade e progresso social e, como símbolo, o cálice que desperta o cuidado pela vida, que convida para uma parceria partilhada e que projeta para a felicidade e a paz.

Enfim, a construção da democracia, na educação popular, poderia ser uma contribuição significativa para o conjunto da sociedade, na medida em que as relações pessoais e sociais pudessem estar ancoradas, muito mais na cooperação e menos na competição, mais na parceria e menos na concorrência, enfim, seria diminuir a força e o poder da espada e aumentar a parceria e a energia partilhada pelo cálice.

2.2 A coexistência como relação

A coexistência como relação tem por objetivo ser um antídoto ao processo de massificação pessoal e social, tendo presente que a condição humana está sendo ameaçada, também, por um processo que está corroendo todas as formas relacionais, seja consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com o transcendente. Além disso, os vínculos de presença e proximidade estão sendo, cada vez mais, superficiais e frágeis, seja nas dinâmicas existenciais ou nos procedimentos sociais. Dentro desse aspecto, é oportuno reconhecer que o ser humano é, necessariamente, um

ser existencial e, portanto, coexistencial, razão pela qual ele somente existe porque coexiste com os outros, confundindo-se, assim, com a história universal.

Nessas circunstâncias universais desponta a dimensão ecológica, a qual foi afetada, fortemente, por uma relação de dominação e exploração, caracterizando o ser humano, não como coexistente, mas como o possuidor da natureza, não como um criador de coexistências, mas como fabricante de necessidades existenciais, e, não atuando na conjunção, mas na disjunção para atender, majoritariamente, uma necessidade mercantil, em detrimento de um projeto de sustentabilidade social.

A coexistência com a natureza, mais do que uma disposição individual, exige um desempenho no campo das relações sociais, porque conforme Acselrad (1997), é necessário inserir a noção de sustentabilidade no conjunto das relações sociais, porque não se justifica uma distinção entre as relações técnicas com o meio ambiente e a configuração histórica das sociedades. Portanto, a sustentabilidade é uma dimensão social permeada pela coexistência ambiental.

Essa proposta precisaria estar indicando para a necessidade de, segundo Cirne, “devolver à natureza a aura do encantamento que lhe foi tirada quando reduzida a mero objeto pelo olhar analítico da racionalidade instrumental moderna” (2013, p. 149), recuperando a dinâmica da coexistência, que exige a superação de um procedimento analítico instrumental e a potencialização de um processo ecológico transversal, porque a natureza e a condição humana coexistem e fazem parte da teia da vida.

Nessa perspectiva encantadora é preciso recuperar a relevância da festa, isto é, depois de seis dias de trabalho é preciso descansar, festejar e dançar. Segundo Cirne, é necessário recuperar os ciclos festivos e representá-los por meio da circularidade da dança, “como sinal de reconhecimento de que o mundo não é apenas natureza, antes é criação” (2013, p. 197), fazendo dessa realidade um ambiente de comunhão e de partilha. Assim, como na percepção da democracia como cooperação, visualizada pela partilha do cálice, aqui se deseja sugerir a simbologia da dança para evoluir, por meio dos movimentos existenciais, para uma convivência ecológica democrática.

Considerando, portanto, a circularidade da dança, a democracia deveria partir do pressuposto de que tudo está integrado e que as dinâmicas relacionais seriam, também, dinamismos ambientais. E, sob essa perspectiva, a coexistência não seria apenas um

procedimento técnico ou um processo estético, mas seria uma opção ética, pela qual cada um estaria sendo reconhecido pela sua individualidade e sociabilidade, configurando, assim, o tempo e o espaço de coexistir por meio de uma relação individual, social e ambiental.

Enfim, a proposição da democracia, por meio da educação popular e tendo como referência a coexistência ecológica, poderia ser um elemento inerente aos processos educativos, reconhecendo a proximidade das culturas populares das realidades ambientais.

2.3 A justiça social como justa medida

A justiça social como justa medida deseja responder ao desafio da desigualdade social. Por isso, a compreensão e a prática da justiça é uma das características essenciais da condição humana, daí a razão de ela fazer parte da história, desde os primórdios, até os dias atuais. Considerando que ela é um valor a ser proclamado e um princípio a ser vivenciado, cada período histórico se defrontou com situações de injustiça e, para cada realidade, a justiça foi sendo exercitada para responder aos desafios daquela realidade.

Apenas como ilustração dessa reflexão, poder-se-ia nominar algumas adjetivações que foram vivenciadas nos distintos contextos socioculturais. Assim, a justiça distributiva tem por objetivo distribuir os bens públicos por meio de políticas sociais, a justiça corretiva que restabelece a igualdade entre os cidadãos, a justiça equitativa que universaliza os direitos para aqueles que foram destituídos do seu direito, a justiça recíproca pela qual tudo deve ser distribuído de forma igual ou a justiça legal que estabelece as leis para a convivência dos indivíduos em sociedade.

Além dessas dimensões da justiça, é oportuno refletir sobre a justiça social, considerando que ela é uma práxis, isto é, uma reflexão e uma ação que esteve presente, sob várias percepções na história, porém, esse enunciado foi aprovado e inserido na Constituição Federal do Brasil, de 1988, no Artigo 170, com a seguinte formulação: “Assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social” (BRASIL, 1988). Portanto, o princípio da justiça social, vinculado aos pressupostos da soberania e da cidadania, procura declarar a dignidade de cada cidadão e de todos os brasileiros.

Apesar dessa proclamação constitucional, emerge com muita evidência uma realidade de extrema

injustiça social que, diuturnamente, desintegra a dignidade da condição humana, expressa, de forma mais acentuada, pela desigualdade social. Talvez seja esse o grande desafio de um projeto democrático, porque a desigualdade está entranhada na conjuntura econômica, política e cultural, desde o início do processo colonizador, até a configuração das distintas colonialidades contemporâneas.

A injustiça histórica, estrutural e conjuntural, marca registrada da sociedade brasileira, necessita, portanto, de um projeto democrático, no qual a justiça possa ser vivenciada e exercitada por todos. Além das distintas formas para evidenciar a justiça, considerando a acentuada desigualdade social, poder-se-ia sugerir a justa medida, aspecto que proporciona “as condições fundamentais para que a vida da natureza e as relações humanas pessoais e sociais tenham o mínimo de equilíbrio que garanta a sustentabilidade e o bem-viver” (BOFF, 2022, p. 9). Portanto, diante do excesso acumulativo de bens na mão de poucos e a ausência das condições necessárias para a maioria da população, estaria se sugerindo a justa medida.

A justa medida foi um conceito indicado, desde a sistematização da filosofia clássica, para ajustar os excessos, principalmente, do acúmulo de bens e a ausência de benefícios da maioria da população. Para compreender a justiça, como justa medida, Boff (2022) retoma a lenda do “pescador ambicioso e o peixe encantado”, na qual o pescador, com o auxílio da sua mulher, buscou satisfazer os desejos pessoais com a ajuda de um peixe encantado. Após o atendimento de cada pedido, um novo pedido era feito e, sempre, com o objetivo de ir acumulando bens e poder, a ponto de se igualar a Deus, o homem chegou à morte por causa de sua demasiada ambição.

Essa narrativa é extremamente atual e o equilíbrio, diante dos excessos, pode ser implementado por meio da virtude da justa medida. Conforme Boff (2022), para vivenciar a justa medida são necessários dois pressupostos: a esperança como nosso motor interior e renunciar a qualquer tipo de arrogância, bem como algumas iniciativas, tais como: comer e beber com moderação, integrar o masculino e feminino, viver e conviver de forma harmoniosa, equilibrar o trabalho e o tempo livre, integrar a religiosidade e espiritualidade, o individual e social, a sociabilidade relacional e a relação com a natureza.

Enfim, os princípios da democracia, pautados na cooperação, por meio da parceria e identificados com o cálice; da coexistência como uma relação susten-

tável com a natureza e visualizados pela dança; e, a justiça social sugerida como justa medida, configurada pela sabedoria do pescador, que não é de ambição, mas de equilíbrio, poderiam se constituir em energias motivadoras da educação popular, para refletir e sugerir processos democráticos.

3 Educação popular e democracia

Educar para a democracia não é algo natural, mas faz parte de uma cultura, daí a razão de estar sendo, constantemente, criada e cultivada. Isto é, a cultura democrática nunca está acabada e está sempre se fazendo e, por isso, a educação popular poderia ser um espaço apropriado para exercitar um procedimento educativo pautado nos princípios, nos processos e nas finalidades democráticas.

Assim, a educação popular, com o objetivo de vivenciar e proporcionar um projeto democrático, precisaria recuperar o seu protagonismo reflexivo, em detrimento de uma narrativa dominadora e exploradora, seja dos conhecimentos ou das experiências populares, e necessitaria, também, exercitar projetos que pudessem se constituir em iniciativas que fossem uma alternativa à educação elitista e ao sistema global de dominação, da desigualdade e discriminação, revigorando a forma de pensar e agir para, de fato, construir uma democracia nos ambientes populares.

Considerando, no entanto, os princípios de um projeto democrático ele precisaria estar enraizado nos ambientes populares, em que as pessoas pudessem se associar e organizar, para desenvolver processos democráticos, seja como expressão do protagonismo popular porque a democracia, de acordo com Castoriadis, “é um regime reflexivo porque é um regime deliberativo. Implica a libertação da atividade coletiva, uma paixão pela causa pública” (2006, p. 191). E, com base nessa proposição, seria o desenvolvimento, em escala micro e macro, dessa atividade reflexiva e dessa paixão pelo bem público.

No processo educacional e, no caso da educação popular, seria recomendado acolher, também, a sugestão de Castoriadis (2006), de que para aprender é preciso que os estudantes estejam interessados em aprender e se interessem pelo que aprendem; que os professores gostem dos estudantes e os ensinem a gostar de aprender; e, orientar e ter uma hierarquia de valores. No caso específico, seria o desejo de ensinar

e aprender sobre democracia, bem como exercitar e desenvolver os valores democráticos.

Isso se tornaria um imperativo social porque se a humanidade esgotar suas energias, recursos e bens apenas na produção, comercialização e consumo, o capitalismo é o caminho apropriado, mas se ela deseja fortalecer a democracia com base num processo colaborativo, na experiência comunitária e na prática da justiça social, é preciso ampliar a consciência e multiplicar as potencialidades da condição humana, por meio de procedimentos democráticos, tendo como referência a educação popular que se propõe exercitar um processo educativo pautado na cooperação, coexistência e justiça social.

Para qualificar tais procedimentos, quando estava escrevendo este artigo, recebi do meu amigo Flávio Alves Barbosa (2022), educador popular e professor na Universidade Estadual de Goiás, uma poesia que tem como título: “Caminho”, na qual os três versos, distribuídos nas três abordagens decorrentes dos princípios democráticos, constituíram-se nas epígrafes e inspiraram minha reflexão sobre a educação popular democrática.

3.1 Educar para a cooperação

O caminho para
O novo dia acontecer
É a cooperação
É transformar o ódio
Em indignação
É firmar o pé
Na estrada da justiça
E nela viver
A compaixão.

Educar para a cooperação, como decorrência de um princípio democrático, projeta a educação popular para praticar a “compaixão”, tendo em vista a possibilidade de “fazer acontecer um novo dia”, firmando o “pé na estrada da justiça” para construir uma sociedade permeada pela democracia.

Portanto, a educação, pautada na cooperação, tem a missão de contribuir com a possibilidade de criar economias inovadoras, políticas dialógicas, ciências autônomas, espiritualidades amorosas, enfim, uma cultura de parceria, partilha e cooperação. Essa proposta vem confirmar, no entanto, o enunciado do Papa Paulo VI explicitado na Encíclica *Populorum Progressio* (1967), com a seguinte mensagem: A cooperação deve

ser o meio para colocar os recursos disponíveis a serviço de todas as nações, a fim de alcançar o desenvolvimento solidário da humanidade, tendo como foco o bem comum; a realização desse ideal depende de condições mais humanas que integrem a vontade da paz, a dignidade, a ampliação dos conhecimentos, a aquisição da cultura e a diminuição das injustiças.

Além dessa dimensão pessoal e social é recomendado, na educação popular, refazer o contrato natural com o planeta terra. Inicialmente os seres humanos viviam uma relação com a natureza sem a necessidade de uma explicitação formal, porque a Mãe Terra lhes oferecia em abundância os meios de sobrevivência. Mas aos poucos, o poder da espada foi sendo determinante e em vez do cuidado da natureza, introduziu-se a dominação e, em consequência, a domesticação e a destruição do meio ambiente.

Portanto, a educação popular, tendo como referência um projeto cooperativo, deveria resgatar experiências de partilha entre os participantes da comunidade, práticas de valorização das culturas ancestrais e aprendizados da tradição religiosa, mas, ao mesmo tempo, indicar procedimentos cooperativos com as novas tecnologias digitais e sociais, com as distintas formas de organização social e as diversas oportunidades para desenvolver, de forma sustentável, uma sociedade democrática.

3.2 Educar para a coexistência

O caminho para
O novo dia acontecer
É o do encantamento
Com a simplicidade
É aprender com
A natureza
Como se faz para
Viver com tanta beleza

Educar para a coexistência, a partir da inspiração democrática, deveria ter como pressuposto “aprender com a natureza”, porque ela vive e convive de forma harmoniosa com os distintos elementos; inaugurar relações “com simplicidade” entre as pessoas e os grupos sociais, para revelar o “encantamento” e a “beleza” de existir e coexistir entre os humanos, a natureza e o transcendente.

A educação popular é uma proposta que, por meio da coexistência, deveria propor uma relação circular

por meio de uma visão holística e uma prática de integração. Para isso, poder-se-ia indicar, como símbolo de compreensão a casa (*oikos*) que incorpora a economia por meio da cooperação, da ecologia através da coexistência, e da ecosofia por meio da reflexão e prática da justiça social. Essas dimensões exigem que a educação supere o modelo disciplinar, e fortaleça o paradigma da transdisciplinaridade, tendo como referência um contexto de perplexidade e complexidade.

Sob esse argumento, Síveres (2010) propõe uma dinâmica transversal que integra a casa social (economia), a casa natural (ecologia), e a casa pessoal (ecosofia), estabelecendo uma relação, não de objetivos, mas de princípios; não de funcionalidades, mas de finalidades; não de planos, mas de políticas. E, assim, o objetivo dessa abordagem não é apontar um elenco de sugestões para viabilizar o processo educacional, mas indicar um novo sistema de valores que pudesse propiciar uma opção ética e uma decisão política que pudessem se constituir em energias propulsoras de uma educação popular, para o presente e o futuro da humanidade.

3.3 Educar para a justa medida

O caminho para
O novo dia acontecer
É o da fraternidade
Para encontrar em
Cada esquina um irmão
Ninguém será multidão
Cada um terá
A sua identidade
Para construir
Com os outros
A coletiva felicidade.

Educar para a justa medida, em consequência de um princípio democrático, deveria contribuir com a vivência da “fraternidade”, pela qual se faria a experiência do caminho do meio, entre o percurso da “multidão” e o peregrinar do “irmão”, buscando irmanar a todos com a “coletiva felicidade”.

A justa medida está presente, portanto, em todas as éticas mundiais e o verdadeiro humanismo somente se daria, se estiver fundado na moderação, no caminho do meio e na justa medida. Para isso são fundamentais as mudanças pessoais, as assim chamadas revoluções moleculares, que marcam o primeiro passo

para qualquer processo de transformação, e tal procedimento somente será viável se a pessoa se dispuser a vivenciá-la em sua própria vida.

E na ampliação dessa rede relacional se encontra, também, a dimensão social, fato que exige a compreensão de que nenhum ser humano se reduz à sua individualidade, mas implica, sempre, um dinamismo social. Nessa percepção foi proposto o desafio de viver a justiça porque, segundo Rawls, “As desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de forma a que ambas (a) correspondam à expectativa de que trarão vantagem para todos, e (b) que sejam ligadas a posições e órgãos abertos a todos” (1981, p. 67). Isto é, a sociedade, no conjunto dos seus cidadãos, precisa ser beneficiária das políticas econômicas e sociais, decorrente de um princípio de justiça social.

Tendo como referência a dimensão pessoal e social, a educação para a justiça, compreendida como justa medida, consiste em exercitar uma consciência cidadã, em desenvolver um conhecimento crítico e criativo, bem como, fortalecer o compromisso dos sujeitos populares em projetos de transformação social. Isso resulta num poder partilhado, na condução participativa da comunidade, na formação de lideranças políticas e na promoção de empreendimentos sustentáveis.

Enfim, educar para a justiça, em ambientes populares, exige o desenvolvimento da percepção da dignidade de cada ser humano, da relevância da solidariedade social e da importância da cidadania planetária. Tais aspectos deveriam fazer parte de um percurso formativo no qual estariam contemplados, segundo Síveres (2009), a subjetividade como uma forma de promover o bem-estar e o sentido existencial dos sujeitos envolvidos; a conectividade dos conhecimentos por meio da disposição de espaços privilegiados de diálogo dos saberes; e, a sociabilidade, porque o caráter público e social da educação tornar-se-ia um critério de justiça social.

Considerações

A contribuição da educação popular, para a construção da democracia, consiste na integração da subjetividade pessoal, interpessoal e transcendental; na articulação do sistema que compreende a economia, a ecologia e a ecosofia, e na proposição formativa que vincula a informação, o conhecimento e a sabedoria. Essa proposta tem como hipótese a percepção de que a humanidade está, fortemente, identificada pelo

individualismo, pela massificação e pela desigualdade social, aspectos que podem ser superados pela democracia, pautada nos princípios da cooperação, da coexistência e da justiça social.

Essa percepção poderia ser iluminada, também, pelo discurso do Papa Francisco (2015), considerando um pastor-educador, no Encontro Mundial dos Movimentos Populares, ao proclamar que o futuro da humanidade não estaria, unicamente, nas mãos dos grandes dirigentes, ou das grandes potências e das elites, mas estaria, fundamentalmente, nas mãos dos povos e na sua capacidade de organização, que de maneira humilde e com muita convicção, estariam promovendo um processo de mudança social.

A democracia, como uma possibilidade dessa mudança e como um princípio iluminador de todo o tecido constitucional, poderia ser confeccionada pela educação popular, na medida em que os artesãos pudessem exercitar um processo educativo que envolvesse a tessitura da cooperação, degustando o sabor do mesmo cálice; da coexistência, dançando ao ritmo dos movimentos cósmicos; e da justa medida, acolhendo a sabedoria do pescador que, na arte da pescaria, iria pescar o necessário para uma vida com dignidade.

Enfim, pensar e exercitar a democracia na educação popular, além de estabelecer processos que envolvem o desenvolvimento intelectual e a prática comunitária, recomenda-se articular o protagonismo pessoal e social, a dinâmica estrutural e ambiental, a dimensão local e global; integrar a prosa e a poesia, a caminhada e a dança, a religião e a espiritualidade; e, associar a subjetividade reflexiva, a intersubjetividade cooperativa, e a sociabilidade democrática.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e democracia. **Proposta**. Fase, Rio de Janeiro, ano 25, n. 71, 1997.
- BOFF, L. **O pescador ambicioso e o peixe encantado**. A busca pela justa medida. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 5/10/1988, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>.
- CASTORIADIS, C. **Uma sociedade à deriva**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- CIRNE, L. F. R. **O espaço da coexistência**. São Paulo: Loyola, 2013.
- COMPARATO, F. K. **Ética**. Direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- EISLER, R. **O cálice e a espada**. Nossa história, nosso futuro. São Paulo: Palas Athenas, 2007.
- FRANCISCO. Discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares, Santa Cruz de la Sierra, 9 de julho de 2015. In: **Discurso do Papa Francisco no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares**. Coleção Sendas, vol. 4. Brasília: Edições CNBB, 2015.
- HAN, B-C. **No enxame**. Perspectivas do digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- PAPA PAULO VI. **Populorum Progressio**. 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.
- RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- SÍVERES, L. Educação e justiça social. In: OLIVEIRA, J. L. M; SÍVERES, L. **Ensaio sobre a justiça social**. Refazendo o caminho da vida e da paz. Brasília: Universa, 2009.
- SÍVERES, L. Sustentabilidade educacional. In: Economia e vida. **Revista de Educação da Associação Nacional de Educação Católica**. Brasília, n. 152, ano 39, jan./jun, 2010.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Fraternidade e democracia: de Paulo Freire ao Papa Francisco

Nilo Agostini¹

RESUMO: Este texto descreve a convergência entre fraternidade e democracia, baseada nos aportes de Paulo Freire e do Papa Francisco. Busca traçar os percursos que consolidem uma “democratização fundamental” (Freire) e uma “fraternidade aberta” (Francisco). Tendo presente a liberdade e a igualdade como fundamentos da vida democrática, vemos Freire apontar para um caminho ético e ato de amor em prol da humanização de todos, e Francisco propor ir além das fronteiras, numa amizade social que jamais esqueça dos pobres da sociedade.

Palavras-chave: Fraternidade. Democracia. Liberdade. Igualdade. Paulo Freire. Papa Francisco.

RESUMEN: Este texto describe la convergencia entre fraternidad y democracia, a partir de los aportes de Paulo Freire y el Papa Francisco. Busca trazar los caminos que consoliden una “democratización fundamental” (Freire) y una “fraternidad abierta” (Francisco). Teniendo en cuenta la libertad y la igualdad como fundamentos de la vida democrática, vemos a Freire apuntando un camino ético y un acto de amor para la humanización de todos y a Francisco proponiendo ir más allá de las fronteras, en una amistad social que nunca olvide a los pobres de la sociedad.

Palabras clave: Fraternidad. Democracia. Libertad. Igualdad. Paulo Freire. Papa Francisco.

Introdução

O nosso intento é estudar a convergência entre fraternidade e democracia, tendo presente a liberdade e a igualdade como fundamentos para a vida democrática. Faremos, para isso, um percurso que passa por Paulo Freire quando fala da necessidade de uma postura democrática, enquanto caminho ético e ato de amor em prol da humanização. Pela luta de libertação e a valentia de amar, galga-se o patamar do que Freire chama de “democratização fundamental”, sem temer a liberdade, nem tergiversar em relação à solidariedade que não pode ser quebrada. Este percurso nos levará igualmente ao Papa Francisco, sobretudo na sua *Encíclica Fratelli Tutti*, que nos propõe ir além das fronteiras, vivendo uma fraternidade aberta, ao reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas. Isso nos leva, segundo o Papa, a uma amizade social que, semeando a paz por toda parte, não esquece dos pobres, preocupa-se com os abandonados, acolhe os doentes, inclui os descartados, estende a mão aos últimos da sociedade e responde com um projeto de igualdade.

Iniciaremos lendo Paulo Freire para percorrer o caminho que nos leva ao processo de democratização fundamental. Suas obras são fartas em indicações preciosas na linha de uma reflexão crítica alicerçada na práxis, na grande aposta de mulheres e homens sujeitos da história. Prosseguimos com o aporte do Papa Francisco, este precedido pela contribuição do ensino social da Igreja. Em sua *Encíclica Fratelli Tutti*, o Papa aponta para uma fraternidade que seja fruto de uma sociedade aberta, que inclua a todos sem esquecer dos pobres, que valorize a política e percorra o caminho da democracia. Há uma convergência entre Freire e Francisco; isto nos leva a dedicar uma parte para pontuar vários aspectos complementares que nos levarão, sem perder a esperança, rumo a um futuro melhor. Sonho, esperança, fé e confiança rimam nestes aportes de Freire e Francisco e nos enchem de ousadia para construir um mundo que não tenha receio de colocar a mulher e o homem no centro, sem jamais esquecer dos últimos da sociedade, muitas vezes esquecidos.

¹ Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/SP, com estágio na Escola de Altos Estudos de Paris. Doutor em Teologia pela Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg, França. Foi docente no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis durante 17 anos, em que foi diretor por 6 anos; concomitantemente, por 11 anos, atuou na PUC-Rio, como professor, coordenador de graduação e diretor do Departamento de Teologia e docente no Programa de Pós-Graduação em Teologia; de 2014 a 2019, foi professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação, da Universidade São Francisco (USF), na qual atuou também na graduação desde 2013. Autor de dezenas de publicações, entre livros e artigos, sobre Ética, Moral, Educação e Teologia, sendo a área da Educação realizada preferencialmente em diálogo com Paulo Freire e Walter Benjamin. E-mail: nilo.agostini@gmail.com.

1 O necessário processo de democratização fundamental

Há uma convergência entre fraternidade e democracia, ambas fundamentais para o exercício da liberdade e da igualdade. Movidos por uma reflexão crítica, sabemos que a prática que nos move não é neutra, nem descompromissada ou apolítica. “Perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia não permite neutralidade”, afirma Freire (2014a, p. 44). Sendo assim, não há como velar ou escamotear a verdade. A dimensão política faz parte de nossa inserção lúcida na sociedade. Para realizar este percurso, é indispensável trilhar o “caminho mais ético” que é o da “postura substantivamente democrática”; esta “implica opções, rupturas, decisões, estar com e pôr-se contra...” (FREIRE, 2014a, p. 44-45). Trata-se de perfazer uma “inserção crítica” no processo de “democratização fundamental”, como já enfatizava Freire em sua obra *Educação como prática da liberdade* (2014b, 113).

De maneira crítica e criticizadora, este processo democrático não foge da realidade na qual nos encontramos que é a de uma sociedade profundamente desigual; por isso, faz-se necessário captar os desafios de nosso tempo. Logo salta à consciência de que esta sociedade necessita de transformações profundas, sem as quais não se dará um desenvolvimento equitativo, sendo o caminho da democracia o que permite uma participação real de todas as classes num projeto de nação a ser por todos construído.

Trata-se, portanto, de perfazer o caminho pela via democrática, enquanto caminho ético e ato de amor em prol da humanização de todos. É um caminho desafiador, pois implica a ascensão do povo à participação política, fruto de sua tomada de consciência e da passagem de mero objeto a de sujeito, consciente de que “mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2014c, p.63). Isto implica lutar pela sua libertação.

A necessidade de lutar pela sua libertação leva mulheres e homens a combaterem o imobilismo e a lutarem pela modificação das estruturas que alimentam a situação que os oprime como ato de amor que, opondo-se à violência dos opressores, busca instaurar a solidariedade. Fruto de uma inserção crítica na realidade, que se faz ação imediata ou concomitante, quebra-se a convivência com o regime opressor e, pelo diálogo, alimenta-se a ação política que é, ao mesmo tempo, ação cultural pela liberdade de mulheres e homens; observe-se que esta libertação não é uma

doação, mas fruto da sua conscientização, numa luta por sua emancipação. (AGOSTINI, 2019, p. 63).

Somos fruto de uma história de desumanização que roubou a vocação histórica de mulheres e homens, atentando contra a sua humanidade, distorcendo a sua vocação para um ser menos, como se fosse um destino dado. Fruto da violência dos opressores, implantou-se uma ordem injusta, cuja generosidade sempre representou migalhas, permanecendo o quadro de injustiça que, segundo Freire (2014c, p. 42), “se nutre da morte, do desalento e da miséria”.

Para deter a “morte em vida”, ou seja, “a vida proibida de ser vida” (FREIRE, 2014c, p. 233), parte-se dos “condenados da terra e assume-se uma luta pela humanidade dos demitidos da vida, luta que é de libertação à medida que se instaura uma revolução ‘criadora de vida’” (AGOSTINI, 2019, p. 46). O percurso a ser realizado para que se instaure a via democrática inicia pela superação da aderência ao opressor, pois constata-se que o oprimido hospeda o opressor, chegando até a identificar-se com ele e a defendê-lo. Por causa desta consciência hospedeira da opressão, instaura-se a submissão, a acomodação e o ajustamento, geradores de um mutismo, numa terra em que o mandonismo provoca o ajustamento e a acomodação. Como viver a democracia num contexto desse?

O problema do ajustamento e da acomodação se vincula ao do mutismo a que já nos referimos, como uma das consequências imediatas de nossa inexperiência democrática. Na verdade, no ajustamento, o homem não dialoga. Não participa. Pelo contrário, se acomoda a determinações que se superpõem a ele. As disposições mentais que criamos nestas circunstâncias foram assim disposições mentais rigidamente autoritárias. Acríticas. (FREIRE, 2014b, p. 100).

Somos fruto de uma herança colonial marcada pela inexperiência democrática, uma constante perpetrada em nossa história, com traços que marcam a mulher e o homem brasileiros até os dias de hoje. Estes vêm carregados de fatalismo, num ajuste às estruturas econômicas embaladas hoje pelo neoliberalismo que garantem a “robustez do poder dos poderosos que a globalização intensificou ao mesmo tempo que debilitou a fraqueza dos frágeis” (FREIRE, 2014d, p. 65). É um quadro já descrito na segunda metade do século passado por Freire (2014b, p. 60) como uma tragédia do homem moderno, “dominado pela força dos mitos e comandado pela

publicidade organizada”, levando-o a renunciar à sua “capacidade de decidir”. “Afoga-se no anonimato nivelador da massificação, sem esperança e sem fé, domesticado e acomodado: já não é sujeito. Rebaixa-se a puro objeto. Coisifica-se” (FREIRE, 2014b, 60-61).

A luta pela humanização implica numa luta por libertação que não será obra dada, nem chegará pelo acaso, mas será fruto da práxis, será um ato de amor, opondo-se ao desamor e à violência dos que oprimem. Trata-se de conquistar a libertação que nos livre, segundo Freire (2014c, 233-234), da desumanização que produz uma “morte em vida”, de uma “vida proibida de ser vivida”, desta “guerra invisível”.

O primeiro passo de superação desta situação é a tomada de consciência crítica da alienação imposta aos oprimidos, fazendo-os aderir ao opressor, hospedeiros deste. No ajustamento ao qual estão submetidos, levados a se satisfazerem em seguir prescrições, os oprimidos começam a superar esta situação expulsando a sombra do opressor introjetada em suas consciências e passam a conquistar passo a passo sua autonomia e suas responsabilidades no concreto da história. Esta conquista é fundamental para o exercício da democracia, fruto do reconhecimento crítico das razões da situação opressora e da disposição de engajar-se em prol de uma ação transformadora.

Isso representa decifrar a engrenagem da estrutura dominante, assumir ser livres diante dela, assumir os riscos e as ameaças de enfrentá-la, numa convivência autêntica com os demais oprimidos. Expulsando o opressor dentro de si, deixam de ser meros espectadores e assumem a sua capacidade de criar e recriar, num ser mais, enquanto seres de superação, seres de transcendência, capazes de realizar a tarefa própria no resgate da sua humanidade que reside no seu poder de transformar o mundo. (AGOSTINI, 2019, p. 50).

Trata-se de um parto, por vezes doloroso, capaz de gerar uma mulher e um homem novos, bem como criar um mundo liberto das garras dos opressores, despartando neles o poder criador, capazes de interferir na realidade e modificá-la. Dotados de criticidade, discernem, escolhem, rompem, transcendem como seres da história e da cultura, já não mais repetidores de prescrições alheias, meros acomodados e ajustados, mas fazedores da história, mulheres e homens da práxis que transformam o mundo.

Isto representa que um processo de conscientização está em curso focado na ação, como “exigência da

transformação da situação concreta que gera a opressão”, sendo esta uma “tarefa histórica” de mulheres e homens (FREIRE, 2014c, p. 50, 51). Estes emergem da domesticação para uma inserção crítica na realidade que se realiza pela práxis, ou seja, pela “reflexão e ação” que incidem sobre o mundo visando à sua transformação. Tomam posse da realidade, decifrando-a criticamente e gerando um compromisso histórico que é fruto de mulheres e homens que assumem seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Neste nível de consciência, já não se capta a realidade de maneira nem ingênua, nem mágica, nem fatalista. Muito menos, as pessoas se deixam manietar por versões nem sectárias nem fanáticas. Há aqui uma série de perigos no caminho para uma democratização fundamental. Trata-se de um processo de conscientização enquanto “atitude crítica dos homens na história” que “não terminará jamais” (FREIRE, 2008, p. 46). Estamos diante de um percurso que não é obra fácil, pois a tentação de regressão é constante, dada a força de absorção dos mecanismos de opressão. Unindo consciência e mundo, no papel de sujeitos da história, mulheres e homens vão superando este quadro de possíveis recuos aos estágios ingênuo, mágico, fatalista, sectarista e fanático, mediante um processo de conscientização que se renova constantemente, portanto jamais acabado. “Por isso mesmo, a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (FREIRE, 2008, p. 33).

Em meio aos sectarismos e fanatismos de nossos dias, cabe identificar seu deslize acrítico dado o estágio emocional que cultivam. Estes costumam ser arrogantes, antidialogais e anticomunicativos; manietam as consciências e teleguiam as pessoas com visões reacionárias, buscando impor uma única visão, sem a vigilância da reflexão, sem o poder do diálogo. Preferem os slogans, os mitos, as meias-verdades e atribuem ao que é meramente relativo um valor absoluto.

Os fanatismos primam por separar pessoas e grupos, embrutecendo-os; geram ódios; alimentam a irracionalidade porque dela já estão empanturrados; aprofundam as contradições na sociedade e comprometem a esperança. A consciência fanática costuma estar alimentada pelo mítico e, conseqüentemente, se ajusta a fórmulas, se adequa a prescrições, se deixa conduzir. Já não é direcionada pelo amor, perden-

do o seu poder criador, rebaixada que está à condição de objeto. (AGOSTINI, 2019, p. 62-63).

O processo de democratização fundamental, ao contrário, faz do diálogo uma “exigência existencial”, como afirma Freire (2014c, p. 109), para dedicar-lhe um lugar de destaque. Vejamos:

O diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é encontro no qual se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. [...] Porque é encontro de homens que *pronunciam* o mundo, não deve ser doação do *pronunciar* de uns a outros. É um ato de criação... Conquista do mundo para a libertação dos homens.

O caminho ético-democrático realiza-se na luta pela libertação como ato de amor em prol da humanização. Esta postura apontada por Freire (2014c), pedagogo da esperança, alimenta-se da fé, numa comunhão com o povo, fundado na “crença nas massas populares” (p. 241) e apostando na “co-laboração”, expressão de “uma profunda capacidade de amar” (p. 232). Esta fé e confiança no povo se fundam na compreensão da história como possibilidade, na visão do ser humano como um ser inacabado, vocacionado para um mais, para a superação, para a transcendência. Sua fé nas mulheres e homens alia-se à fé na criação por estes de “um mundo em que seja menos difícil amar” (p. 253).

2 A construção de uma fraternidade aberta e os sinais de regressão

Toda a elaboração do pensamento de Paulo Freire se funda no fato de que “não há mundo sem homens”, de que “não há uns sem os outros, mas ambos em permanente integração” (FREIRE, 2014c, p. 51). O Papa Francisco, na Encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social, enfatiza que o “essencial” é “uma fraternidade aberta”, ao “reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas” (n. 1). Pede que construamos uma “amizade social” para além das fronteiras, sem esquecer “dos pobres, abandonados, doentes, descar-

tados, dos últimos” (n. 2). Disto nasce o sonho de uma sociedade fraterna, na qual, incluídas as periferias, colhe-se a verdadeira paz, libertando-nos de “todo o desejo de domínio sobre os outros” (n. 4).

Para que o sonho de uma sociedade fraterna se realize, o próprio Catecismo da Igreja Católica lembra que “os cidadãos devem, na medida do possível, tomar parte ativa na vida pública” (n. 2239); valoriza a participação na comunidade política, pois esta representa a realização mais completa da comunidade humana que possui um bem comum (cf. n. 1910). A Igreja Católica, para isso, tem desenvolvido todo um ensino ou doutrina social para fazer face aos desafios socioeconômicos e políticos de diversa índole, buscando captar as dimensões éticas dos problemas humanos e aguçando, a partir da fé, o sentido moral de nosso agir.

Necessitamos redescobrir, em nossos dias, o grande aporte que esse ensino social da Igreja nos traz, capaz de iluminar as atividades sociais, políticas e econômicas dos cristãos, esclarecendo os compromissos políticos, discernindo as ideologias, capacitando para a análise de sistemas e situações, nos encorajando no caminho da democracia. Ele é parte integrante do seguimento de Jesus Cristo e, como tal, deve integrar tanto a educação católica, como a catequese, entre outras áreas, pois tem “o valor de um instrumento de evangelização” (JOÃO PAULO II, 1991, n. 53).

Mesmo que, na sua história, a Igreja tenha convivido com distintos modelos ou formas de governo, percebe-se, no entanto, “uma preferência progressiva pela democracia” (AGOSTINI, 2002, p. 221). Há, em favor dela, uma “aprovação e consentimento daqueles que aspiram a colaborar com maior eficácia nos destinos dos indivíduos e da sociedade” (PIO XII, 1944).

A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno. (JOÃO PAULO II, 1991, n. 46).

Cabe deixar claro que, “hoje, o ensino social da Igreja toma equidistância ante qualquer forma de Estado totalitário ou autoritário bem como neoliberal, para propor aquele que respeita e até promove uma experiência mais comunitária, num regime democrático que

venha a favorecer a participação de todos” (AGOSTINI, 2002, p. 223; cf. JOÃO PAULO II, 1987, n. 44).

Tendo por base a grande referência do amor de Deus, sabemos, com São João, que “Deus é amor e quem permanece no amor permanece em Deus” (1Jo 4,16). Deriva disso, que a grandeza do amor está em abraçar a todos. Consequentemente, este amor nos faz sonhar com uma “sociedade fraterna”, na qual, mais do que muralhas, precisamos construir pontes de fraternidade e amizade social, capazes de incluir as periferias. Lembremo-nos que Deus “criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e os chamou a conviver entre si como irmãos”, como bem enfatiza Francisco (2020a, n. 5).

Diante das “formas atuais de eliminar ou ignorar os outros”, o Papa Francisco apresenta um “novo sonho de fraternidade e amizade social”, crucial para a democracia em nossos dias, construída tendo por base a fraternidade. Ele pede que isto não fique em meras palavras (2020a, n. 6). Sem desviar os olhos para os problemas reais, o Papa lembra-nos, na *Fratelli Tutti* (2020a), que, em meio à pandemia da Covid-19, mostramos “incapacidade de agir em conjunto”; vivemos “fragmentados” na solução dos problemas, apesar de “superconectados” por tecnologias avançadas (n. 7). E enfatiza Francisco (2020a): “Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente [...]; precisamos duma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e dentro da qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos! [...]. Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra” (n. 8).

Se, por um lado, este é o sonho, por outro lado, estamos conscientes das sombras de um mundo fechado. Acompanhemos a reflexão de Francisco (2020a, n. 11).

A história dá sinais de regressão. Reacendem-se conflitos anacrônicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, uma certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais.

Os conflitos locais e o desinteresse pelo bem comum são instrumentalizados pela economia global para impor um modelo cultural único. Esta cultura unifica o mundo, mas divide as pessoas e as nações, porque “a sociedade cada vez mais globalizada torna-

-nos vizinhos, mas não nos faz irmãos” (FRANCISCO, 2020a, n. 12).

Encontramo-nos mais sozinhos do que nunca neste mundo massificado, que privilegia os interesses individuais e debilita a dimensão comunitária da existência. Em contrapartida, aumentam os mercados, onde as pessoas desempenham funções de consumidores ou de espectadores. O avanço deste globalismo favorece normalmente a identidade dos mais fortes que se protegem a si mesmos, mas procura dissolver as identidades das regiões mais frágeis e pobres, tornando-as mais vulneráveis e dependentes. Desta forma, a política torna-se cada vez mais frágil perante os poderes econômicos transnacionais que aplicam o lema “divide e reinarás”. (FRANCISCO, 2020a, n. 12).

Reconhecemos com o Papa Francisco (2020a) que há “uma perda do sentido da história que desagrega ainda mais” e que se espalham “ideologias de variadas cores, que destroem (ou desconstroem) tudo o que for diferente, podendo assim reinar sem oposições” (n. 13). Verificam-se “novas formas de colonização cultural”. Vemos povos “sem alma”, sem “fisionomia espiritual”, sem “consistência moral”. Vivem por imitação, sem rosto próprio. E “desfigurados”, esvaziam-se, tornando-se presa fácil da manipulação... (n. 14). Semeiam-se o desânimo e a desconfiança. Uma população exasperada é mais fácil de controlar e dominar, numa “prepotência do mais forte”, chegando à “destruição” do outro ou de quem pensa diferente (n. 15). Cuidar das pessoas passa a não ser uma prioridade. Chega-se ao descarte de pobres, de deficientes, de nascituros, de idosos, assim como se descartam alimentos e bens supérfluos (cf. n. 19). “Há regras econômicas que foram eficazes para o crescimento, mas não de igual modo para o desenvolvimento humano integral... Aumentou a riqueza, mas sem equidade, e assim ‘nascem novas pobreza’” (n. 21).

Constatamos que os tão propalados direitos humanos não são suficientemente universais. A igual dignidade de todos os seres humanos, enfatiza Francisco (2020a), deve ser “protegida e promovida em todas as circunstâncias” (n. 22).

Persistem hoje no mundo inúmeras formas de injustiça, alimentadas por visões antropológicas reducionistas e por um modelo econômico fundado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar o homem. Enquanto uma parte da humanidade vive

na opulência, outra parte vê a própria dignidade não reconhecida, desprezada ou espezinhada e os seus direitos fundamentais ignorados ou violados. (FRANCISCO, 2020a, n. 22).

Francisco (2020a) dedica uma atenção às mulheres “que padecem situações de exclusão, maus-tratos e violência” (n. 23), às pessoas escravizadas que são “privadas da liberdade, mercantilizadas, reduzidas a propriedade de alguém” (n. 24), ao “tráfico de pessoas” por “organizações criminosas que usam redes globais” (n. 24). Observa igualmente o Papa que presenciamos guerras, atentados e perseguições por motivos raciais, religiosos e por interesses econômicos, situações estas que nos colocam como se estivéssemos numa “terceira guerra mundial por pedaços” (cf. n. 25). Isto significa que a pretendida paz e segurança de nossos dias é uma falsa segurança, pois é sustentada pelo medo e desconfiança (n. 26). Cada um quer garantir o “seu” mundo, deixando os outros para trás (n. 27), reinando um “falso espírito comunitário”, baseado na “dependência e subordinação” (n. 28). Deteriora-se a ética, enfraquecem os valores espirituais e o sentido de responsabilidade. Espalham-se a frustração, a solidão e o desespero. Parece que melhor mesmo é ter armas. Ficamos míopes e já não enxergamos com clareza a realidade, sequer vemos as milhões de crianças que morrem de fome e os esqueletos humanos da fome que atingem a multidões de outras pessoas (n. 29). É como se não pertencêssemos à mesma humanidade, se não estivéssemos todos no mesmo barco. Vivemos isolados e fechados em nós mesmos (n. 30), buscando o próprio bem-estar (n. 31).

Muito atento ao que vivemos em meio à pandemia da Covid-19, Francisco (2020a) observa que ela nos tem mostrado um “mal que prejudica a todos”, que “ninguém se salva sozinho, que só é possível salvar-nos juntos” (n. 32). “Ficou a descoberto, uma vez mais, esta (abençoada) pertença comum a que não nos podemos subtrair: a pertença como irmãos”, lembra-nos ele (n. 32). Só que a pandemia nos mostrou igualmente que não basta “a liberdade de mercado para garantir tudo” (n. 33), comandada pelo lucro e a concentração de renda. A pandemia nos obrigou a pensar em todos os seres humanos, resgatando o senso de fraternidade; nos obrigou a pensar nos “nossos limites” e a “repensar os nossos estilos de vida, as nossas relações, a organização das nossas sociedades e sobretudo o

sentido da nossa existência” (n. 33). “Tudo está interligado” (n. 34). Somos um “nós”. Que “a humanidade renasça”, clama o Papa (n. 35). Recuperemos a paixão, o sentido de pertença, a solidariedade. Esta é a grande lição desta pandemia.

O Papa Francisco (2020a) lembra dos migrantes, na maioria forçados a sair de seu país em busca de um futuro melhor, afligidos por guerras, perseguições e catástrofes naturais. Muitas vezes são presas fáceis de traficantes, cartéis de drogas, sendo explorados, abusados, mal acolhidos... (n. 37-39). Lembra aos países “o dever moral de tutelar os direitos dos seus cidadãos e o dever de garantir a assistência e o acolhimento dos imigrantes” (n. 40). E observa: “Uma pessoa ou um povo só são fecundos na abertura aos outros” (n. 41). Não caiamos em “atitudes fechadas e intolerantes”, acrescenta ele (n. 42), lembrando-nos que “a conexão digital não basta para lançar pontes, não é capaz de unir a humanidade” (n. 43). Alerta-nos que “há interesses econômicos gigantescos que operam no mundo digital” (n. 45) que nos querem controlar, manipular as consciências e até administrar a seu modo o processo democrático; tais interesses selecionam as informações que nem sempre correspondem à verdade, muito menos à sabedoria, pela sua parcialidade ou mentira (cf. n. 46, 47).

O grande convite para construir uma democracia, fruto da fraternidade, fundada na liberdade e a igualdade, que nos vem do Papa Francisco (2020a) e que é anseio da humanidade, requer outrossim que busquemos juntos “a verdade no diálogo” (n. 50). A sabedoria não é somatório de informações que, muitas vezes, vendem uma liberdade mais como ilusão individualista e como uniformização do mundo, obscurecendo os sentidos e nos afastando uns dos outros (cf. n. 50-54).

O Papa nos faz um convite à esperança. “Fala-nos duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor” (FRANCISCO, 2020a, n. 55). Convida-nos a ousar, a “olhar para além das comodidades pessoais, das pequenas seguranças e compensações que reduzem o horizonte, para nos abirmos aos grandes ideais que tornam a vida mais bela e digna” (n. 55). “Caminhemos na esperança”, arremata o Papa Francisco (2020, n. 55).

3 Convergências entre Paulo Freire e Papa Francisco

A fé e a confiança no povo fazem brotar, para Freire, a esperança na educabilidade do ser humano, pois como ser inacabado mergulha na história entendida como possibilidade. Resulta disto, como já dissemos, que “mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2014c, p. 63). Cabe superar a consciência fatalista, fruto de uma ideologia que despolitiza a vida e insufla nas consciências a visão de que os fatos seriam pura fatalidade, levando à acomodação e a imobilização da capacidade de agir, como se fôssemos seres determinados. Neste caso, bastariam treinamentos, desenvolvimento de competências e habilidades para atender o mercado.

Freire (2014d) pontua: “Enquanto presença na História e no mundo, esperançosamente luto pelo sonho, pela utopia, pela esperança, na perspectiva de uma Pedagogia crítica”, sendo que “esta não é uma luta vã” (p. 134). Importa “reinventar o mundo e não apenas repeti-lo ou reproduzi-lo” (p. 140), o que implica: “Luta contra o desrespeito à coisa pública, contra a mentira, contra a falta de escrúpulo. E tudo isso, com momentos, apenas, de desencanto, mas sem jamais perder a esperança. Não importa em que sociedade estejamos e a que sociedade pertencamos, urge lutar com esperança e denodo” (p. 155).

O Papa Francisco (2020b), por sua vez, sublinha que é hora de sonharmos juntos perfazendo o caminho de um futuro melhor, proposição esta que ele fez ecoar em meio à pandemia (cf. DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO, 2021). Para ele, é tempo de ver, é tempo de escolher, é tempo de agir. Enfatiza a importância de ver, de se concentrar nas situações reais, vendo rostos concretos e, não raro, ansiosos de vida e de amor. Cabe captar a esperança estampada na história de cada nação e sermos portadores desta mesma esperança. “Devemos ir às periferias das cidades, se queremos ver o mundo como ele é” (p. 17). É tempo de escolher, fruto do discernimento em meio à provação, sabendo distinguir os caminhos do bem, capazes de nos conduzir ao futuro. É tempo de “agir como um só povo”, afirma Francisco (2020b, p. 113), abandonando “o isolamento autodestrutivo do individualismo” e “sair da nossa ‘lagoazinha pessoal’ e nos lançarmos no largo rio de uma realidade e um destino de que somos parte e que, no entanto, estão além de nós” (p. 113).

Diante dos desafios que se apresentam em nossos dias, podemos reagir “entrincheirados em nosso pequeno mundo”, como explica Francisco, ou assu-

mindando “uma grande reflexão crítica e um empenho de relançar a identidade em termos propositivos e novos” (Apud SCUOLA DI ALTA FORMAZIONE EDUCARE ALL’INCONTRO E ALLA SOLIDARIETÀ, 2014, p. 7). Como já afirmara João Paulo II (1996), cabe “elaborar novas respostas para os problemas novos do mundo atual [...], mesmo às questões mais difíceis”, conscientes de que “o Espírito sabe dar as respostas apropriadas” (JOÃO PAULO II, 1996, n. 73). Com nossa presença, importa “fecundar toda a vida social”, sublinha Francisco (2020a, n. 276), destacando que “a Igreja ‘tem um papel público que não se esgota nas suas atividades de assistência ou de educação’, mas busca a ‘promoção do homem e da fraternidade universal’” (n. 276). Para isso, nos convoca o Papa a evitar o desprezo dos vulneráveis (n. 155), a sociedade dividida (n. 156) e o enfraquecimento da democracia, para sonharmos juntos um projeto comum, compartilhado, com objetivos comuns (n. 157).

Sendo o diálogo uma “exigência existencial” (FREIRE 2014c, p. 109), ele é encontro de sujeitos que transformam o mundo, o humanizam, ao pronunciá-lo como ato de criação, qual conquista, fruto da “ação libertadora, que é histórica” (p. 131). Este diálogo tece e sustenta a fraternidade; ele somente existe se houver “um profundo amor ao mundo e aos homens”, pois “se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (FREIRE, 2014c, p. 110, 111). Podemos aqui citar Francisco (2020a) quando fala de “amor social” (n. 183) e de “caridade política” (n. 182); ele valoriza a política em sua grandeza, incluindo sempre o bem comum que se traduz numa “amizade social que integre a todos”, sendo assim um “exercício alto da caridade”, revalorizando a política como uma vocação e vivência da caridade que é amor (n. 180).

A democracia requer a fraternidade, fundada na liberdade e na igualdade. Para isso, necessitamos cultivar um “modo de viver” que seja a amálgama de uma “cultura do encontro”; isto significa que nos sentimos atraídos “como povo”, enfatiza o Papa Francisco (2020a), a “querer encontrar-nos, procurar pontos de contato, lançar pontes, projetar algo que envolva a todos” (n. 216). “A vida é a arte do encontro”, afirma o Papa. “É um estilo de vida que tende a formar aquele poliedro que tem muitas faces, muitos lados, mas todos compõem uma unidade rica de matizes, porque ‘o todo é superior à parte’”, explica Francisco (n. 215). Para ele, “ninguém é inútil, ninguém é supérfluo. Isto implica incluir as periferias” (n. 215).

Freire (2014c, p. 226-253) aposta no diálogo que vai tecendo laços de “co-laboração”, de união, na organização do povo, a serviço de uma nova síntese cultural. Colaboração entre sujeitos que transformam o mundo, num compromisso com a liberdade, enquanto desvelam e problematizam o mundo, desmistificando-o. O resultado é a união pois “a libertação é uma tarefa comum” (p. 240), buscando a organização do povo, das massas, não mais sob o controle da dominação. Vai sendo gestada, assim, uma nova síntese cultural que supera as contradições dos antagonismos de uns contra os outros, próprias de uma cultura alienada e alienante, para emergir como sujeitos no processo histórico, como atores críticos da realidade (p. 249). Vale repetir que “não há mundo sem homens” e mulheres, “não há uns sem os outros, mas ambos em permanente integração” (p. 51).

O Papa Francisco (2020a) leva-nos a cultivar um coração aberto ao mundo inteiro. “Como seres humanos, somos irmãos e irmãs” (n. 128), afirma enfaticamente ele. Esta afirmação, segundo o Papa, deve tornar-se uma “verdade encarnada e concreta” (n. 128). Consequentemente, os verbos a serem vivenciados são estes: “acolher, proteger, promover e integrar” (n. 129), sempre “abertos às diferenças... em nome da fraternidade humana” (129). Precisamos de um mundo interconectado pela solidariedade, para um desenvolvimento que inclua também as nações mais pobres. Mais do que o utilitarismo, cabe nos mover pela gratuidade e acolhida fraternas, para além dos nacionalismos fechados (cf. n. 139-140). O olhar que Francisco (2020a) fomenta é global, deixando para trás todo confinamento, para sermos “fermento” e “enriquecer, colocar em marcha mecanismos de subsidiariedade”, porque alimentados pela “fraternidade universal e a amizade social” (n. 142). Afinal, cada um oferece de sua riqueza, em diálogo aberto, numa contribuição para o bem de todos.

Como já percebemos, tudo isso só pode ser fruto de sujeitos dialógicos que, fundados no amor, alimentam, segundo Freire (2014c), a confiança, numa “comunhão com o povo”, numa “práxis com o povo” (p. 175), convertendo-se isto “em parte constitutiva de nosso ser” (p. 231), fazendo-se carne (p. 232). Fé, amor, esperança alimentam este processo pois se coligam, em Freire (2014c), como constitutivos da prática, sendo a “forma de ação especificamente humana” (p. 129). Encontramos aqui as bases que alimentam um processo que não teme a liberdade, não tergiversa em relação à solidariedade (p. 174), luta para recuperar a huma-

nidade roubada (p. 118), buscando “a transformação permanente da realidade” (p. 115), sendo práxis no doloroso parto de libertação enquanto ela remete para a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (p. 52), práxis esta resultado da conscientização.

Estamos, assim, perfazendo o verdadeiro caminho para a paz social. Para este itinerário, estejamos atentos à palavra de Francisco (2020a): “O que conta é gerar processos de encontro, processos que possam construir um povo capaz de recolher as diferenças. Armemos os nossos filhos com as armas do diálogo! Ensinemos-lhes a boa batalha do encontro!” (n. 217). Disto nasce um “pacto social” (n. 218), no qual o sonho de “liberdade, igualdade e fraternidade” não é mera formalidade (n. 219), mas fruto de um verdadeiro diálogo que permeia a cultura como modo próprio de ser, sempre salvaguardando o “bem comum”, também quando for necessário ceder algo em nosso estilo de vida (n. 221).

Somos incentivados por Francisco (2020a) a “criar aquele poliedro bom onde todos encontram um lugar”, num “intercâmbio de dons a favor do bem comum” (n. 190), sem cair na intolerância, no fanatismo, em lógicas fechadas, dividindo o povo (n. 191). Cabe-nos difundir a tolerância, a convivência e a paz (n. 192), sem alimentar o ódio e nem o medo. É preciso, também na política, amar com ternura, num movimento que brote do coração que nos contagie e nos mova por inteiro em favor do próximo (n. 194). Isto alimentará a “esperança” que, colocada a serviço do bem, fará a boa política, criando laços de confiança, respeitando o direito de todos e alimentando o diálogo entre iguais (n. 195-196).

À guisa de conclusão

Diante da humanidade roubada, diante da “morte em vida” e da “vida proibida de ser vida” (FREIRE, 2014c, p. 233), urge responder com um empenho real pela humanização de todos, especialmente dos que têm sua humanidade roubada. Cabe gerar processos de encontro, de participação, com as armas do diálogo, colhendo a riqueza oferecida na diversidade, para um “pacto social” alicerçado na “liberdade, igualdade e fraternidade” (FRANCISCO, 2020a, n. 218). Identifiquem-se os problemas, encarem-se as dificuldades e busquem-se resolvê-las, num trabalho conjunto, como nos sugere o Papa (cf. n. 228). A verdadeira paz é fruto da justiça tecida através do “diálogo, buscando a recon-

ciação e o desenvolvimento mútuo” (FRANCISCO, 2020a, n. 229).

A política melhor passa pela democracia para evitar toda forma de mutismo, de mera conformação, de ajustamento e de domesticação. É hora de uma inserção social lúcida, de uma prática consciente, de uma ação política fundada na ética e de pessoas emancipadas e participativas. Digamos não ao “enfraquecimento da democracia” (FRANCISCO, 2020a, n. 157); busquemos uma “postura substantivamente democrática”, numa “vigilância permanente no sentido da coerência entre o discurso e a prática” (FREIRE, 2014a, p. 45). Sejamos “críticos e amorosos”, contra os que “pretendem impor o silêncio”; busquemos cultivar “formas autênticas e humanas de vida” (FREIRE, 2014c, p. 69, 112).

Cabe fomentar, segundo Francisco (2020a), um “cultivo consciente e pedagógico da fraternidade”, não apenas de “sócios”, o que ainda criaria mundos fechados, mas, num apego ao bem, busque-se o bem da humanidade inteira, sem exclusões, com “coisas belas, sublimes, edificantes” (n. 112), sendo “responsáveis pela fragilidade dos outros na procura dum destino comum” (n. 115). Desde a família, enfatiza o Papa, cultivem-se “os valores do amor e da fraternidade, da convivência e da partilha, da atenção e do cuidado pelo outro”, o que deve ser enfatizado igualmente pelos “educadores e formadores” (n. 114). A isto, acrescente-se o serviço e a solidariedade, cuidando das fragilidades. “Servir significa cuidar dos frágeis das nossas famílias, da nossa sociedade, do nosso povo” (n. 115).

Freire e Francisco são profetas destemidos que olham para o amanhã com os pés no chão. Pensam a vida desde os condenados da terra ou esfarrapados do mundo, desde os abandonados e excluídos. São profetas “fundados no que vivem, no que veem, no que escutam, no que percebem, no que integram” (cf. FREIRE, 2014d, p. 136). Denunciam as transgressões à vida encravadas na realidade e nas estruturas que a mantêm e, ao mesmo tempo, anunciam as possibilidades de um mundo melhor, assumidas como tarefa histórica, unindo ação e reflexão em vista das necessárias transformações.

O Papa Francisco (2020a) fala-nos “duma sede, duma aspiração, dum anseio de plenitude, de vida bem-sucedida, de querer agarrar o que é grande, o que enche o coração e eleva o espírito para coisas grandes, como a verdade, a bondade e a beleza, a justiça e o amor” (n. 55). Paulo Freire (2014d) apresenta-nos a história como possibilidade, num “estar no mundo...

com os outros, agindo, falando, pensando, refletindo, meditando, buscando” (p. 145), reconhecendo “a importância da consciência no processo de conhecer, de intervir no mundo” (p. 146), educando para a democracia enquanto nos tornamos capazes “de observar, de conhecer, de comparar, de avaliar, de decidir, de romper, de ser responsáveis” (p. 146).

Toda ação libertadora requer “uma profunda capacidade de amar” (FREIRE, 2014c, p. 232). A política só é nobre e não mera aparência se respondermos às seguintes perguntas: “Quanto amor coloquei no meu trabalho? Em que fiz progredir o povo? Que marcas deixei na vida da sociedade? Que laços reais construí? Que forças positivas desencadeei? Quanta paz social semeiei? Que produzi no lugar que me foi confiado?” (FRANCISCO, 2020a, n. 197). Talvez queiramos exclaimar com São Francisco de Assis (1983): “É isso que eu quero, isso que procuro, é isso que eu desejo fazer de todo o coração” (1Celano, n. 22). Porém, o Santo de Assis, em seu leito de morte, igualmente exclamou: “Começemos, irmãos, pois até agora pouco ou nada fizemos” (SÃO FRANCISCO DE ASSIS, 1983, 1Celano, n. 103).

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Ética cristã e desafio atuais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes, 2019.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis, São Paulo: Vozes, Paulinas, Paulus, Loyola, Ave Maria, 1993.

DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO. Papa Francisco. **Por que sois tão medrosos? Ainda não tendes fé?** Statio Orbis, 27 de março de 2020. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2021. Editado e distribuído no Brasil por CNBB, Fons Sapientiae, Paulinas, Paulus.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2008.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 36. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2014d.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1987. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html. Acesso em: 25 jul. 2022.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica Centesimus Annus**. Petrópolis: Vozes, 1991 (Documentos Pontifícios, 241).

JOÃO PAULO II. **Exortação apostólica Vita Consecrata**. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAPA FRANCISCO. **Carta encíclica Fratelli Tutti, sobre a fraternidade e a amizade social**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2020a. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 25 jul. 2022.

PAPA FRANCISCO. **Vamos sonhar juntos**: o caminho para um futuro melhor. Trad. Austen Ivereigh, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020b.

PIO XII. **Benignitas et humanitas**. Radiomensagem de Natal de 1944. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xii/it/speeches/1944/documents/hf_p-xii_spe_19441224_natale.html. Acesso em: 25 jul. 2022.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Escritos e biografias de São Francisco de Assis**. Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. 3. ed. Petrópolis: Vozes, CEFEPAL, 1983.

SCUOLA DI ALTA FORMAZIONE EDUCARE ALL'INCONTRO E ALLA SOLIDARIETÀ (EIS - LUMSA). **Educare oggi e domani**: Una passione che si rinnova. Sfide, strategie e prospettive dalle risposte al questionario dell'Instrumentum laboris. Roma: Congregazione per l'Educazione Cattolica, 2014.

Educar para a democracia: projetos de educação popular como alternativa

José Antonio Boareto¹

RESUMO: Considerando o método ver-julgar-agir, apresentamos um olhar sobre a atual realidade política brasileira a partir da conceituação de necropolítica do filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe, como apresentou o CONIC no texto-base da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2021. Em seguida, buscamos oferecer uma reflexão sobre a relação entre política e educação a partir de algumas discussões propostas pelo educador brasileiro Paulo Freire no que diz respeito às tarefas do educador e da instituição educativa, os quais não podem permanecer na neutralidade e devem se esforçar para serem progressistas dentro da ótica freireana. Também procuramos demonstrar que projetos de educação popular como prática política podem ocorrer a partir da escola pública como um centro aberto à comunidade, aos movimentos populares, sociais e eclesiais, favorecendo, assim, uma maior participação e promovendo uma cultura de solidariedade responsável.

Palavras-chaves: Política. Educação. Necropolítica. Democracia. Solidariedade.

RESUMEN: Considerando el método ver-juzgar-actuar, presentamos una mirada a la realidad política brasileña actual a partir de la conceptualización de la necropolítica del filósofo camerunés Joseph-Achille Mbembe, tal como la presenta el CONIC en el texto base de la Campaña Ecuménica de Fraternidad 2021. Buscan ofrecer una reflexión sobre la relación entre política y educación a partir de algunas discusiones propuestas por el educador brasileño Paulo Freire en torno al quehacer del educador y de la institución educativa, que no puede quedarse neutral y debe esforzarse por ser progresista dentro de la perspectiva freireana. También buscamos demostrar que los proyectos de educación popular como práctica política pueden darse desde la escuela

la pública como centro abierto a la comunidad, a los movimientos populares, sociales y eclesiales, favoreciendo así una mayor participación y promoviendo una cultura de solidaridad responsable.

Palabras clave: Política. Educación. Necropolítica. Democracia. Solidaridad.

Introdução

A pedagogia crítica de Paulo Freire², universalmente conhecido por sua didática apresentada na obra “Pedagogia do Oprimido”, é uma proposta de educação a partir da crença de que o educando assimila o objeto do estudo fazendo uso da dialética com a realidade, em contraposição a uma educação bancária³. Este método foi assumido pelos movimentos sociais e eclesiais da América Latina e hoje é o modo como compreendemos o que seja “fazer” educação em nosso continente. Apesar da origem do método ver-julgar-agir ser do âmbito eclesial católico (Ação Católica) e ainda considerado o método indutivo da Doutrina Social da Igreja, é popularmente conhecido como “método de Paulo Freire”.

Este reconhecimento dá-se justamente por causa da identificação de sua pedagogia com a dialética da realidade. Entretanto, o real é maior que a ideia, como ensina o Papa Francisco, e, por isso, queremos, através deste trabalho, demonstrar a importância que a elaboração de projetos de educação popular pode ter enquanto prática política. Pretendemos oferecer uma leitura interdisciplinar considerando o diálogo com

² Educador e filósofo brasileiro, considerado um notável pensador da pedagogia mundial, influenciou o movimento chamado pedagogia crítica. É o patrono da educação brasileira. Nasceu no Recife, em Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, e faleceu em São Paulo em 2 de maio de 1997.

³ Educação bancária é a perspectiva de que o educador deposita conhecimento no aluno até ele enriquecer-se. É o método tradicional da educação brasileira. Não considera o aluno enquanto “ativo” no processo educativo, isto é, não pondera que o educando também, por estar inserido numa realidade concreta, pode problematizá-la.

¹ Doutor em ciências da religião; professor da PUC-Campinas.

os outros saberes e utilizando o método ver-julgar-agir. Primeiramente, iremos VER a realidade atual de ameaça à democracia em que vive o Estado brasileiro. Para isso, partiremos da reflexão que fez o CONIC⁴ em 2021 ao apresentar o Brasil como um Estado que vive numa necropolítica e ao considerar as diversas formas de manifestação em prol da democracia que sinalizam os desafios do momento atual. Em seguida, no JULGAR, pretendemos dialogar com as perspectivas propostas por Paulo Freire em suas reflexões sobre Política e Educação: questões de nossa época, entre elas a importância de refletir sobre as tarefas do educador e da instituição educativa. Por fim, no AGIR, buscaremos demonstrar a importância e urgência de elaborar projetos de educação popular.

1 VER: O Estado brasileiro vivendo numa necropolítica

Ao dialogar com os outros saberes, começamos pelo texto-base da Campanha da Fraternidade Ecu-mênica⁵ de 2021. A reflexão proposta pelas igrejas cristãs ofereceu uma leitura daquele momento que permanece atual, pois considerou a situação da pandemia global e, ao mesmo tempo, analisou o contexto social brasileiro. Também é importante considerar os atos que demonstram a urgência do momento atual enquanto risco à democracia, em particular, o ato inter-religioso em homenagem a Bruno Pereira e Dom Phillips, promovido pelo Regional Sul 1 da CNBB na Catedral da Sé, e o ato do 11 de agosto de 2022, organizado pela Faculdade de Direito da USP, que lançou a “Carta aos brasileiros”, um manifesto a favor do Estado de Direito ameaçado.

A Campanha da Fraternidade Ecu-mênica acontece de cinco em cinco anos e, no ano passado, trouxe como tema “Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor” e o lema “Cristo é nossa paz: do que era dividido, fez uma unidade” (Ef 2,14). O texto-base que serviu para ajudar os cristãos e outras pessoas de boa vontade a refletirem sobre a temática proposta foi organizado a partir da pedagogia crítica, isto é, do método ver-jul-

gar-agir, acrescentando o “celebrar”. A partir de uma releitura da passagem dos discípulos de Emaús, a didática utilizada foi das “paradas”, e o VER foi a “primeira parada”. Lemos no texto-base: “Primeira parada: ‘o VER’ - um convite para conversar sobre os acontecimentos mais recentes que marcam nossa história e observar se as alternativas e saídas que identificamos são opções coerentes com a Boa Nova do Evangelho” (CONIC, 2021, p. 14).

O texto-base traz uma leitura da situação vivenciada pelo país diante da emergência da pandemia global da Covid-19 e afirma que as vidas interrompidas não podem ser apenas compreendidas como meras estatísticas: cada uma delas representa ausência, saudade, interrupção de planos e projetos. O CONIC afirmou que a pandemia revelou nossa fragilidade, nossa vulnerabilidade e o nosso potencial autodestrutivo, e apresentou suas impressões que chamaram a atenção a partir desta experiência (CONIC, 2021, p. 16).

Chamaram a atenção para o surgimento de discursos religiosos que associavam o fim da pandemia ao fim do mundo e à volta de Jesus, e para as igrejas que reivindicaram o direito de permanecer abertas, realizando suas celebrações e causando, assim, contaminações e mortes. O *lobby religioso* conseguiu incluir as atividades religiosas como “atividades essenciais” para poder abrir seus templos e celebrações. Discursos negacionistas sobre a realidade e letalidade da Covid-19 foram recorrentes, assim como a negação da ciência e do papel de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Teorias conspiratórias de que a Covid-19 fora desenvolvida em laboratórios da China foram disseminadas. No Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades e a estratificação racial, econômica e social (CONIC, 2021, p. 17-18).

A partir destas constatações, o CONIC quis, justamente, com esta Campanha da Fraternidade Ecu-mênica, demonstrar a urgência de repensar nossos relacionamentos, afinal, mesmo diante das mortes provocadas pela pandemia, parte da sociedade seguiu manifestando seu racismo, seu ódio aos pobres e seu egoísmo. O Estado seguiu capturado pelo mercado. Os bancos foram os grandes receptores da ajuda do Estado, enquanto à população em vulnerabilidade econômica restou a Renda Básica Emergencial, graças à mobilização da sociedade civil organizada. (CONIC, 2021, p. 19).

4 Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. Atualmente, são membros as igrejas: Aliança de Batistas do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e Igreja Presbiteriana Unida.

5 A Campanha da Fraternidade é realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a cada cinco anos de forma ecumênica envolvendo a participação de outras denominações religiosas. Oficialmente ela foi lançada como campanha nacional em 1962, mas realizada pela primeira vez na Quaresma de 1964.

O texto-base traz um panorama do contexto socio-político vivido pelo Brasil desde 2016, demonstrando o aprofundamento de tensões e conflitos advindos desde 2016:

O Brasil vive uma efervescência de novos movimentos sociais com ressonâncias políticas. Eles são reflexos de um contexto de crises e colapsos de sistemas econômicos que requerem transformações nos mais diferentes modos de relações sociais e econômicas que ocorrem tanto em nível nacional quanto global. Desde a CFE 2016, o país vem enfrentando momentos de tensões e conflitos. No ano de 2016, o processo eleitoral foi conturbado e questionado. Em seguida, o país se dividiu sobre a legitimidade ou não do processo de impedimento de mandato presidencial. Aprofundaram-se os acirramentos de disputas partidárias e os desentendimentos entre lideranças políticas e também religiosas, que tinham leituras diferentes da realidade. Junto com tudo isso, vieram reformas impopulares e controversas, entre elas, a reforma Trabalhista, a da seguridade social e a Lei do Teto de Gastos, que afeta diretamente os investimentos públicos necessários para efeito de justiça social, em especial na educação e na saúde. Houve aumento de desemprego e da pobreza, aprofundando as desigualdades, a fragilização das relações e das condições de trabalho e o agravamento de conflitos entre grupos políticos, movimentos sociais e religiosos e organizações da sociedade civil. Proliferou o uso indevido das redes sociais com a difusão de *fake news* (notícias falsas) e de discursos de ódio. A sociedade brasileira vive momentos difíceis por causa dos muitos muros construídos: do racismo, das desigualdades econômicas, da dificuldade de conviver com opiniões diferentes, de desrespeito e ataque às instituições. (CONIC, 2021, p. 20-21).

Ao apresentar esta situação-limite da realidade social brasileira, o texto-base oferece uma conceitualização que colabora com uma interpretação deste contexto, e é no pensamento do filósofo camaronês Achille Mbembe que encontra esta “chave de leitura” – o sistema de “necropolítica”:

Esse sistema de segregação e descarte de pessoas consideradas empecilhos e inúteis permanece ainda hoje. O camaronês Achille Mbembe, chama esse sistema de “necropolítica”, trata-se de uma política

em que o Estado se julga soberano para escolher quem morre e quem vive. Na lógica da necropolítica, a humanidade do outro é negada. São estimuladas políticas de inimizade. A violência praticada pelo Estado é legitimada e justificada. No caso brasileiro, sinais da necropolítica são perceptíveis em setores da segurança pública que é altamente repressiva e violenta contra pessoas negras e pobres. Da mesma forma, pode-se ver a necropolítica na não regulação dos territórios indígenas, ou quando o governo brasileiro não adota políticas efetivas no combate à Covid-19. A necropolítica se volta contra as maiorias falsamente consideradas minorias: juventude negra, mulheres, povos tradicionais, imigrantes, grupos LGBTQI+, todas e todos que, por causa de preconceito e intolerância, são classificados como não cidadãos e, portanto, inimigos do sistema. (CONIC, 2021, p. 26).

Na necropolítica que vive o Estado brasileiro agravou-se a xenofobia, e essa violência foi demonstrada pelo descaso do Governo com as comunidades indígenas em relação à emergência da pandemia da Covid-19. A Articulação Brasileira dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) denunciou a subnotificação dos dados relacionados à contaminação pela Covid-19 nas populações indígenas. No dia 4 de julho de 2020, havia 11.270 casos confirmados entre povos indígenas, sendo que 418 indígenas morreram. O CONIC também afirma que o “mito da democracia racial” caiu por terra e que o racismo é um dos elementos estruturantes da sociedade brasileira, o que fica evidente ao observarmos a população carcerária, majoritariamente negra. Lemos no texto-base:

A população encarcerada apresenta um nítido perfil socioeconômico que denuncia a prática de violação dos direitos básicos à expressão da vida em sua integralidade. Em pesquisa realizada pelo CNJ no ano de 2018, do total populacional, à época, cerca de 54,96% foram classificados como pretos ou pardos, enquanto 42,03% foram identificadas como pessoas brancas. Quanto à faixa etária das pessoas privadas de liberdade no país, 30,52% têm entre 18 e 24 anos e 23,39% entre 25 e 29 anos de idade, demonstrando que mais da metade da população carcerária registrada é jovem. Sobre a escolaridade, 2,51% foram classificadas como não alfabetizadas, 24,04% com ensino fundamental incompleto e 52,27% com ensino fundamental completo. Apenas 0,83% alcançaram o ensino

superior completo. É de se evidenciar que 78,82% da população carcerária sequer alcançou o ensino médio. Esses dados atestam, claramente, o direcionamento seletivo e racista do sistema penal e a decomposição da gestão pública e do trato com a situação dos excluídos da sociedade. (CONIC, 2021, p. 33-35).

Esta realidade revela o contexto fundamentalista e de extremismo em que o País está mergulhado. Tal contexto também se faz sentir em relação à situação religiosa desses povos, os quais precisam diariamente identificar estratégias para viver a sua tradição religiosa. A perseguição a estes povos é a perpetuação do racismo disfarçado de intolerância religiosa. Diante desta realidade de necropolítica do Estado brasileiro que “fabrica” o ódio nacional e mesmo internacional⁶, faz-se necessário reconhecer o esforço que vem sendo feito por parte da sociedade civil em construir pontes e fortalecer territórios diante de tantos muros levantados, e a importância da luta pela vida contra uma cultura de morte brutal que se impõe a partir do Estado, cujo sistema democrático está sendo permanentemente ameaçado.

2 Atos que inspiram perspectivas de vida diante da necropolítica do Estado brasileiro: ampliando o olhar sobre a realidade: esperar!

Expressão da necropolítica do Estado brasileiro foram as mortes do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. No dia 15 de junho de 2022, a Polícia Federal encontrou os corpos deles. O local onde os restos mortais foram encontrados foi indicado pelo pescador Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como “Pelado”, o qual confessou envolvimento no crime. Oliveira estava detido desde 7 de junho, quando foi encontrado portando armas e munição. Seu irmão, Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como Dos Santos, também participou do assassinato e está preso. A suspeita é que o crime esteja associado à atividade de pesca ilegal que ocorre na região, ligada ao narcotráfico e que coloca em risco comunidades indígenas.

⁶ Para Juan José Tamayo, é preciso considerar que o ódio internacional se organiza como uma internacional cristo-fascista através de uma aliança coordenada entre grupos coletivos, não de modo estrito – o que seria sério demais –, mas é possível observar que suas ideologias, práticas, discursos e estratégias são idênticos tanto nos grupos de extrema direita política como nos movimentos cristãos integralistas. Para ele, o ódio não é algo natural e inevitável, mas sim “fabricado”, algo que se incuba e se programa, e se fomenta por meio de múltiplos mecanismos, até o ponto que chega a ser normalizado (CÚNEO, 2021).

Pereira já havia denunciado a atividade criminosa em outras ocasiões (MONTE, 2022).

Dados reunidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que, de 2009 a 2019, mais de 300 pessoas foram assassinadas no país em conflitos envolvendo demarcação de terras e recursos naturais na Amazônia. Por anos, estes números alçaram o país às primeiras posições de um ranking internacional lamentável: o de países que mais matam ativistas ambientais. Em 2019, o Brasil chegou a ocupar o terceiro lugar do levantamento feito pela Global Witness, com 24 mortes, atrás apenas da Colômbia (64) e Filipinas (43) (ILHÉU, 2022).

Para Sarah Shenker, responsável pelas campanhas da ONG britânica de proteção aos povos indígenas *Survival International*, o crescimento de conflitos envolvendo demarcações de terras e recursos naturais na Amazônia, que tem levado ao assassinato de indígenas e ativistas ambientais, está diretamente vinculado às ações do Governo a favor do agronegócio em detrimento das comunidades indígenas. Lemos a respeito em sua entrevista ao Jornal Nexo:

Em entrevista ao Jornal Nexo, Sarah Shenker, responsável pelas campanhas da ONG britânica de proteção aos povos indígenas *Survival International*, afirmou que “a matança é particularmente intensa em áreas onde terras de povos indígenas foram roubadas ou invadidas e eles lutam para tentar retomá-las”. Para completar, a violência se agrava à medida que os crimes contra os ambientalistas seguem impunes. Dos 300 assassinatos registrados pela CPT, apenas 14 foram levados à julgamento, indica o relatório da *Human Rights Watch*. A devastação ambiental e a violência contra quem se opõe a ela é, certamente, tão antiga quanto o próprio Brasil. Mas para especialistas em meio ambiente, é inegável que a situação agravou-se nos últimos quatro anos. “Não surpreende que no Brasil de Bolsonaro as coisas tenham ficado muito piores, com sua retórica racista e propostas de abrir territórios indígenas para o agronegócio e a mineração de larga escala”, afirma Sarah Shenker, da *Survival International*. O governo do presidente Jair Bolsonaro ficou marcado pela flexibilização de leis ambientais, pelo desmonte de órgãos como o ICMBio e por escândalos envolvendo madeireiras. O resultado se expressa em recordes de desmatamento e queimadas, além do aumento da violência contra povos indígenas e outros ativistas do meio ambiente. Dados

do Centro de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (Cedoc-CPT) apontaram que os assassinatos no campo aumentaram 75% entre 2020 e 2021. Já as mortes por conflitos apresentaram um aumento de 1.100% no mesmo período, sendo a terra indígena Yanomami a mais afetada (ILHÉU, 2022).

Diante dessa tragédia envolvendo Bruno Pereira e Dom Phillips, a Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns por Justiça e Paz, em parceria com a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, a Comissão Arns de Direitos Humanos, o Instituto Vladimir Herzog e a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além das centrais sindicais, artistas e lideranças sociais, organizaram um ato inter-religioso na Catedral da Sé no dia 16 de julho de 2022 em homenagem a eles e em defesa dos povos indígenas. O ato também teve como objetivo firmar o posicionamento dos trabalhadores e trabalhadoras contra a violência política, em defesa da liberdade e da normalidade do processo eleitoral. A atividade, em tom de manifestação e indignação contra a violência política, relembrou a trajetória de Dom Paulo Evaristo Arns, reconhecido por abrir as portas da Igreja para acolher militantes perseguidos pelas forças de repressão, e de Dom Cláudio Hummes, defensor dos povos indígenas (CATEDRAL DA SÉ, 2022).

Várias lideranças indígenas, as viúvas e líderes religiosos fizeram uso da palavra, e em uníssono todos e todas pediram justiça para Bruno e Dom. O presidente do Regional Sul 1 da CNBB, Dom Pedro Luiz Stringhini, abriu o ato fazendo seu discurso. Iniciou dizendo que “A Catedral da Sé de São Paulo, mais uma vez, acolhe um culto inter-religioso em favor dos direitos humanos, da justiça e da paz”. Em sua fala, ressaltou que “No Brasil chamam a atenção e causam indignação a escalada da violência contra os povos indígenas e tradicionais, fruto do descaso oficial, e o desmonte de políticas públicas de preservação do meio ambiente, nossa casa comum” (EM ATO, 2022). Fez ainda menção à defesa da democracia neste período eleitoral:

É hora de mobilizar, se necessário indo às ruas, para defender a democracia e as eleições. Com a firmeza permanente e pela não-violência ativa, estejam unidos os movimentos populares, as igrejas e grupos religiosos, as forças políticas progressistas, enfim, toda a sociedade civil, para que a civilização vença a barbárie (EM ATO, 2022).

Mesmo à sombra de um mundo fechado e diante de tempos sombrios, não se pode deixar de esperar, por isso, convidou Dom Luiz no final do seu discurso:

O Brasil é um país de beleza e alegria, de canto e poesia, de fé e religiosidade, de trabalho e dignidade. É preciso sonhar e reconstruir nosso País, vislumbrando um horizonte mais belo e mais feliz para todos os brasileiros! Pela democracia, pela justiça social e pela paz! (EM ATO, 2022).

Beto Marubo, líder da União dos Povos Indígenas e Organização representativa da terra indígena do Vale do Javari no Amazonas (Univaja), em discurso gravado, fez o seguinte pedido à sociedade: “Eu quero, e para além desse momento, que cada um de nós possamos pensar até que ponto vamos permitir que pessoas que apenas sonham com um meio ambiente sadio, que atuavam pelos menos favorecidos, tenham um fim tão trágico” (CATEDRAL DA SÉ, 2022).

Outro ato é o do dia 11 de agosto de 2022 da Faculdade de Direito da USP, onde foi lida a “Carta aos brasileiros”. Numa entrevista ao UOL Notícias, Celso Campilongo, diretor da Faculdade de Direito da USP, conversa sobre o ato do dia 11 de agosto e afirma que inicialmente ele havia pensado que a mobilização não passaria de 200 pessoas, mas, em menos de 24 horas do lançamento do manifesto, já havia chegado a 300.000 mil assinaturas (BULLA, 2022).

O diretor inicia sua conversa dizendo que “[...] preferiria mil vezes não estar nesta situação. Acho que a democracia brasileira está em risco, sim”. Em seguida, a entrevistadora, Beatriz Bulla, do Estadão, pergunta se ele imaginava essa repercussão, e ele responde: “É acima de qualquer expectativa que eu pudesse ter”. Em seguida, a entrevistadora pergunta por que invocar a carta de 1977 e em que os dois momentos se assemelham. Diz o diretor:

Temos semelhanças e diferenças. Vou começar pelas diferenças. Em 1977, tínhamos muito medo da ditadura, de participar de atos públicos. A UNE era proibida. A peruada (festa tradicional da Faculdade de Direito) ficou proibida. As pessoas ficavam com medo de, num ato público, serem filmadas ou fotografadas e que essas imagens fossem cedidas ao Dops. Vejo que 1977 representou uma mudança de rumo na luta pela reconquista da democracia. Foi um momento de inflexão. A manifestação mais chamativa dessa mudança de rumo são as adesões do meio empresa-

rial, da FIESP, de bancos e empresários. Nisso, é muito parecido com 1977. (BULLA, 2022).

Em relação às críticas que a carta recebeu disse que “De ‘gripezinha’ à ‘cartinha’, querem diminuir o Brasil à condição de ‘paisinho’. Há dois dias, ouvimos críticas inconsistentes à carta e vemos o número de adesões crescer de forma explosiva”, e ainda reiterou: “O Brasil não aceita diminuição de sua democracia e de suas eleições” (BULLA, 2022).

A entrevistadora perguntou como ele se sentia em fazer um ato em defesa da democracia, depois de ter acompanhado a redemocratização. Campilongo respondeu:

Temos manifestações no Executivo que deixam claro porque as pessoas estão preocupadas. São falas como “não vou cumprir decisão judicial”, “esta é a última vez”, “não estique mais a corda”. São aberrações inadmissíveis. Mas partem também de grupos organizados na sociedade civil que funcionam como milícias digitais. (BULLA, 2022).

A partir de uma leitura da realidade social brasileira à luz da interpretação do conceito de necropolítica, procuramos demonstrar o desafio que se coloca para os cidadãos: o empenho em lutar pela defesa da democracia que está ameaçada, como demonstrado pelo morticínio dos povos indígenas, ativistas ambientais, e pela realidade de estratificação racial brasileira.

3 JULGAR: Política e Educação em Paulo Freire: Algumas questões de nossa época a serem consideradas nesta dialética necessária

Antes de trazer a reflexão de Paulo Freire sobre a temática da Política e Educação em algumas questões específicas que estão relacionadas diretamente ao educar para a democracia, primeiro, reconhecemos que é necessário entender o que seja a democracia e mesmo entender a atual crise em que se encontra o sistema democrático. Os cidadãos não confiam mais nos partidos e nas instituições democráticas: duvidam que estejam em condições de proteger a sua segurança e de garantir o bem-estar de todas as camadas sociais. Segundo Bartolomeo Sorge, “a democracia representativa está em crise porque depois do fim das ideologias dos séculos XIX e XX, a política perdeu hoje a sua tensão ideal e a sua inspiração ética”. Continua

ele: “Numa palavra, a política perdeu a alma; e quando uma realidade vivente perde a alma, corrompe-se. A corrupção da política está sob os olhos de todos” (SORGE, 2018, p. 57).

Toda vez que a política entra em crise, desenvolvem-se inevitavelmente duas graves patologias que podem ser mortais para a própria democracia. A primeira é a “antipolítica”. Ela se manifesta principalmente no desinteresse, no absenteísmo, até na rejeição da classe dirigente e do próprio sistema democrático. A segunda patologia é o “populismo”, que se manifesta com tendência a privilegiar a relação direta com o povo e com a rua (também com a web), relegando para segundo plano as mediações institucionais e as regras da democracia representativa, com consequências nefastas (SORGE, 2018, p. 58).

A crise atual da democracia ocorre diante de duas concepções de liberdade sobre as quais se funda o “Estado de Direito”: o neoliberalismo e o reformismo, que são dois grandes temas de fundo dos quais se deve partir para superar os resíduos ideológicos que ainda impedem a superação da crise atual da democracia representativa e a passagem para uma democracia madura, deliberativa e participativa. Liberdade e solidariedade são os pontos fundamentais sobre os quais se confrontam e se chocam os dois diferentes modelos democráticos existentes: o neoliberal (de direita) e o reformista (de esquerda) (SORGE, 2018, p. 62).

O limite da cultura política neoliberalista está em considerar que a legalidade consiste essencialmente na mera observância das regras. Ou seja, além do direito do outro e da vontade da maioria, não haveria outro limite nem presumida verdade ou norma ética transcendente que impedissem a livre autodeterminação do indivíduo. Sobre esta “filosofia” de cunho individualista radical, se apoia a prática política do neoliberalismo. A maioria pode decidir e fazer o que quiser (SORGE, 2018, p. 63).

A cultura política reformista, em segundo lugar, tem uma concepção diferente da solidariedade responsável, ou seja, da relação entre indivíduo e sociedade. Certamente a vontade da maioria deve prevalecer sobre os interesses particulares, mas a busca do bem comum não pode prescindir do diálogo e da participação responsável das minorias (SORGE, 2018, p. 64).

Bartolomeo Sorge, após apresentar os fundamentos da crise atual da democracia, oferece uma compreensão sobre a relação entre a Igreja e a democracia. Segundo ele, é importante ressaltar que a própria Igreja tem hoje outra relação e compreensão da demo-

cracia e que através da sua DSI está mais próxima das posições do reformismo, ou seja, da observância das regras sustentadas e integradas por uma solidariedade responsável: “Todos somos verdadeiramente responsáveis por todos”. Portanto, coloca-se o desafio da democracia que é conjugar solidariedade e responsabilidade no respeito pela legalidade:

De fato, a sociedade humana é uma comunidade de pessoas que estão em relação, não é – como gostaria o liberalismo – um rebanho de indivíduos anônimos um ao lado do outro, cada um deles pensando só em si mesmo. A liberdade individual tem sempre uma dimensão social. Em particular – em virtude do princípio de solidariedade responsável ou “subsidiariedade” – é importante que não seja tirado dos indivíduos o que eles podem realizar com as próprias forças; nem a instância superior deverá colocar-se no lugar da inferior nas tarefas que ele pode desempenhar: Os governantes tenham o cuidado de não impedir as associações familiares, sociais ou culturais e os corpos ou organismos intermédios, nem os privem da sua atividade legítima e eficaz; pelo contrário, procurem de bom grado promovê-los ordenadamente. [...] A Igreja hoje, por um lado, reconhece que a democracia é a melhor forma de governo; por outro lado, porém, insiste no fato de que o fim da democracia é o homem com a sua dignidade e com as suas liberdades pessoais e sociais. O sistema democrático é apenas um instrumento e, como tal, recebe a sua moralidade do fim ao qual serve. Consequentemente, a democracia alcançará o seu fim (que é o de garantir igual dignidade e liberdade a todos), à medida que encarnar e promover os autênticos valores humanos, pessoais e sociais. De outro modo, a democracia pode transformar-se paradoxalmente em instrumento de opressão, em totalitarismo disfarçado. (SORGE, 2018, p. 65).

Considerando que o desafio da democracia seja a solidariedade responsável, as perspectivas de Paulo Freire em suas discussões sobre Política e Educação podem “iluminar o caminho” educativo/pedagógico para favorecer uma educação para a responsabilidade que culmine numa participação comunitária tendo em vista o esforço para a formação cidadã.

Anteriormente a todo processo educativo é preciso considerar a realidade do educador e da instituição educativa. Ao reconhecer a dialética da própria realidade, percebe-se que esta também interpela o próprio

educador e a instituição educativa. O texto intitulado “Universidade Católica - reflexões em torno de suas tarefas” demonstra a importância que tem o educador/universidade de reconhecer como realiza a “travessia aqui”. Para isso, será necessário refletir sobre o conceito de História e Política e, conseqüentemente, da democracia enquanto sistema que favorece a cidadania, ou seja, a salvaguarda da dignidade humana, dos direitos humanos fundamentais, da igualdade fundamental de toda pessoa humana, do empenho pela equidade por meio da justiça social e a paz: o bem comum.

Na perspectiva de Paulo Freire, não é possível a neutralidade: ou se é progressista ou tradicionalista. Comentando sobre as tarefas da Universidade Católica, o pesquisador afirma: “não se faz pesquisa, não se faz docência como não se faz extensão como se fossem práticas neutras. Preciso saber a favor de quem e de quem, portanto contra quem e quem, pesquiso, ensino e me envolvo em atividades para além dos muros da Universidade”. Refletindo sobre a impossibilidade de neutralidade da Universidade Católica, diz: “A própria especificidade da Universidade Católica que a singulariza em face de outras universidades privadas ou públicas é trabalhada de forma diferente se o poder que a governa se orienta numa perspectiva progressista ou tradicionalista.” (FREIRE, 2001, p. 54).

O que ele denomina perspectiva progressista e tradicionalista está relacionado à tolerância, ou seja, mais tolerante, mais progressista, mais democrático; menos tolerante, mais intolerante e dogmático, mais tradicionalista. Ensina, Paulo Freire, sobre a tolerância enquanto virtude a ser cultivada na Universidade Católica:

Uma dessas virtudes a que gostaria de fazer referência agora e sem cuja efetivação a Universidade Católica progressista se perde por perder o endereço e vira então tradicionalista, reacionária, é a tolerância. É a virtude cuja prática nos ensina a conviver com o diferente, sem que isto deva significar a desistência por parte dos diferentes de continuar defendendo suas posições. A tolerância significa apenas que os diferentes têm o direito de continuar diferentes e o direito de aprender de suas diferenças. Diferenças de natureza religiosa, cultural, sexual, político-ideológica, diferenças raciais, de classe. A tolerância não pretende negar nem tampouco esconder os possíveis conflitos entre os diferentes nem por outro lado, desconhecer que há diferentes porque são antagonicos

entre si. O que a tolerância pretende é a convivência possível, respeitadas as diferenças dos que convivem. Tanto mais democrática uma universidade quanto mais tolerante, quanto mais se abre à compreensão dos diferentes, quanto mais se pode tornar objeto da compreensão dos demais. No fundo, a tolerância que deve informar as tarefas diversas da Universidade, a docência, a pesquisa, a extensão; as relações entre as faculdades, as relações entre os diferentes Departamentos e ou Programas é algo a ser perseguido por todos e todas que a entendem indispensável à vida universitária. (FREIRE, 2001, p. 54).

Paulo Freire ainda afirma que “sem a humildade, porém, a tolerância não se viabiliza”. Se por um lado tolerância e humildade andam de mão dada, por outro, o ambiente acadêmico está cheio de intolerância e arrogância, e por isso a tolerância é uma virtude a ser perseguida por todo educador/universidade. É uma “conversão” político-pedagógica a ser buscada pela universidade, entretanto, o próprio respeito à liberdade dessa busca já é um modo de viver a tolerância. Explica:

O ambiente acadêmico vive cheio de intolerância pela escassez de humildade que nos caracteriza. A inveja do brilho do outro ou da outra; o medo de perder nosso pequeno mundo de admiradores; atraídos por luz nova que possa surgir, ou o medo de não criá-lo; a insegurança em nós mesmos, tudo isso nos impermeabiliza à experiência da tolerância como da humildade. E quanto mais distantes delas ficamos tanto mais difícil se torna a sabedoria que nos deixa sempre quietos na inquietude, sempre pacientes na impaciência. É nesse sentido que uma Universidade Católica que vive e testemunhe a tolerância, não tendo por que deixar de ser católica, não precisa nem deve discriminar estudantes, professores, pesquisadores de outras profissões de fé ou indiferentes a ela. Sua abertura ao mundo é uma abertura compreensiva das diferenças religiosas, das diferentes leituras de mundo, dos diferentes gostos estéticos, das diferentes posições ideológicas. Sua abertura ao mundo é uma abertura compreensiva do progresso da ciência, que descarte o cientificismo do progresso da tecnologia, vista criticamente, nem negada como algo diabólico, nem aclamada como algo que se diviniza. Sem perder a sua especificidade, a Universidade Católica,

pós-modernamente progressista, encontra a razão de ser para as suas certezas muito mais na tolerância que a faz crescer no respeito a outras certezas do que nas posições sectárias que negam o direito aos outros de pensar diferentemente. (FREIRE, 2001, p. 55).

Ele ainda apresenta outras duas tarefas da Universidade Católica nesta perspectiva de ser mais tolerante: a curiosidade e a tarefa de desocultar verdades e sublinhar bonitezas. Diz Paulo Freire: “A curiosidade metódica, exigente, que tomando distância do seu objeto, dele se aproxima para conhecê-lo e dele falar prudentemente”, e ainda que “desocultar verdades e sublinhar bonitezas não podem ser exercícios intolerantes”. Ele continua: “não confundo, porém, respeito ao outro e à sua verdade, com conveniência com sua forma de negar a verdade. É preciso, inclusive deixar claro que o meu respeito à sua posição não significa condescendência da minha parte”. E por fim, a respeito destas tarefas, diz: “Este esforço de desocultar verdades e sublinhar bonitezas une, em lugar de afastar, como antagônicas, a formação científica com a artística. O estético, o ético, o político não podem estar ausentes nem da formação nem da prática científica.” (FREIRE, 2001, p. 56).

Estas tarefas favorecem a tolerância e levam a universidade a tornar-se mais democrática como aprendemos nesta reflexão de Paulo Freire. O que aqui se diz sobre o educador/universidade católica pode se dizer do educador popular e da educação popular: a educação deve ter como princípio primeiro o respeito à diversidade. Neste sentido, a perspectiva de Paulo Freire encontra eco hoje na proposta do Pacto Educativo Global⁷, cujo objetivo principal é promover uma educação para uma ética da alteridade em prol

7 Em 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco emite uma mensagem por ocasião do lançamento do Pacto Educativo Global. Entretanto, devido à pandemia, foi necessário adiar o evento. Em 15 de outubro de 2020, de modo remoto, ocorreu o lançamento do Pacto. Conforme lemos no próprio *Instrumentum Laboris*, compreendemos que “tal iniciativa não é uma ideia nova e repentina, mas a concretização de uma visão e de um pensamento que o Papa manifestou várias vezes em seus discursos” (FRANCISCO, 2019, p. 2). A fundamentação do Pacto são as encíclicas *Evangelii Gaudium* e *Laudato Si'*, as quais estão em sintonia com o Concílio Vaticano II e o pós-Concílio. Na perspectiva apontada pelo Papa Francisco em sermos uma “Igreja em saída”, somos convidados a uma nova posição pastoral que é feita de “primeirar”, isto é, fazer acontecer. Uma Igreja em saída é uma comunidade que se envolve. Após considerar os problemas do mundo e da cultura atual, propõe o desafio da “mística de viver juntos”, isto é, tornar essa maré um pouco caótica em uma experiência de fraternidade, numa caravana solidária (Cf. FRANCISCO, 2019, p. 2). Neste convite, está, também, o cuidado com as fragilidades do povo e do mundo, e ele não é dirigido somente aos cristãos, mas a todos os homens e todas as mulheres da terra que reconhecem que “a educação e a formação se tornam prioritárias, pois ajudam a se tornar protagonistas diretos e construtores do bem comum e da paz” (FRANCISCO, 2019, p. 2). Considerando ainda que “a educação será ineficaz e os seus esforços estereis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza” (LS, n. 215) (BOARETO, 2021).

do bem comum, compreendido na salvaguarda da dignidade humana e da natureza, entendendo-se a realidade dentro da ótica de ecologia integral, isto é, socioambiental.

4 AGIR: Projetos de educação popular como alternativa

Considerando a perspectiva freireana – quanto mais tolerante, mais democrático –, reconhecemos que a exigência de promover uma pedagogia e pedagógica da libertação é o caminho educativo a ser percorrido, fazendo-se necessário respeitar a diversidade e promover a amizade social enquanto convivência entre diferentes. É também um caminho democrático, afinal, educa para a cidadania e promove o bem comum na superação de uma realidade concreta opressora.

Enrique Dussel⁸, em sua filosofia da libertação, reflete acerca da pedagogia e da pedagógica da libertação. Para ele, a pedagogia diz respeito a processos educativos, métodos, maneiras de ensinar que visam discutir e problematizar o campo da educação na perspectiva histórica com vistas a orientar a ação educativa. A pedagógica relaciona-se com o campo da filosofia que reflete sobre a relação face a face do mestre com o discípulo, do pai com o filho. Na pedagógica política, ainda segundo Dussel, a relação ocorre entre a cultura dominante e a cultura popular, e, por isso, é importante buscar compreender os processos históricos de alienação e libertação da ontologia da totalidade europeia. O desafio pedagógico é o encobrimento do outro e de sua expressão cultural pela totalidade (TIROLI, 2021).

Uma pedagógica alicerçada na filosofia da libertação não se consolida numa relação de dominação mestre e discípulo, mas ambos são distintos na relação face a face. A alteridade deve possibilitar que o professor compreenda o aluno como outro que lhe escapa, e a proximidade permite uma abordagem de libertação e não de alienação. Para Dussel, “escutar o aluno é saber ser professor, é saber se curvar ao novo [...] tudo está em que método pedagógico se deve utilizar. Há métodos que lutam contra a totalidade pre-

tendendo instaurar uma nova dominação; há outros que negam a totalidade fechada e intentam abri-la à alteridade” (TIROLI, 2021).

Neste sentido, afirmamos que os projetos de educação popular precisam considerar o esforço por buscar a tolerância apreendida enquanto abertura à alteridade e, ao mesmo tempo, ser uma pedagogia e pedagógica da libertação, pois assim estarão a serviço da educação para a democracia. O educador deve auxiliar o educando no desvelamento da própria realidade, visto que “o ethos da libertação pedagógica exige que o mestre saiba ouvir, no silêncio e com respeito, a juventude, o povo” (DUSSEL, 1977, p. 117).

Para Paulo Freire, importante é a relação entre escola pública e educação popular, pois é preciso reconhecer que os jogos de interesses e as contradições que acontecem no corpo da sociedade se refletem necessariamente no espaço das escolas. As escolas e a prática educativa não são imunes ao que acontece na rua. Entretanto, só a escola pública progressista é capaz de considerar esta realidade, a velha escola tradicionalista e autoritária apenas considera as relações entre educadores e educandos. Freire ensina que essa nova escola está em relação com a educação popular, pois ela se compreende como espaço aberto à comunidade e não fechado em si mesmo. Explica:

Nesta altura da reflexão, me parece importante deixar claro que a educação popular cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um nadar contra a correnteza é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalho o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. É o que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através do rigoroso trabalho docente e não com frouxidão assistencialista, é a que capacita suas professoras cientificamente à luz dos recentes achados em torno da aquisição da linguagem, do ensino da escrita e da leitura. Formação científica e clareza política de que as educadoras e os educado-

⁸ Enrique Dussel nasceu no dia 24 de dezembro de 1934, filósofo argentino, expoente da filosofia da libertação e do pensamento latino-americano. Suas obras discorrem sobre temas de filosofia, política, ética e teologia. Ao elaborar sua filosofia da libertação, trabalha com conceitos-chaves de Totalidade e Exterioridade. Ele vê no pensamento de Levinas a possibilidade de pensar a filosofia da América Latina.

res precisam para superar desvios que, se não experimentados pela maioria, se acham presentes em minoria significativa. Como, por exemplo, a ilusão de que os índices de reprovação revelam uma certa rigidez necessária ao educador; como, por exemplo, vaticinar nos primeiros dias de aula, que estes ou aqueles alunos serão reprovados, como se os professores devem ser videntes também. (FREIRE, 2001, p. 49).

A escola pública que se relaciona com a educação popular é aquela que se aproxima da presença dos pais, da comunidade, dos movimentos populares com os quais aprende, para a eles poder ensinar também. É a que compreende a escola como um centro aberto à comunidade. É a que supera preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substancialidade democrática. E as relações entre educadores e educandos vão além numa postura crítica à tradicional escola velha e à natureza autoritária e exploradora do capitalismo. Assim, a educação realiza-se como prática eminentemente política, tão política quanto a que oculta, nem por isso a escola transforma-se em sindicato ou partido (FREIRE, 2001, p. 49).

Diante da situação de necropolítica que vive o Estado brasileiro, é urgente recuperar a escola pública como espaço aberto à comunidade e aos movimentos populares para que possam, num processo de educação libertadora, promover uma prática educativa eminentemente política, necessariamente democrática. É preciso elaborar projetos de educação popular com o apoio da escola pública, fortalecendo redes nos mais diversos territórios onde estão localizadas as escolas públicas, junto à comunidade, aos movimentos populares, sociais e eclesiais, em prol da democracia enquanto favorecedora de uma cultura da solidariedade responsável que expresse uma participação mais madura. Elaborar projetos a partir das necessidades da comunidade, como alfabetização de adultos e conscientização dos direitos humanos fundamentais e a importância de reivindicá-los. Uma educação a serviço da transformação social.

Conclusão

Nosso intuito, com este artigo, foi refletir acerca da perspectiva freireana de política e educação. Se a democracia é o esforço por uma solidariedade respon-

sável de todos, então, reconhecemos a importância de compreender que o educador e a instituição educativa precisam se posicionar diante da realidade, e ela coloca para nós uma escolha: incluir ou excluir? Tolerar ou intolerar? Transformar ou ficar inerte? Não é possível permanecer na neutralidade, pois o que move a educação é o compromisso pela solidariedade. Paulo Freire nos desafia, nestes tempos de *fake news*, a sair do palavrório e assumir o compromisso.

Assim, ensina ele: “O compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através do palavrório, nem de nenhuma forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos” (FREIRE, 2018, p. 22). E este compromisso é sempre assumido com outros que são solidários. A escola enquanto um centro aberto à comunidade pode tornar-se eminentemente política, sobretudo, através de novos projetos nascidos de uma pedagogia crítica.

Em tempos tão sombrios e de emergência de um novo pacto educativo global que promove uma ética da alteridade e um convite a uma educação autêntica, inspiremo-nos no ensinamento do educador Paulo Freire, pedagogo da amorosidade, o qual nos ensina que não há educação autêntica sem o compromisso amoroso assumido com a transformação radical de uma realidade concreta opressora.

O amor é uma tarefa do sujeito. É falso dizer que o amor não espera retribuições. O amor é uma comunicação íntima de duas consciências que se respeitam. Cada um tem o outro como sujeito de seu amor. Não se trata de apropriar-se do outro. Nesta sociedade há uma ânsia de impor-se aos demais numa espécie de chantagem de amor. Isto é uma distorção do amor. Quem ama o faz amando os defeitos e as qualidades do ser amado. Ama-se na medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação com os demais. Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita. Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama. (FREIRE, 2018, p. 26).

REFERÊNCIAS

BOARETO, José Antonio. Os desafios do pacto educativo global no ensino superior. In: **Revista de Pastoral da Anec**, Brasília, ano VI, n. 12/2021, p. 23-39. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/11/2021_11_09_anec_revista_da_pastoral_edicao3-2021.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

BULLA, Beatriz. Carta pela democracia é “ponto de inflexão” como em 1977, diz organizador. **Estadão**. São Paulo, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/07/29/democracia-esta-em-risco-e-carta-e-mudanca-de-rumo-afirma-celso-campilongo.htm>. Acesso em: 29 jul. 2022.

CATEDRAL da Sé reúne lideranças em ato inter-religioso por Bruno Pereira e Dom Phillips, e pela defesa dos povos indígenas. **Cultura Uol**, São Paulo, 16 jun. 2022. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/cenario/2022/07/16/198431_catedral-da-se-reune-liderancas-em-ato-inter-religioso-por-bruno-pereira-e-dom-phillips-e-pela-defesa-dos-povos-indigenas.html. Acesso em: 29 jul. 2022.

CONIC - CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL. **Texto-base da campanha da fraternidade ecumênica 2021**. Brasília: Edições CNBB, 2020. 80p.

CÚNEO, Martin. **O ódio não é algo natural e inevitável**. São Leopoldo, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/606751-o-odio-nao-e-algo-natural-e-inevitavel-entrevista-com-juan-jose-tamayo>. Acesso em: 01 ago. 2022.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da libertação na América Latina**. Coleção Reflexão latino-americana. São Paulo: Loyola, 1977.

EM ATO na Catedral da Sé, Dom Pedro Luiz Stringhini diz: “Haverá eleições, e a democracia não vai embora”. **Gazeta Regional**, São Paulo, 18 jun. 2022. Disponível em: <https://www.leiaogazeta.com.br/em-ato-na-catedral-da-se-dom-pedro-luiz-stringhini-diz-havera-eleicoes-e-a-democracia-nao-vai-embora/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FRANCISCO, Papa. **Pacto Educativo Global: Instrumentum Laboris**. 2019. Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorce/instrumentum-laboris-pt.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. Coleção: Questões da nossa época, v. 23, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001, 57p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 38. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018. 46p.

ILHÉU, Taís. Brasil, um dos países mais perigosos do mundo para ativistas ambientais. **Guia do Estudante**, São Paulo, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/brasil-um-dos-paises-mais-perigosos-do-mundo-para-ativistas-ambientais/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

MONTE, Karolina. A morte de Dom Phillips e Bruno Pereira e outras atualidades da semana. **Guia do Estudante**, São Paulo, 16 jun. 2022. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/a-morte-de-dom-phillips-e-bruno-pereira-e-outras-atualidades-da-semana/>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SORGE. Bartolomeo. **Breve curso de Doutrina Social**. São Paulo: Paulinas, 2018.

TIROLI, Luiz Gustavo. **A pedagogia de Enrique Dussel: alteridade como vetor do ensino jurídico libertador**. São Paulo, 12 jan. 2021. Disponível em: <https://emporiadireito.com.br/leitura/a-pedagogica-de-enrique-dussel-alteridade-como-vetor-do-ensino-juridico-libertador>. Acesso em: 29 jul. 2022.

“Viver é lutar”. O discurso de resistência no Movimento de Educação de Base

Francisco Tenório da Silva¹

Maria do Socorro de Aguiar Oliveira Cavalcante²

RESUMO: O presente estudo resulta de pesquisa desenvolvida em nível de Mestrado e analisa o discurso de resistência do Movimento de Educação de Base (MEB), materializado na cartilha *Viver é Lutar* criada em 1963. Na esteira do texto, buscamos identificar como o material didático do MEB expressa a ideologia educacional do Movimento, visando à conscientização do sujeito trabalhador, promovendo uma educação libertadora e criando estratégias de resistência às formas de dominação da classe dominante. A proposta do estudo se alinha ao aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux, ancorada no materialismo histórico dialético. A partir desse referencial, identificamos na cartilha *Viver é Lutar* textos que produzem efeitos de sentido direcionados à conscientização e à politização dos estudantes adultos.

Palavras-chaves: Movimento de Educação de Base. Discurso. Resistência.

RESUMEN: El presente estudio es resultado de una investigación desarrollada a nivel de Maestría y analiza el discurso de resistencia del Movimiento de Educación de Base (MEB), materializado en el cuaderno *Viver é Lutar* creado en 1963. A raíz del texto, buscamos identificar cómo el material didático del MEB expresa la ideología educativa del Movimiento, apuntando a la concientización del sujeto trabajador, promoviendo una educación liberadora y creando estrategias de resistencia a las formas de dominación de la clase dominante. La propuesta del estudio se alinea con la aportación teórica y metodológica del Análisis del Discurso desarrolla

do por Michel Pêcheux, anclada en el materialismo histórico dialéctico. A partir de esta referencia, identificamos en el cuaderno *Viver es Luchar* textos que producen efectos de sentido dirigidos a la concientización y politización de los alumnos adultos. La pública como centro abierto a la comunidad, a los movimientos populares, sociales y eclesiales, favoreciendo así una mayor participación y promoviendo una cultura de solidaridad responsable.

Palabras clave: Movimiento de Educación de Base. Discurso. Resistencia. .

Introdução

Neste artigo, propomos um estudo³ do discurso de resistência do Movimento de Educação de Base materializado na cartilha *Viver é Lutar* (1963) tendo como base teórico-metodológica os pressupostos da Análise do Discurso (doravante AD) de linha francesa, ancorada no materialismo histórico-dialético.

A origem do MEB aconteceu por meio de uma parceria entre a Igreja Católica e o presidente Jânio Quadros, quando este assina o Decreto Federal nº 50.370, de 21 de março de 1961, fomentando a educação de base para os indivíduos da zona rural, através de escolas radiofônicas. O MEB foi o único movimento educacional da Igreja Católica que atuou na educação durante o regime militar, pós-1964 e permanece até os dias atuais, em alguns estados da Federação,

¹ Graduado em História e Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Email: francisco.tenorio@cedu.ufal.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8329-2413>.

² Professora associada da Universidade Federal de Alagoas, graduada em Letras, com mestrado e doutorado em Letras e Linguística. Atua nos programas de Mestrado e Doutorado em Letras e Linguística e em Educação da UFAL. Email: mdosaoc@gmail.com. ORCID: <https://Orcid.Org/0000-0002-9612-9735>.

³ Este trabalho apresenta um recorte da dissertação de mestrado intitulada. O discurso de resistência nos materiais didáticos do Movimento de Educação de Base – MEB. Defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas em 2020.

desenvolvendo a educação popular em parceria com os governos estaduais⁴.

Em 1962, ocorreu a primeira reunião dos Coordenadores do MEB que resultou na criação do livro *Viver é Lutar*. Essa cartilha foi um material didático que se destinava à alfabetização de adultos.

A cartilha do MEB, lançada em 1963, indica a posição do MEB acerca da educação destinada aos trabalhadores adultos. Esse material didático expressa a concepção de educação do MEB, mediante o desenvolvimento de uma metodologia crítica que possibilitava aos educandos a oportunidade de tomar consciência de sua realidade, desenvolvendo uma formação cultural e criando estratégias de resistência às formas de opressão da classe dominante.

Assim, o objetivo deste estudo é analisar o acontecimento histórico que possibilitou o surgimento do discurso corporificado no material didático produzido pelo MEB, a cartilha *Viver é Lutar*. Tomamos a posição de acontecimento adotada por Pêcheux (2012, p. 17) quando afirma que “o acontecimento, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Desse modo, o discurso de resistência permite compreender a dimensão ideológica do MEB, inserido em determinado momento histórico.

A constituição do *corpus* desta pesquisa é orientada no sentido de obter resposta para as seguintes questões: qual o discurso de resistência materializado na cartilha *Viver é Lutar* do Movimento de Educação de Base? Qual a posição assumida pelos sujeitos desse discurso? *Corpus* é definido como “um conjunto de sequências discursivas estruturadas de acordo com um plano definido referente a certo estado das condições de produção de um discurso” (COURTINE, 2014, p. 54). Assim, o *corpus* foi constituído a partir de materialidades discursivas extraídas da referida cartilha, já que para a Análise de Discurso, o *corpus* não é dado a priori. É fundamentado por gestos de leitura, de interpretação e de análise do objeto investigado. Logo, o processo não é baseado em critérios empíricos, mas em análise teórica. (ORLANDI, 2015).

Nossa abordagem está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux, na França, ancorada no

materialismo histórico-dialético, que visa à análise do objeto, a partir do exame de sua processualidade histórica, identificando os seus nexos. Assim, a Análise do discurso visa à compreensão “de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica explicitar como o texto organiza gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido” (ORLANDI, 2015, p. 26).

A partir da AD pecheutiana, o discurso é entendido como práxis social de sujeitos, produzido nas relações sociais, em determinado momento histórico, trazendo em si o histórico e o ideológico, próprios dessas relações (PÊCHEUX, 2014).

O presente artigo está organizado em duas seções temáticas: na primeira seção, abordamos as condições de produção (amplas e restritas) em que o discurso é gerido na processualidade histórica e a atuação do Estado, da Igreja e do MEB no contexto histórico da época; na segunda, analisamos o discurso de resistência materializado na cartilha *Viver é Lutar*.

1 A historicidade do MEB/Nacional e suas Condições de Produção

Como dito anteriormente, assumimos a posição teórica pecheutiana da AD, que compreende o discurso como práxis social de sujeitos produzido nas relações sociais, em determinado momento histórico. Constitui-se como resposta a outros discursos com “quem dialoga, reiterando, discordando, polemizando” (CAVALCANTE, *et al*, 2016, p. 27). Assim, em determinados momentos históricos os sujeitos produzem discursos visando responder as suas necessidades nas relações sociais, e nas condições de produção e reprodução de sua vida.

Ancorada no materialismo histórico-dialético, a AD pecheutiana tem como um de seus núcleos centrais a categoria Condições de Produção do Discurso (CPD). Na obra *Contribuição à Crítica da Economia Política* temos que

[...] na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias [...] relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade [...] à qual correspondem determinadas formas de consciência social.

4 Na atualidade o MEB, continua vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sediada no Distrito Federal. Os seus projetos educacionais são baseados na educação popular e permanecem atuando nos estados do Amazonas, Roraima, Ceará, Piauí, Maranhão, Distrito Federal e norte e nordeste de Minas Gerais, em regime de parceria com os governos estaduais. As informações sobre o MEB na atualidade se encontram disponíveis no site: <https://www.meb.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 20 maio 2019.

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social e intelectual, em geral. (MARX, 2008, p. 47).

Assim, entendido como práxis social, o discurso produzido em um determinado momento histórico, para responder às necessidades postas nas relações entre os homens, carrega o histórico e o ideológico dessas relações. A partir dessa ótica, o estudo das práticas discursivas exige o conhecimento do momento histórico da sociedade na qual os discursos emergem, uma vez que são constituídos a partir de acontecimentos, numa dada sociedade, produzindo sentidos historicamente determinados (CAVALCANTE, 2018).

As Condições de Produção compreendem, pois, os sujeitos e a conjuntura sócio-histórica em sentido amplo e estrito. “O primeiro sentido expressa as relações de produção, com sua carga sócio histórica ideológica; o segundo diz respeito às condições imediatas que engendram a formulação do discurso” (CAVALCANTE, et al 2016, p. 67). É a partir dessa perspectiva teórica que passaremos à abordagem do nosso objeto de estudo.

A origem do MEB se dá por meio de uma parceria entre a Igreja Católica e o presidente Jânio Quadros, quando ambos assinaram o Decreto Federal nº 50.370, de 21 de março de 1961, fomentando a educação de base para os indivíduos da zona rural, através de escolas radiofônicas (BRASIL, 1961). O referido movimento incorpora experiências de escolas radiofônicas que desenvolviam atividades educacionais, graças a três sistemas de rádio: Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), as escolas radiofônicas do Serviço de Assistência Rural (SAR) em Natal no Rio Grande do Norte, e o Sistema Rádio-Educativo de Sergipe (SIRESE), vinculado à arquidiocese de Aracaju, que mantinham convênio com o SIRENA e outros ministérios federais. Assim, a educação de base desenvolvida por meio dessas escolas na década de 1950, resultou na criação do MEB, como afirma o relatório do referido Movimento.

O MEB foi o único movimento educacional da Igreja Católica que atuou na educação durante o regime militar, pós-1964 e permanece até os dias atuais, em alguns estados da Federação, desenvolvendo a educação popular em parceria com os governos estaduais.

O Movimento de Educação de Base origina-se das experiências de educação pelo rádio, promovidas, no Nordeste, pelo Episcopado Brasileiro. Essas experiências foram realizadas por meio de um sistema

educativo, através de emissoras radiofônicas, que se mostraram adequadas para a atuação nas áreas subdesenvolvidas, onde a escassez de comunicação, de recursos materiais e, principalmente, de recursos humanos, mantém a maioria da população em nível cultural, econômico e social incompatível com a dignidade humana (MEB, 1965, p. 5).

Buscando as Condições de Produção amplas, que possibilitaram a irrupção do discurso do MEB, situamos o período pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela “guerra fria”, causada pelo rompimento da aliança que aproximou Estados Unidos e União Soviética, durante a Segunda Guerra. Essa ruptura resultou na divisão do mundo em dois blocos: um, capitalista, liderado pelos Estados Unidos; outro, socialista, liderado pela União Soviética. A partir de então, desencadeou-se uma corrida econômica e armamentista em cada bloco que buscou não só difundir sua superioridade, mas também combater seu oponente.

Assim, em 1947, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, faz um pronunciamento no Congresso, comprometendo-se a auxiliar qualquer país que se dispusesse a conter o socialismo. Em 1949, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que reunia os países da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canadá em uma aliança permanente, visando assegurar a seus membros a defesa contra o avanço soviético.

Em contrapartida, a União Soviética cria, em 1949, o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), que tinha por objetivo integrar as economias do bloco socialista, criando um mercado comum entre elas. Em resposta à criação da OTAN, os países do bloco soviético também formaram uma aliança militar – o Pacto de Varsóvia. Assim, em nível mundial, ocorre a disputa ideológica entre o modo de produção capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o socialista, capitaneado pela União Soviética.

Na década de 50, os Estados Unidos desencadearam uma campanha “anticomunista⁵”, perseguindo, prendendo, demitindo dos empregos pessoas suspeitas de serem “comunistas⁶”, socialistas ou críticos à política estadunidense. Essa prática foi ampliada,

5 De acordo com Medeiros (2007), o termo “anticomunismo” é utilizado pela Igreja Católica nas pregações, nos jornais da época de 1950 e 1960, e nos documentos oficiais da Igreja, inserido no contexto da “guerra fria”.

6 Entendemos o “comunismo como o movimento político que surge com a Revolução Russa e que se espalha por todo o mundo, possuindo como base teórica o corpo teórico do marxismo-leninismo” (SPINDEL, 1982, p. 5).

estendendo seus tentáculos por toda América Latina, conseqüentemente, também pelo Brasil.

Por Condições de Produção estritas do discurso do MEB, lembramos as transformações socioeconômicas por que passava o Brasil à época, tendo como exemplo a política econômica nacional-desenvolvimentista, implantada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que acelerou o processo de industrialização e urbanização nas diversas regiões do país, afetando a zona rural. Iniciado no Governo Vargas, foi no governo de Juscelino Kubitschek que o projeto nacional-desenvolvimentista se consagrou no cenário político brasileiro.

Gomes *et al.* (2007) comentam que os temas que norteavam o país nas décadas de 1950 a 1960 eram: a industrialização, a presença do capital internacional, a reforma agrária e a aliança política e social que sustentaria o desenvolvimento. Além disso, outras temáticas eram debatidas com o objetivo de reformar o sistema eleitoral, administrativo e educacional do país.

Na década de 1960, nos governos Jânio Quadros-João Goulart, na esteira do nacional-desenvolvimentismo, outra temática se inscreve no cenário brasileiro – a educação popular. Esse processo contou com a adesão de diversos movimentos populares para apoiar as reformas de base propostas pelo governo, além de universidades públicas, os movimentos estudantis e o grupo progressista da Igreja Católica alinhada à Doutrina Social.

Convém salientar que a Igreja Católica, nessa época, apresentava mudanças em sua doutrina. A publicação das Encíclicas *Mater et Magistra*, em julho de 1961, e *Pacem in Terris*, em 1963, ambas do Papa João XXIII, estabeleciam um novo posicionamento da Igreja em relação à sociedade, especificamente, direcionando seu olhar para as questões sociais e para a classe oprimida. De acordo com Kadat (2003, p. 100), a CNBB emitiu um documento em 1961 sobre as encíclicas, revelando a posição da Igreja sobre os problemas sociais e a exploração feroz do capitalismo sobre a classe trabalhadora, porém não buscava transformações estruturais do capital, mas sim, tornar o capitalismo humanizado, isto é, apenas “deu um polimento progressista à doutrina social tradicional da Igreja”.

A encíclica *Mater et Magistra* trouxe, nos campos econômicos e sociais, o desvelamento dos graves problemas sociais dos trabalhadores do campo. Assim,

[...] o grito dos que passam fome; a dificuldade do acesso à terra para os que nela trabalham; os dese-

quilíbrios entre a agricultura, a indústria e os serviços e ainda as injustas disparidades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento eram vistos como grave ameaça à paz mundial. (BEOZZO, 2005, p. 11).

Para a CNBB, o foco principal era atingir as populações rurais, mediante o projeto educacional, a capacitação agrícola, a educação sanitária, e expulsar a ameaça “comunista” da zona rural. A prioridade da Igreja Católica era combater o “comunismo”, assumindo o discurso anticomunista e a sua propagação pelo mundo Ocidental. A situação fantasmagórica do “comunismo” rodeava as zonas rurais, em virtude dos grandes problemas sociais que os sujeitos do campo enfrentavam em seu cotidiano. A Igreja realizava o III Concílio Ecumênico, em 1964, assumindo a posição contra o comunismo. Este fato é assinalado no Jornal Semeador, intitulado “Condenação ao comunismo na 3ª Sessão do Concílio por 220 padres brasileiros”.

Durante a primeira fase do Concílio Ecumênico, [...] o arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud, e o bispo de Campos, Dom Antonio de Castro Mayer [...]. lideraram um movimento de mais de duzentos padres conciliares, foi apresentada pessoalmente por Dom Antonio de Castro Mayer ao Secretário de Estado, Cardeal Cicognani. [...] A cerimônia de entrega foi noticiada com realce pela imprensa, não só da Itália, mas também no mundo inteiro que reconheceu o alcance, na conjuntura internacional, da iniciativa desses dois prelados brasileiros. **No texto encaminhado Secretaria de Estado da Sé, mais de duzentos prelados pedem que o concílio condene o comunismo**, ratificando os documentos dos papas exteriores. E que a coordenação atinja não somente o comunismo, mas também, o socialismo. (O SEMEADOR, 1964, n.p. - grifo nosso).

Nesse sentido, uma ala conservadora da Igreja Católica assume um discurso “anticomunista”, devendo o regime socialista ser combatido por meio da educação, da evangelização e do controle da classe trabalhadora. A citação revela como “inimigos do cristão” o socialismo praticado na União Soviética, China e demais países alinhados à ideologia “comunista”.

Quanto ao Estado, pretendia estabelecer o controle sobre as massas rurais para evitar o assédio de grupos de esquerda, especialmente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que avançava com a sua ideologia nos movimentos sociais do campo por meio das Ligas

Camponesas, movimento que assumia o discurso da reforma agrária e mergulhava no conflito com os latifundiários no interior do Nordeste na década de 1960.

Ainda que a Igreja se posicionasse contrária à ideologia socialista, os problemas sociais gerados pelo capitalismo passaram a ser criticados pela instituição católica. Enfatizamos que o discurso “anticomunista” da Igreja era praticado pelos grupos conservadores que temiam um avanço socialismo no mundo e também no Brasil, embora, como dito anteriormente, diversos grupos leigos da Igreja Católica, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica Brasileira (ACB) assumissem uma leitura de mundo no viés do materialismo histórico-dialético.

Pode-se dizer que os anos de 1960 a 1964 foram marcados pelo turbilhão social e econômico, além dos diversos conflitos no campo político e social protagonizados pelos movimentos sociais de caráter popular. Nesse sentido, o processo político e econômico estava acirrado, como aponta Wanderley (1984), devido à luta pelo poder entre as oligarquias rurais e os populistas, os confrontos ideológicos por parte dos militares contra os grupos sindicalistas adotados pelo governo federal, as lutas contra os movimentos sociais que reivindicavam a reforma agrária e combates contra a ação das Ligas Camponesas, especialmente na zona rural de Pernambuco.

De acordo com os documentos legais do MEB (1961), o cenário econômico do Brasil estava dividido em dois Brasis: o Centro-Sul caracterizado pela modernização e industrialização, gerando milhares de empregos, e as regiões Norte e Nordeste marcadas pelo “atraso” econômico, pelo alto índice de analfabetismo, formando uma geração de boias-frias, como eram chamados os camponeses expulsos de suas terras que migravam para o Centro-Sul do país.

É nesse cenário que o Movimento de Educação de Base surge, com a proposta de implantar a educação de base. Como já referido, o movimento ao incorporar experiências de escolas radiofônicas que desenvolviam atividades educacionais, utiliza-se das estruturas radiofônicas já existentes nas seguintes cidades: Crato, no Ceará; Bragança, no Pará; Penedo, em Alagoas. Por outro lado, o MEB, embora tenha focado sua atuação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, manteve parceria com a Representação Nacional das Emissoras Católicas (RENEC) nas cidades de Pato Branco, no Paraná, e Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Além disso, manteve proximidade com a Sociedade de Escolas Tele-Radiofônicas (SETER), no Rio de Janeiro, vincula-

da à Igreja Católica. Dessa forma, as escolas radiofônicas noturnas serviram como projeto educacional para a alfabetização de adultos (FÁVERO, 2006).

Compreendemos que a prioridade da atuação do MEB no país aconteceu na região Nordeste, devido às condições sócio-históricas do povo nordestino, marcado pela desigualdade social e a extrema pobreza. Essas circunstâncias ecoavam, especialmente, nas zonas rurais. Os bispos dessa região já denunciavam as condições desta população, promovendo ações sociais e educacionais para amenizar a miserabilidade desses sujeitos. Assim, o MEB assume as escolas radiofônicas como espaço de alfabetização de adultos e de formação da classe trabalhadora, desenvolvendo práticas educativas com a utilização de materiais didáticos no processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo relações sociais entre os indivíduos.

O MEB assumia o discurso pela transformação da realidade social dos indivíduos. Entretanto, não pretendia lutar por uma revolução, ou seja, uma transformação da estrutura social, política e econômica da sociedade, já que havia uma vigilância da hierarquia conservadora da Igreja aos grupos leigos que coordenavam as atividades educacionais do Movimento. Nesse aspecto, observamos que os conflitos internos entre a hierarquia conservadora e os grupos leigos não deixavam claro o modelo de sociedade que eles pretendiam obter (RAPÔSO, 1985).

O MEB era constituído, inicialmente, por religiosos que visavam impedir a disseminação de “ideias comunistas” e por grupos leigos, alinhados a uma visão progressista e social da história, que tinha por objetivo ofertar uma formação para a conscientização política e social dos excluídos, para que os sujeitos compreendessem as suas condições sociais frente à exploração capitalista. Esse fato resultou em conflitos entre a hierarquia conservadora da Igreja e os leigos (FÁVERO, 2006).

As bandeiras assumidas pelo Movimento estavam focadas nas reformas conjunturais, no desenvolvimento social, na formação de comunidades autossustentadas, como assinala Wanderley (1984). Além disso, os objetivos específicos eram: a alfabetização através de uma educação de base que se fundamentava na conscientização e na politização dos sujeitos do campo; a promoção da cultura popular; a organização do povo, o desenvolvimento da comunidade e a animação popular.

Em síntese, o MEB buscava implantar uma educação de base com as seguintes propostas: a) a alfabetização de leitura, escrita e cálculo; a implantação de uma educa-

ção de base; preparação para as reformas de base e soerguimento econômico das comunidades rurais e o arranjo para a cultura popular. Além disso, pretendia cooperar na formação integral de adultos e adolescentes nas diversas áreas de desenvolvimento do país, para que gerassem uma consciência de suas condições sociais e se tornassem sujeitos críticos (MEB, 1965).

Para tanto, era necessário produzir material didático adequado já que o material utilizado anteriormente – Ler e saber – foi considerado inadequado por trazer conteúdos esvaziados e infantilizados. Nas décadas de 1960 e 1970, o MEB focou na produção de diversas cartilhas de alfabetização para a educação de adultos⁷. Assim, após decisões tomadas na I Reunião de coordenadores, supervisores, professores e a equipe nacional realizada na cidade de Olinda em 1962, foi elaborada a cartilha *Viver é Lutar*, em 1963. A proposta incorporava uma metodologia pedagógica, inspirada em Paulo Freire, que abordava a realidade social dos trabalhadores das zonas rurais. Esse material didático deveria ser utilizado pelas escolas radiofônicas instaladas pelo MEB (FÁVERO, 2006). É da análise desse material que nos ocuparemos a seguir.

2 O discurso de resistência materializado na cartilha *Viver é Lutar*

Estamos assumindo aqui a concepção de discurso como práxis social, atividade de sujeitos que assumem posições ideológicas com relação à luta de classes. Não existe, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo o fazemos de um lugar de classe. O mesmo ocorre com relação à educação. Conforme Freire (1979), toda ação educativa é essencialmente política, pois tem uma intencionalidade e não se dá num vazio conceitual, mas sim direcionada por um modelo teórico de sociedade, tendo por objetivo a manutenção ou conservação de determinado sistema. Conseqüentemente, não é neutro qualquer material didático produzido. Ele sempre é utilizado com a intenção de atender a interesses de grupos que estão à frente do processo educativo.

A tomada de posição do MEB pela elaboração da cartilha *Viver é Lutar* possibilitou a criação de um material didático próprio para a alfabetização de

adultos, já que o livro de leitura trazia em seu conteúdo imagens e textos sobre a realidade social da classe oprimida. Desse modo, a função social das cartilhas não era apenas alfabetização. Visava também a uma formação política e conscientizadora da classe dos trabalhadores, resultando no seu engajamento rumo à transformação de sua realidade (FÁVERO, 2006).

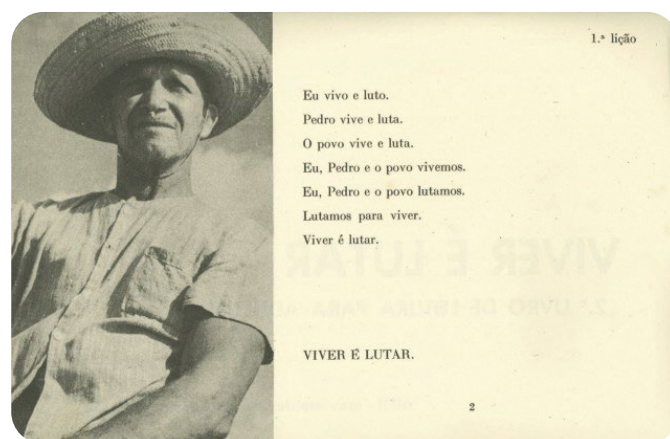
Assim, a materialidade discursiva da cartilha *Viver é Lutar* tinha como foco o direcionamento dos trabalhadores a uma conscientização política de sua situação, a partir de lições retiradas das condições de vida e do trabalho realizado pelos camponeses, além de estimular o engajamento desses camponeses “em organizações profissionais, organizações de classes que visavam ao desenvolvimento das comunidades” (MEB, 1964, p. 3).

O conteúdo da cartilha era constituído de trinta lições que tratavam sobre a situação dos camponeses, especialmente da região Nordeste. Além disso, apresentavam exercícios gramaticais e de leitura.

Além disso, o texto expõe fotografias que são ilustrações dos sujeitos do campo representados por homens, mulheres e crianças no ambiente de trabalho, revelam diálogos entre os personagens, reuniões de sindicatos e cooperativas. A representação desses sujeitos possibilita a identificação com o aluno leitor (FÁVERO, 2006).

Neste artigo não pretendemos analisar todas as lições da cartilha de alfabetização *Viver é Lutar*. Das trinta lições selecionamos duas que, a nosso ver, materializam o discurso de resistência que perpassa toda a cartilha e revela a posição assumida pelos/as autores/as.

Figura 1 – Lição 1ª da Cartilha *Viver é Lutar*



Fonte: MEB (1963).

7 *Ajuda* (1965), *Mutirão* (1965) [cartilha de pós-alfabetização e matemática] (1970), *Cartilha experimental do sistema Caicó* (pós-alfabetização, 1970), *Ciclo complementar 3º ano* (pós-alfabetização, 1971), *Livro de Todos* (1972), *Livro de todos - Segunda Etapa do 2º ciclo* (1972), *O Camponês* (pós-alfabetização, 1975) (BARBOSA, 2006, p. 15).

Eu vivo e luto. Pedro vive e luta. O povo vive e luta. Eu, Pedro e o povo vivemos. Eu, Pedro e o povo lutamos. Lutamos para viver. **Viver é lutar. VIVER É LUTAR.**

Os sujeitos estão inseridos numa sociedade marcada pelas contradições sociais, pela dominação de uma classe sobre a outra, pelo antagonismo das classes, tendo o processo de resistência como estratégia de luta da classe trabalhadora, que desde a sua formação como classe explorada resiste às opressões da classe dominante. É nesse lugar de conflito que o sujeito MEB apresenta o livro de leitura *Viver é Lutar* como o objeto de luta, de conscientização e de educação crítica aos educandos adultos.

Consideramos que a designação conscientização se inscreve no livro de leitura *Viver é Lutar*, visto que ilustra a posição dos autores da cartilha como adeptos de um movimento educativo que não pretendia apenas alfabetizar o adulto, mas possibilitar uma educação crítica, reflexiva e conscientizadora alinhada a uma ideologia da pedagogia popular (FÁVERO, 2006).

O primeiro enunciado do texto em destaque é constituído de pronome pessoal em primeira pessoa – “Eu” – e dois verbos de ação: viver e lutar – “vivo e luto” – marcando a posição do sujeito que vive e luta. O verbo viver designa a condição de existência do ser humano; o verbo lutar, por sua vez, representa o não imobilismo desse ser, a não acomodação à realidade posta, pois, sendo um ser histórico e social, o homem transforma a natureza para atender às suas necessidades.

Na perspectiva lukacsiana, a primeira condição para o sujeito viver é poder alimentar-se, vestir-se, etc. Para tanto, é preciso intervir na natureza para modificá-la e modificar suas condições de vida. Na sequência apresentada, está explícito que para assegurar a sobrevivência é necessário lutar; lutar pela sua existência em meio às contradições e à exploração pelo trabalho. Essa é a tônica desse enunciado que apresenta outros sujeitos que vivem e lutam – Eu, Pedro e, por fim o povo – a coletividade em que os sujeitos se incluem: a classe trabalhadora do campo que vive sob as condições de vulnerabilidade social. Esse sentido de inclusão é produzido pelos verbos no plural – vivemos e lutamos. Ou seja, não pode ser uma luta individual, mas coletiva.

O verbo lutar, no enunciado em estudo, está na primeira pessoa do plural, “lutamos para viver”. O discurso político é marcado pela condição de luta. Assim surgem as seguintes indagações: Para que lutamos? Por

que lutamos? A luta é uma estratégia política de resistência ao processo de exploração do capital. A condição para viver é lutar, contudo, não é lutando sozinho; essa luta é coletiva – “nós” vivemos e lutamos. Nessa perspectiva, o lugar de enunciação do sujeito é o lugar da classe trabalhadora na qual ele se inclui.

As Condições de Produção desse discurso são engendradas numa conjuntura que revela o processo de exploração do homem do campo pelo capital. Desapropriado da terra e dos instrumentos de trabalho, o homem do campo passou por um processo de migração da zona rural para os centros urbanos. As cidades cresciam assustadoramente com a chegada de uma massa trabalhadora que buscava trabalho e lutava pela sobrevivência pessoal e de sua família. Os que permaneciam no campo tinham de submeter-se, muitas vezes, a condições sub-humanas de trabalho, impostas pelos latifundiários.

No período considerado “democrático” (1945-1964), diversos movimentos sociais foram representados pelo homem do campo que denunciava a exploração do trabalho, a falta de condições de trabalho e a exploração das oligarquias. As Ligas Camponesas representavam, à época, a luta do homem do campo do Nordeste que buscava os direitos sociais e condições de trabalho para o homem do campo. Esse povo lutava por direitos trabalhistas e pela garantia de salários dignos. As armas políticas desse povo que vivia e lutava eram as greves e agitações sociais.

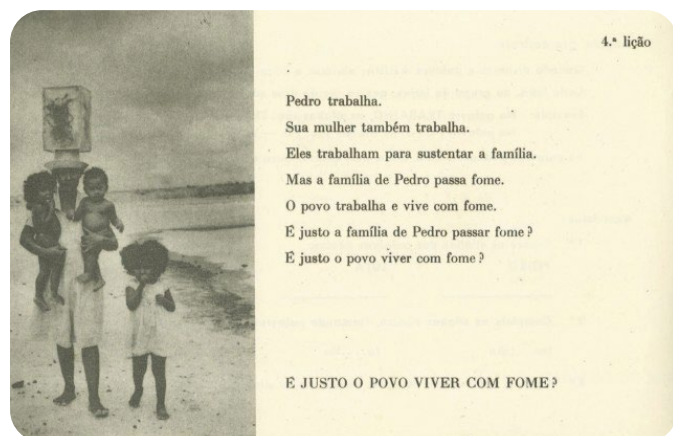
Na sequência do texto, apresenta-se a expressão viver é lutar. Essa mesma expressão é repetida em letras maiúsculas “VIVER É LUTAR”. Consideramos que a intenção da repetição do enunciado é uma forma de interiorizar nos leitores a conscientização da sua condição de trabalhador e a necessidade de lutar.

Na perspectiva da análise do discurso pecheutiana, “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-histórica de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho” (PÊCHEUX, 2012, p. 55). Nesse sentido, o sujeito do discurso se identifica a partir das filiações sócio-históricas nas quais está inscrito, já que o processo de identificação do educando adulto, sujeito da zona rural, está condicionado pelas relações sócio-históricas marcadas pela exploração do trabalho.

O discurso de resistência nessa sequência discursiva se revela na condição de existência do homem do campo, como o ser que luta pela vida, contra a explo-

ração do trabalho e contra as formas de dominação do modo de produção capitalista. Vejamos a próxima lição.

Figura 2 – 4ª lição



Fonte: MEB (1963).

SD 2 - Pedro trabalha. Sua mulher também trabalha. Eles trabalham para sustentar a família. Mas a família de Pedro passa fome. O povo trabalha e vive com fome. É justo a família de Pedro passar fome? É justo o povo viver com fome? É JUSTO O POVO VIVER COM FOME?

Nessa sequência discursiva, percebe-se uma contradição com relação aos fundamentos históricos do trabalho. Na perspectiva da ontologia lukacsiana, o trabalho surge como processo de humanização do ser social que, ao intervir sobre a natureza, a fim de transformá-la para atender às suas necessidades, também se transforma. A categoria trabalho é fundamental para entendermos a realidade dos complexos que constituem o ser social, sendo o trabalho condição para que os sujeitos possam produzir e sobreviver. No entanto, na estrutura do modo de produção capitalista, o sistema apropria-se do processo de trabalho para explorar os trabalhadores. Logo, desapropriados dos meios de produção – terra, instrumentos de trabalho, capital – resta-lhes apenas vender sua força de trabalho ao capitalista. Assim, tornam-se mercadorias, para poder se manter vivos e sustentar a sua família (NETO, 2013). Dessa forma, o trabalho torna-se alienante, embrutecedor, desumanizante. É o que se constata na sequência em estudo que denuncia as condições de exploração dos trabalhadores da zona rural.

Pedro trabalha. A sua mulher também trabalha. **Eles trabalham para sustentar a família. Mas a fami-**

lia de Pedro passa fome. O povo trabalha e vive com fome. É justo o povo viver com fome? É JUSTO O POVO VIVER COM FOME? (grifo nosso).

Ora, se é através do trabalho que o homem transforma a natureza para atender às suas necessidades, como é possível o trabalhador passar fome se alimentar-se é uma necessidade essencial para se manter vivo?

Nos enunciados “Pedro trabalha. A sua mulher também trabalha. Eles trabalham para sustentar a família”, explicita-se a finalidade do trabalho de Pedro e sua mulher: “sustentar a família”. No entanto, mesmo os dois empenhando sua força de trabalho para assegurar o sustento da família, essa finalidade não é alcançada. Esse fato é denunciado pelo enunciado que segue: “mas a família de Pedro passa fome”. O modalizador “mas”, cuja função é conectar ideias que são oponentes, além de denunciar as condições a que estão sujeitos os trabalhadores, especialmente, da zona rural, também revelam a grande contradição do modo de produção capitalista, pois, quem produz, quem gera riqueza, é expropriado do produto do seu trabalho pelo capital, não tendo assegurado sequer o direito à alimentação.

A escolha do conector “mas”, que não é inocente, também nos possibilita identificar a partir de que lugar o sujeito enuncia – a partir do lugar da classe trabalhadora. A partir desse lugar discursivo, não é justo quem trabalha passar fome. Essa realidade, porém, não se resume apenas à família de Pedro, mas a todos os trabalhadores da zona rural – “o povo trabalha e vive com fome”. Essa expressão mostra que a fome é um problema constante. O uso do verbo viver, nesse enunciado, produz sentido de permanência, ou seja, a situação de fome não é ocasional, é uma constante. O povo vive com fome.

Isso está relacionado à ocupação de terras por grandes latifundiários, que resulta numa cultura de submissão do homem do campo, que, desapropriado dos meios de produção, tem de submeter-se à exploração de sua força de trabalho, mediante o pagamento de uma renda miserável, insuficiente para adquirir alimentos, mostrando o processo de exploração da força de trabalho e a desigualdade social do país. Assim, quem produz a riqueza de uns são os homens concretos que trabalham e, no entanto, vivem na miséria, “vivem com fome”.

A sequência se encerra com as seguintes indagações: “é justo a família de Pedro passar fome?”. “É justo

o povo viver com fome? É JUSTO O POVO VIVER COM FOME?" O questionamento encaminha o estudante-leitor para reflexões sobre a fome e a situação do trabalhador. Com a frase interrogativa repetida, em letras maiúsculas – “É JUSTO O POVO VIVER COM FOME?” – o objetivo é provocar o estudante-leitor para refletir sobre a injustiça, sobre sua situação e dos sujeitos do campo, que trabalham, porém, continuam passando fome, o que pode desencadear a conscientização de sua situação e da comunidade. No entanto,

[...] os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que **eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época.** (MARX; ENGELS, 2007, p. 47 - grifo nosso).

Sob esta via, constrói-se a figura do Estado como um ente personificado, soberano perante a comunidade internacional, politicamente organizado e detentor de regime jurídico próprio, em que o conjunto de suas instituições legalmente personificadas controla e administra os rumos: de seu povo, de seu território e de sua soberania, devendo propiciar as condições necessárias ao desenvolvimento de seu povo. Entretanto, como fazer isso? Como atender aos anseios das antagônicas classes sociais, se o Estado se encontra não só controlado, mas é um instrumento de manutenção das classes dominantes? (FERREIRA, 2021).

Desde essa ótica, a atividade educativa de conscientização desenvolvida pelo MEB não agradou ao poder constituído e a cartilha *Viver é Lutar* sofreu processo de censura. Em 1964, às vésperas do golpe civil-militar, a censura realizada pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, acusando os bispos “vermelhos” de implantarem o “comunismo” por meio dos conteúdos inseridos no material didático, resultou na apreensão das cartilhas, consideradas subversivas (FÁVERO, 2006). No documento do MEB está o relato da apreensão da cartilha.

Em 20 de fevereiro de 1964, foram apreendidos 3.000 exemplares do livro de leitura *VIVER É LUTAR*, na companhia Editora Americana, por ordem do gover-

nador da Guanabara, que tinha recebido denúncias quanto a estarem sendo impressas “cartilhas comunistas”, por ordem do Ministério da Educação (MEB, 1964, p. 3).

O motivo alegado para a apreensão era que o título e os conteúdos da cartilha eram considerados subversivos à ordem vigente. “A censura enquanto fato de linguagem que se inscreve em uma política da palavra [...] produz efeitos de sentido, mediante a imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos” (ORLANDI, 1995, p. 97). Numa sociedade em que se verificam permanentes conflitos entre classes e grupos, a luta pelo silenciamento/manutenção ou construção de referências ideológicas torna-se importante porque decide a orientação de condutas e de possíveis concepções rumo à homogeneização de concepções de mundo e, à proporção que se elege uma concepção como única correta e aceita, rejeitam-se as concepções de outros segmentos. Assim, “proíbem-se certas palavras para proibir certos sentidos” (ORLANDI, 1995, p. 76).

O discurso de resistência materializado no material didático do MEB, à época, possibilitou contestar as forças dominantes do Estado propondo uma formação crítica dos sujeitos. Possibilitou estratégias de resistência coletiva, formando, dentre os monitores, líderes sindicais e comunitários, resultando na formação de sindicatos, cooperativas e clubes, organismos criados pelos trabalhadores para lutar contra o latifundiário.

Conclusão

Finalizando temporariamente, entendemos que o MEB, à época, por meio de uma estratégia de resistência, fundamentou ações educativas direcionadas à classe trabalhadora. Os discursos materializados na cartilha *Viver é Lutar* resultaram em conflitos com o Estado brasileiro, devido às denúncias sobre a realidade desumana do trabalhador rural: a fome, a pobreza; a luta pela sobrevivência e a busca pelos direitos políticos, o que provocou a reação da classe dominante, considerando o documento subversivo. Além disso, o discurso “anticomunista” adotado por diversos setores da sociedade civil, incluindo a ala conservadora da Igreja, fez recrudescer a pressão política e social sobre os membros do MEB.

Nossa análise permitiu observar o discurso de resistência na cartilha *Viver é Lutar* que apresentou textos com efeitos de sentidos direcionados à realidade dos trabalhadores rurais, possibilitando a conscientização e a politização dos estudantes adultos, rumo a uma tomada de posição, visando à transformação social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Andressa Cristina Coutinho. **Cartilha do Operário: alfabetização de adolescente e adultos em São Paulo (1920-1930)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-142232/publico/DissertacaoAndressaCristinaBarboza.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BEOZZO, José Oscar. A Mater et Magistra deu vigoroso impulso à linha do compromisso social. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, RS. 2011. p. 05-13. <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao360.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Dispõe sobre um programa de educação de base e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 22 mar. 1961, Seção 1, p. 2801. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50370-21-marco-1961-390046-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Cartilhas do MEB serão devolvidas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21.148, 28 de fev. de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=92887&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 15 jul. de 2019.

CAVALCANTI, M. do S. de A. O. Nas tramas do discurso da reforma do ensino médio: acontecimento, ideologia e memória. **Revista Conexão Letras**, v. 13, n. 19, p. 59-67, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.85033>. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexao-letras/article/view/85033>. Acesso em: 9 set. 2022.

CAVALCANTE, M. do S. de A. O. *et al.* **Análise do Discurso: fundamentos & prática**. Maceió: EDUFAL, 2016.

Condenação ao comunismo na 3ª Sessão do Concílio por 220 padres brasileiros. **Semeador**. Maceió, n. 10, 20 jan. 1964 (Arquivo da Arquidiocese de Maceió).

COURTINE, Jean Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. 1.ed. São Carlos/SP: Ed. UFSCar, 2014.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular. Análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERREIRA, Deyvid Braga. O Estado em Perspectiva: do contratualismo à teoria materialista histórica. In: CAVALCANTI, Soraya A. U. (org.). **Ciências Sociais Aplicadas: Recursos Teórico-metodológicos na Construção de Perspectivas Originais de Análise**. Ponta Grossa/PR. Atenas, 2021.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Ângela Maria de C. *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, F. Friedrich. Primeira parte. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Documentos Legais**. Rio de Janeiro, Apostila 1, série A. 35p. Fundo MEB: Acervo CEDIC, 1961. Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/1_apostila-documentos-legais.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Viver é lutar**: cartilha. 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro, Fundo MEB: Acervo CEDIC, 1963. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Plano de Trabalho para 1965**. Rio de Janeiro, 1965, p. 31. Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autor. Acesso em: 3 dez. 2019.

MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. **Conjunto Didático Viver é Lutar**. Rio de Janeiro, 1964, p. 64. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/dossietexto.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus**: Igreja Católica, Ação Social e Imaginário Anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MOSTRA VIRTUAL MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO: MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE E SUAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS. PUC-SP. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula.html>. Acesso em: 20 mar. 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discursos. Princípios & Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio – No Movimento dos Sentidos**. 3 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. 5 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad.: Eni P. Olandi. Campinas, SP: Pontes Editora, 2012.

RAPÔSO, Maria da Conceição B. **O Movimento de Educação de Base – MEB**: Discurso e Prática 1961-1967. São Luís: UFMA/Secretaria de Educação, 1985.

NETO, Artur Bispos dos Santos. **Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SILVA, Francisco Tenório. **O discurso de resistência nos materiais didáticos do Movimento de Educação de Base (MEB)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CEDU, UFAL, Maceió, 2020.

SPINDEL, Arnaldo Spindel. **O Que é Comunismo**. 28ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

Sen y el desarrollo de la libertad

Humberto Herrera Contreras¹

RESUMEN: Amartya Sen discurre sobre la posibilidad del desarrollo humano con base en la capacidad de ejercer la libertad, como presupuesto de la calidad de vida. En este sentido la educación tiene un papel fundamental en el desarrollo de la libertad. Reconoce que la educación hace con que las personas sean más eficientes y productivas, sin embargo, resalta que ese beneficio de la educación debe ser mayor, no restringiéndose a su función de capital humano, y sí de ofrecer a las personas la capacidad para dirigir mejor sus vidas con libertad de elección de cómo quieren hacerlo. La educación expande la calidad de vida porque crea oportunidades sociales que contribuyen en la expansión de las capacidades humanas, generando cambios sociales positivos. La concepción de Sen alerta sobre la importancia de la ética en las decisiones económicas, y apunta la libertad como el objetivo primario y el principal medio de desarrollo. La tentativa de dar ese rostro más humano a la economía (por ejemplo, la distribución justa de los bienes sociales) torna el pensamiento de Sen relevante, aunque sean evidentes los límites de su impacto, ya que las transformaciones sociales profundas, por ejemplo, relativas a la pobreza, demandan una crítica superadora del modelo capitalista.

Palabras clave: Desarrollo humano. Libertad. Calidad de vida.

RESUMO: Amartya Sen discorre sobre a possibilidade do desenvolvimento humano com base na capacidade de exercer a liberdade, como pressuposto da qualidade de vida. Neste sentido a educação tem um papel fundamental no desenvolvimento da liberdade. Reconhece que a educação faz com que as pessoas sejam mais eficientes e produtivas, no entanto, ressalta que esse benefício da educação deve ser maior, não se restringindo à sua função de capital humano, e sim de oferecer às pessoas a capacidade para dirigir melhor suas vidas com liberdade de escolha de como querem fazer isso. A educação expande a qualidade de vida porque cria oportunidades sociais que contribuem na expansão das capacidades humanas, gerando mudanças sociais positivas. A concepção de Sen alerta sobre a importância da ética nas decisões econômicas, e aponta

a liberdade como o objetivo primário e o principal meio de desenvolvimento. A tentativa de dar esse rosto mais humano à economia (por exemplo, a distribuição justa dos bens sociais) torna o pensamento de Sen relevante, ainda que sejam evidentes os limites do seu impacto, já que as transformações sociais profundas, por exemplo, relativas à pobreza, demandam uma crítica superadora do modelo capitalista.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano. Liberdade. Qualidade de vida.

Introdução

“La capacidad no sólo es un instrumento de la producción económica (a lo que suele referirse la perspectiva del capital humano) sino también del desarrollo social”²

Amartya Sen

La contribución teórica de Amartya Sen ha sido conocida por proponer un modelo alternativo de capitalismo con mayor conciencia social. En 1979, Amartya Sen pronunció en la Universidad de Stanford una conferencia que tituló como *¿Igualdad de qué?*, en la cual intentó formular una alternativa de la igualdad, que fuese superadora de las presuposiciones de la igualdad utilitarista, de la igualdad del total de utilidad del *welfarism* (bienestarismo) y de la igualdad rawlsiana. El autor propone la concepción de la igualdad de la capacidad básica como “guía del bien moral” (SEN, 1979, p. 153) y propone una interpretación de las necesidades como capacidades básicas. Resalta que esta interpretación está frecuentemente implícita en las exigencias de igualdad. Sen entiende por el concepto de capacidad básica “el que una persona sea capaz

¹ Doutor em Educação (UCSF, Argentina). Graduado em Filosofia, Pedagogia e Teologia. É professor no Centro Universitário Bagozzi (UniBagozzi).

² Sen, A. Capital humano y capacidad humana. Cuadernos de Economía, XVII (29), 72, 1998.

de hacer ciertas cosas básicas” (SEN, 1979, p. 152), lo que comprende la capacidad de satisfacer las propias necesidades y de disponer de los medios necesarios, y también la capacidad de participar en la vida social de la comunidad. En ese sentido, sugiere desplazar la atención de los bienes en sí para lo que los bienes suponen para los seres humanos, considerando la especificidad cultural de sus aplicaciones, esto es, “el uso de la capacidad básica como dimensión moralmente relevante, que nos lleve más allá de la utilidad y los bienes primarios” (SEN, 1979, p. 154).

Sen concibe capacidad como la “expresión para representar las combinaciones alternativas que una persona puede hacer o ser: los distintos funcionamientos que puede lograr” (SEN, 2000a, p. 54). Para el autor, esos funcionamientos “representan partes del estado de una persona: en particular, lo que logra hacer o ser al vivir” (SEN, 2000a, p. 55). Su teoría del enfoque sobre la capacidad “se basa en una visión de la vida en tanto combinación de varios ‘quehaceres y seres’, en los que la calidad de vida debe evaluarse en términos de la capacidad para lograr funcionamientos valiosos” (SEN, 2000a, p. 56). Entiende, en materia de evaluación de la capacidad, que la atención debe estar en la habilidad real que la persona posee para lograr funcionamientos valiosos como parte de la vida. Esa comprensión debe orientar a las instituciones y a las propias decisiones en materia de política pública.

Es por eso por lo que Sen destaca que en la intención de evaluar los funcionamientos es necesario considerar la variable del interés de las personas, concentrando la atención en los temas y valores subyacentes a los mismos. Según él, “el enfoque sobre la capacidad se interesa principalmente en la identificación de los objeto-valor, y considera al espacio evaluativo en términos de funcionamiento y de capacidades para funcionar” (SEN, 2000a, p. 57), esto es, en las utilidades individuales. Sen afirma que el enfoque sobre la capacidad es diferente de la evaluación utilitarista que ha predominado en los estudios del bienestar, “porque deja lugar para una variedad de actos y estados humanos como si fueran importantes en sí mismos” (SEN, 2000a, p. 58) y “deja espacio para valuar las libertades – en forma de capacidades” (SEN, 2000a, p. 58). De esa forma, el enfoque no asigna importancia directa “a los *medios* de vida o *medios* de libertad” (SEN, 2000a, p. 58), como lo hacen otros enfoques centrados en producir utilidad.

Sen argumenta que el juicio sobre la calidad de vida y la evaluación sobre la libertad “tiene que hacerse simultáneamente de manera integrada y, en particular, que ‘la calidad de vida de que disfruta una persona no es sólo cuestión de lo que logra, sino también de cuáles eran las opciones entre las que esa persona tuvo la oportunidad de elegir’” (SEN, 2000a, p. 59). Añade que en el enfoque sobre la capacidad “los funcionamientos se consideran centrales en la *naturaleza* del bienestar, aunque las *fuentes* del bienestar pueden fácilmente ser externas a la persona” (SEN, 2000a, p. 62), variando desde los más elementales (estar nutrido, tener movilidad...) hasta los más complejos (ser feliz, participar de la comunidad...). Siendo así, la capacidad “representa las combinaciones alternativas de quehaceres y seres, cualquiera de las cuales puede ser elegida por la persona” (SEN, 2000a, p. 64) definidas en el espacio de funcionamientos que “refleja una combinación de los quehaceres y seres de una persona, relevantes para su ejercicio” (SEN, 2000a, p. 59).

Sen reconoce que el hecho de la persona pueda gozar de la libertad de disfrutar una vida libre puede deberse en parte o por completo a la acción de otros, pero no elimina el hecho de que puede realmente vivir libre y si tiene la capacidad de lograr esa vida (SEN, 2000a, p. 73).

Con base en su teoría, Sen reconoce como importante la libertad para el bienestar, entendiéndola como la “libertad real de una persona para vivir y estar bien” (SEN, 2000a, p. 65), ya que “el actuar libremente y ser capaz de elegir puede conducir directamente al bienestar” (SEN, 2000a, p. 65). Es por eso por lo que la libertad de elegir no importa por sí misma y sí en el conjunto de la capacidad, ya que “la ‘buena vida’ es en parte una vida de elecciones genuinas, y no aquella en que se obliga a la persona a seguir una vida en particular, sin importar lo rica que sea en otros aspectos” (SEN, 2000a, p. 66). En su opinión es esta libertad real la que debe ser considerada en las evaluaciones sociales y personales, siendo la capacidad “importante en el análisis social y político” (SEN, 2000a, p. 73), especialmente cuando se discute la “distribución justa de la capacidad para funcionar” (SEN, 2000a, p. 75).

Según Sen las capacidades humanas cumplen una función directa con el bienestar y la libertad de las personas, e indirecta al influenciar el crecimiento de la producción económica y el cambio social. Los “desarrollos sociales” mejoran las capacidades humanas “para llevar una vida que merezca la pena y menos vulnerable” (SEN, 2000b, p. 312). Éstas están relacio-

nadas con la mejora de la productividad y amplían la empleabilidad, o sea, las capacidades humanas influyen en las capacidades productivas. Y añade: “la falta de desarrollo social puede entorpecer el alcance del desarrollo económico” (SEN, 2000b, p. 312).

Al reflexionar sobre esta visión integral del desarrollo económico y social, Sen comenta las ideas de Adam Smith en sus obras *La riqueza de las naciones* y en la *Teoría de los sentimientos morales* (1759), en las cuales destacó el papel de la educación y del aprendizaje en el mejoramiento de las capacidades humanas. En la comprensión de Sen, Smith no sólo fue un defensor del papel del Estado en la prestación de los servicios públicos (educación, salud, etc.) sino también apuntó la preocupación sobre la desigualdad y la pobreza, que la economía del mercado al omitirlas deja de ser exitosa. Sen cita una parte del texto de Smith cuando discute sobre la necesidad de realizar acciones basadas en valores que vayan más allá del alcance de beneficios: “la humanidad, la justicia, la generosidad y el espíritu público son las cualidades más útiles para con los demás” (*apud* SEN, 2009, p. 16). Sen destaca la posición de Smith cuando considera que el mercado y el capital para realizar un buen trabajo requieren el apoyo de otras instituciones (como las escuelas) y que también necesitan que sean impuestos límites y correcciones para prevenir la inestabilidad, desigualdad e injusticia.

Las conclusiones de Sen presuponen el reconocimiento de la equidad. Para él, ninguna teoría de la justicia tiene credibilidad sino valora la igualdad, y consiguientemente, la definición de las reglas que definen lo equitativo. Sen (*s/d*, p. 1) indaga: “¿De qué manera influencia la ética los agentes primarios del desarrollo, entre los cuales figuran por igual ciudadanos y empresas comerciales, gobiernos y también la oposición, los medios de comunicación al igual que el mercado?”. El cuestionamiento se resume al impacto que puede tener la ética para marcar la diferencia en el tema del desarrollo, específicamente, en la exigencia ética en el comportamiento, que podría favorecer acuerdos en condiciones justas. En este punto, Sen retoma la idea de Smith cuando apuntaba que el esclarecido interés propio no era suficiente, lo que implicaba ir más allá de la prudencia, resaltando la importancia de la comprensión, la generosidad y el actuar en función del colectivo. “Nuestras vidas transcurren en situación de dependencia mutua, y nos debemos algo los unos a los otros, que se ubica más allá de aquello que nos aporta beneficio personal a largo plazo” (SEN, *s/d*, p. 3).

En este sentido la teoría de Sen afirma que la necesidad de lograr la equidad es un elemento central dentro de la perspectiva de la libertad, específicamente, la comprensión del “desarrollo como libertad”. La libertad es “el objetivo primario y el principal medio del desarrollo”, lo que implica, que “el desarrollo no puede ser medido sin tener en cuenta el estilo de vida que pueden llevar las personas y sus libertades reales”, esto es, “su valor debe estar relacionado con el efecto que tienen en las vidas y libertades de las personas a quienes atañen” (SEN, *s/d*, p. 4).

Los argumentos de Sen sobre la libertad reafirman la equidad como elemento central, en la perspectiva de que la libertad no puede ser reservada a un grupo de personas privilegiadas. Sería una violación negar los beneficios de la libertad a personas que tienen la plena oportunidad de disfrutarlos.

El autor afirma que las decisiones económicas tienen impactos en las condiciones sociales, principalmente, de los más pobres. El progreso económico sostenido está pautado en el desarrollo social, y considera que las personas son los instrumentos prioritarios para el desarrollo económico. Sen defiende que el objetivo final de la economía es el bienestar de la gente y el objetivo del desarrollo es “la ampliación de la capacidad de la población para realizar actividades elegidas libremente y valoradas”. La contribución central de Sen es haber recuperado la dimensión ética en las políticas del desarrollo económico.

El autor cuestiona sobre las dificultades que las personas tienen en desarrollar capacidades que sean mínimamente efectivas y en disfrutar de libertades substantivas básicas que les impiden participar de los cambios sociales (SEN, 2008, p. XXVI). Para Sen el concepto de capacidad es diferente del de competencia. Su preocupación es identificar y garantizar soluciones para los problemas generalizados de la carencia de poder y de la falta de libertad.

Al reflexionar sobre las implicaciones de la pobreza en la vida de las personas Sen afirma que la pobreza sofoca la felicidad y agota la vida, destruye la creatividad y erradica la libertad. Para el autor la pobreza debe ser encarada como “falta de libertad de diversos tipos para que se aprovechen condiciones de vida mínimamente satisfactorias” (SEN, 2008, p. XXV). Sen destaca que la pobreza reside no en la condición de pobreza material, sino en la falta de una oportunidad real para elegir otras formas de vida. En ese sentido, la pobreza inhibe las capacidades de las personas.

Su reducción puede acontecer mediante amplitud de beneficios sociales y por la garantía del empoderamiento de las personas. Los afectados por la pobreza permanecen desempoderados, esto es, las privaciones que vivencian desencadenan una aceptación pasiva, por parte de ellos y también de otros que contribuyen para la manutención de esta situación social frente a la cual no siéntense responsables y deciden omitirse, que puede ser entendida como la dificultad de desarrollar capacidades. Esa omisión de muchos es para Sen responsable de la manutención de males sociales, como el de la pobreza.

El esfuerzo de Sen está dirigido al análisis de la naturaleza y de las causas de la pobreza, en vistas a dirigir esfuerzos más determinados para la eliminación de la inequidad resultante de la pobreza. La pobreza es vista por Sen como privación de capacidades y apunta que el Estado debe actuar, de forma cooperativa con los diferentes sectores de la sociedad, en la reducción de esas privaciones. Según Sen los pobres son privados de condiciones básicas y esas privaciones les restringe sus capacidades inherentes. Las capacidades reflejan libertades substantivas, lo que significa, que las capacidades permiten escoger aquello que se es capaz o no. Sen resalta que la capacidad varía entre comunidades, familias e individuos y que el impacto de la renta sobre las capacidades es contingencial y condicional.

Sen (2010) en el libro intitulado *Primero la gente: una mirada desde la ética del desarrollo a los principales problemas del mundo globalizado* indica criterios para evaluar la globalización. El autor sugiere que no se opte por combatirla teniendo en vista la complejidad de la misma, sin embargo, apunta que la discusión central es el por que de la distribución desigual de sus beneficios. Al pensar en la distribución de las ganancias potenciales de la globalización, Sen analiza el problema de la desigualdad, específicamente, las preocupantes desigualdades que incluyen las disparidades en la riqueza y también en el poder y en las oportunidades políticas, sociales y económicas.

De acuerdo con Sen, el problema está en las cuestiones distributivas, porque “incluso los pobres se tornasen apenas un poco más ricos, eso no significaría necesariamente que estuviesen recibiendo una parte justa de los beneficios potencialmente enormes de las interrelaciones económicas globales” (SEN, 2010, p. 25), lo que revela que esa desigualdad excesiva que caracteriza al mundo contemporáneo está pautada en la división injusta de los beneficios de la cooperación

global. La cuestión central que Sen propone es: ¿cuál es el grado de justicia con que los beneficios asociados a esos sistemas son distribuidos? La reflexión de Sen apunta que el problema de la distribución no está en la globalización en sí, y que es pertinente evaluar las preocupaciones éticas y humanas que están inscritas y que caracterizan las decisiones institucionales nacionales y globales. Cuestionar esas decisiones institucionales es crucial porque son ellas las que dan forma a las relaciones económicas y sociales globalizadas.

Tales definiciones confirman la perspectiva de Sen en buscar la participación equitativa en las oportunidades globales. La globalización entendida como proceso histórico precisa ser vista como una posibilidad de oportunidades y beneficios potenciales, y es por eso que el cuestionamiento por la justicia en la división de esos beneficios de la globalización es crucial para minimizar los problemas de desigualdad. Sen entiende la exclusión como una forma de privación, por ejemplo, en la exclusión de oportunidades sociales y económicas. Siendo así, la conformidad de privaciones distintas en la forma de exclusiones congruentes constituye una característica dominante de la situación de los derechos humanos en general. Tales privaciones inciden sobre la propia capacidad de actuar como ciudadanos políticos de una nación o del mundo, e interfieren en la libertad de escoger la propia identidad y las asociaciones de las cuales queremos hacer parte. De esa forma parece que las privaciones ahogan nuestra independencia sometiéndonos a una categorización dominante que sigue un único sistema de clasificación.

Esa ingenuidad civilizacional a la cual el autor se refiere y que desafía a la humanidad a la necesidad de reconocer la pluralidad de las identidades y de que los seres humanos responsables tienen el derecho de escoger, por medio de su razón, que prioridades dar a sus diversas asociaciones y filiaciones. Para Sen las personas no pueden “descubrir” (SEN, 2010, p. 46) de manera inerte las prioridades para sus vidas, ellas tienen derecho al ejercicio de la libertad.

La privación del derecho de escoger marca la exclusión de los pobres y representa una de las causas de la desigualdad social. Es por eso que Sen sugiere que es necesario luchar con claridad intelectual y determinación política por los derechos humanos que están siendo negados por esa actitud privativa y categorizadora. Según el autor la democracia presupone la oportunidad para la discusión pública y para la participación interactiva: “ciudadanos desprovistos de libertad

política – sean ellos ricos o pobres – están privados de una libertad básica y de un constituyente fundamental del bienestar” (SEN, 2010, p. 59). Sen se refiere a la idea de democracia apuntada por Rawls cuando afirma que la misma constituye el encuentro de la racionalidad pública.

Con base en ese argumento, Sen destaca la relevancia de la democracia en nivel global y para eso apunta como mayor desafío el fortalecimiento del proceso de participación. Destaca que los factores culturales influyen sobre el comportamiento económico, por ejemplo, en fomentar un comportamiento amable con el entorno que favorezca al desarrollo. También, las condiciones culturales inciden en la participación en las instancias civiles y en las actividades políticas. Esa cultura de la participación es concebida como una virtud cívica que valoriza el intercambio civil y promueve el desarrollo.

Un punto importante al cual Sen dedica una atención especial es al funcionamiento de lo que denomina como solidaridad social y asociación (apoyo mutuo). Sen alerta para la necesidad de escrutar la naturaleza del capital social, siendo que, en cuanto capital, es siempre visto como un recurso para todo uso, lo que se torna inválido al pensar que grupos particulares podrían ser solidarios entre sí, compartiendo vínculos de amistad entre ellos, y siéndolo con aquellos que no forman parte de dicho grupo. En ese sentido se percibe una influencia que puede ser positiva internamente, pero que también puede generar y fomentar tendencias de exclusión. Para Sen (2003, p. 53) el desarrollo económico necesita reconocer sus interconexiones y sus diversas funciones en las cuestiones distributivas y los valores éticos de la sostenibilidad y la preservación del medio ambiente.

Nussbaum y Sen (2000) en el texto introductorio de la obra *La calidad de vida* cuestionan sobre los criterios que son verdaderamente importantes para el florecimiento humano y sobre la distribución de los recursos y de lo que hacen en la vida de las personas. El tema central es lo que esos recursos permiten a las personas ser capaces de conducir sus vidas y alcanzar sus expectativas sociales y personales, por ejemplo, expectativas educativas. Según los autores “se requiere saber la forma en que la sociedad de que se trata permite a las personas imaginar, maravillarse, sentir emociones como el amor y la gratitud, que presuponen que la vida es más que un conjunto de relaciones comerciales” (NUSSBAUM; SEN, 2000, p. 16). Se cuestionan los modelos de mensuración que consideran

que pueden medir el “misterio insondable” (NUSSBAUM; SEN, 2000, p. 16) del ser humano y de su calidad de vida, limitando la descripción de lo que “las personas pueden hacer y ser” (NUSSBAUM; SEN, 2000, p. 16), y aún más, determinando las políticas públicas. Un aspecto interesante que Nussbaum y Sen destacan es que “el debate filosófico no ha tenido mucho efecto en la conformación de la política pública en gran parte del mundo, ni se le ha tomado particularmente en cuenta en la mayoría de las obras de economía”. Y comentan que si esa realidad fuese contraria podría alentar investigaciones que ampliasen el debate en las diferentes áreas posibilitando investigaciones cooperativas sobre el tema.

Nussbaum y Sen (2000) apelan a la justa sensibilidad que es necesario tener para elegir las normas de evaluación de la calidad de vida de las personas de diferentes partes del mundo, considerando las tradiciones locales de los países y regiones, bien como, los criterios que esas tradiciones consideran necesarios para su calidad de vida, respetando sus diferencias y dándoles la posibilidad de elegir. Todavía alertan para la dificultad epistemológica de fundamentar una explicación universal para la calidad de vida, considerando los elementos históricos y culturales marcados por procesos de opresión y marginalización, y también, “al peligro ético del paternalismo” (NUSSBAUM; SEN, 2000, p. 19) que ha justificado el no estudio de lo que tiene mérito y valor en la vida de las personas. La contribución de Nussbaum sobre la educación democrática para la calidad de vida se orienta a partir de esas ideas.

La autora destaca que la educación, cuando está sometida al modelo de desarrollo económico, es evaluada con base en sus impactos lucrativos. Su propuesta educativa de desarrollo humano reconoce las humanidades y las artes como fundamentales para una educación humanitaria, comprometida con la ciudadanía global. Los factores económicos son vistos como medios para la prosperidad y calidad de vida. Nussbaum alerta que la disociación entre ideales economicistas de desarrollo y la calidad de vida de las personas es perjudicial para el fortalecimiento de la democracia, promoviendo la desigualdad social que afecta la garantía de los bienes sociales, entre ellos, la propia educación. Su preocupación está en el desarrollo de las capacidades de ciudadanía: 1. La capacidad de pensar de manera crítica; 2. La capacidad de trascender las lealtades locales y acercarse de los problemas mundiales como un ciudadano del mun-

do; y 3. La capacidad de imaginar comprensivamente la situación del otro (NUSSBAUM, 1999; 2010; 2016). Estas capacidades demuestran un compromiso social con la salud de las democracias, superando los límites que el capital social proporciona.

En conformidad con el pensamiento de Nussbaum, Sen (2010, p. 28) afirma: “O capitalismo global está muito mais preocupado em expandir o domínio das relações de mercado do que, por exemplo, em estabelecer a democracia, expandir a educação elementar, ou incrementar as oportunidades sociais para os pobres do mundo”.

A modo de consideración final y con la intención de inquietar al lector por el tema, sigue una citación del periodista uruguayo Eduardo Galeano:

¿Será esta libertad, la libertad de elegir entre esas desdichas amenazadas, nuestra única libertad posible? El mundo al revés nos enseña a padecer la realidad en lugar de cambiarla, a olvidar el pasado en lugar de escucharlo y a aceptar el futuro en lugar de imaginarlo: así practica el crimen, y así lo recomienda. En si escuela, escuela del crimen, son obligatorias las clases de impotencia, amnesia y resignación. Pero está visto que no hay desgracia sin gracia, ni cara que no tenga su contracara, ni desaliento que no busque su aliento. Ni tampoco hay escuela que no encuentre su contraescuela (GALEANO, 2009, p. 8).

REFERENCIAS

GALEANO, E. **Patas arriba: la escuela del mundo al revés.** 1 ed. Buenos Aires: Catálogos, 2009.

NUSSBAUM, M. **Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades** (Traducción Rodil, M.). Buenos Aires/Madrid: Katz Editores, 2010.

NUSSBAUM, M. **Los límites del patriotismo. Identidad, pertenencia y “ciudadanía mundial”.** (Traducción Castells C.). Barcelona: España: Paidós, 1999.

NUSSBAUM, M. Educación para el lucro, educación para la libertad. **Nómadas**, 44, 17, 2016.

NUSSBAUM, M.; SEM, A. **La calidad de vida.** D.F., México: Fondo de cultura económica, 2000.

SEN, A. **¿Igualdad de qué?** Ciclo de conferencias sobre los valores humanos. Pronunciada en la Universidad de Stanford, 22 de mayo de 1979.

SEN, A. **Desarrollo y libertad.** (Traducción Rabasco, E.; Toharu, L.). Buenos Aires: Editorial Planeta, 2000.

SEN, A. Capacidad y bienestar. In: Nussbaum M.; Sen A. **La calidad de vida.** D.F., México: Fondo de cultura económica, 2000.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento do mundo globalizado.** (Traducción Ajzenberg, B.; Lins da Silva, C.). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A. **El valor de la democracia.** (Traducción Lomeli Ponce, J.). España: Ediciones de Intervención Cultural/ El Viejo Topo, 2006.

SEN, A. **¿Qué impacto puede tener la ética?** Presentación en la Reunión Internacional sobre “Ética y desarrollo” del Banco Interamericano de Desarrollo en colaboración con el Gobierno de Noruega. s/d.

O que dizem educando e educadores do Projeto MEB ProAja-PI

O Movimento de Educação de Base (MEB), no decurso de sua história procura manter viva e atualizada sua missão de “contribuir para a promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora ao longo da vida, servindo sempre e em primeiro lugar os mais pobres”.

Especialmente neste período da história do Brasil, acredita que, segundo Gramsci, “a tomada de posição é essencial no desenvolvimento de ações contínuas que favorecem a conscientização, enfatizando a consciência como chave do processo de transformação” (CARNOY, 1988).

Assim, a ação contínua de ler e escrever enquanto cidadãos, torna-se elemento primordial de participação no exercício da democracia. Não é algo estático ou adquirido, mas acontece com boa vontade e com o interesse pelo bem comum. É no coletivo que avançamos na participação das decisões que garantem o bem-estar social.

Ouçamos educando e educadores participantes do Projeto MEB ProAja-PI. Este programa foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação do Estado ao longo de 2022 e atingiu pessoas adultas na situação de analfabetismo pleno em 17 municípios. O Piauí é um dos estados com elevado índice de analfabetismo na população com mais de 18 anos: segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, a taxa chega a 16,6% dessa população. Entre os idosos chega a 41%, segundo a mesma pesquisa.

Referência:

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria política*. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Dom Juarez
PARNAÍBA PI
JUAREZ SOUZA DA SILVA
BISPO DE PARNAÍBA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

João Batista
PARNAÍBA PI
JOÃO BATISTA S. FILHO
EDUCADANDO MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Carlito
TERESINA PI
Carlito Ribeiro da Silva
EDUCANDO MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Maciel
NAZÁRIA PI
MACIEL DOS REIS
EDUCADOR MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Juliana
TERESINA PI
JULIANA LOPES
EDUCADORA MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Wallace
TERESINA PI
WALLACE CAVALCANTE
EDUCADOR MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Isaquiel
NAZÁRIA PI
ISAQUIEL DA SILVA
EDUCADOR MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)




Revista MEB
de Educação Popular
EDIÇÃO NR. 2 / ANO II

Ester
TERESINA PI
ESTER CARVALHO
EDUCADORA MEB PROAJA

[Assista ao vídeo](#)

A gestão pedagógica no contexto das ações educativas do MEB em consonância com os princípios da formação integral, da inserção social e da cidadania

Maria de Lourdes de Almeida Silva¹



ENTREVISTADA: **Maria de Lourdes de Almeida Silva**

Esta entrevista foi concedida no MEB/Brasília em agosto de 2022.

Introdução

Com vistas a contribuir para as reflexões sobre a coordenação pedagógica no âmbito das ações educativas implementadas pelo Movimento de Educação de Base (MEB), propomos essa entrevista. Trata-se de trazer à visibilidade alguns aspectos que fundamentam as ações do MEB do ponto de vista da intencionalidade política da entidade frente à necessidade de levantar reflexões sobre os impactos no analfabetismo no Brasil e apresentar as ações educativas que estão sendo desenvolvidas para a reversão desse quadro. Acreditamos que essas ações educativas contextualizadas e pautadas na crítica reflexiva são pontos

¹ Maria de Lourdes de Almeida Silva é Pedagoga, Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Atualmente integra o Comitê de Avaliação da Revista Engenharia de Interesse Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e o Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente: formação, saberes e práticas (Geppes - CNPq/UnB). É sócia da empresa Studo Consultoria e coordenadora pedagógica do Movimento de Educação de Base (MEB) Brasília. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4656665490030244>. Contato: marilualmeida@meb.org.br

de relevância sobre a qual a coordenação pedagógica do MEB está ancorada. Desejamos que os elementos aqui apresentados possam fermentar novos pensamentos que nos conduzam a ações voltadas à erradicação do analfabetismo, numa perspectiva democrática e cidadã.

Revista MEB: A educação é um processo de ensino-aprendizagem que acontece ao longo da vida em diferentes contextos. Como você percebe esta afirmação nas atividades desenvolvidas pelo MEB?

Maria de Lourdes: Compreendendo a educação como um processo transformador, um ancoradouro do processo civilizatório, o ato de educar presume desconhecimento, incompletude. Trata-se, portanto, de um processo contínuo, que flui da necessidade da vida em si mesma e, na tessitura das relações humanas, revela a sua essencialidade.

Podemos perceber a fluidez desse processo ao recorrermos às memórias historicamente construídas, uma vez que essa construção se dá por meio da conexão entre os saberes no presente e da reconexão com os saberes herdados da nossa ancestralidade. Trata-se de uma construção que tem na cultura o aspecto fundante que nutre o senso de pertencimento e imprime a identidade de um povo.

Nesse contexto, o ato de educar pode ser compreendido também como uma necessidade humana premente no que diz respeito à vida, uma vez que às memórias somam-se os valores fundamentais morais, culturais, éticos, constructos de uma sociedade. Assim, os saberes são apreendidos, compartilhados e transformados.

Na atualidade, muitos têm sido os questionamentos sobre o modelo de educação vigente nas sociedades. No Brasil, esse debate ganha forma frente às adversidades hoje vivenciadas no que diz respeito ao processo de exclusão a que muitos cidadãos e cidadãs

estão expostos. Este processo limita também o acesso à educação e, por conseguinte, compromete a inserção social desses sujeitos, deixando-os às margens das sociedades.

As políticas voltadas à educação vêm sendo formuladas e implementadas sob a égide do mercado, ou seja, essas políticas priorizam os conhecimentos acadêmicos em detrimento aos saberes advindos das culturas que compõem o mosaico da população brasileira. Se no passado o acesso à educação estava ao alcance somente de uma determinada classe social, ainda hoje nos deparamos com essa dicotomia. Às populações historicamente excluídas dos processos de educação, este modelo tem como consequência o impulsionamento da desigualdade social, da competição, sendo esta muitas vezes justificada pela meritocracia.

É nesse contexto que o Movimento de Educação de Base (MEB) cumpre a sua missão ao “Contribuir para a promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas e educação popular libertadora ao longo da vida, servindo sempre e em primeiro lugar os mais pobres (MEB, 2022).

Considerar os aspectos históricos é trazer à tona as memórias sobre a população excluída do direito à educação. E, com base nessa história, o MEB promove esse movimento de interação entre os diversos saberes e se junta a outros movimentos sociais na luta pelas populações mais pobres e marginalizadas.

Por meio da promoção e do desenvolvimento de ações voltadas à alfabetização de jovens e adultos, o MEB estimula o protagonismo e eleva a consciência dos sujeitos por meio de ações pedagógicas que promovem a crítica e evidenciam a realidade que precisa ser compreendida para ser transformada. Esse é um movimento que contribui para o despertar dos sujeitos para a sua capacidade de aprender, de refletir e de se tornarem agentes de mudança na sua própria história.

Um modelo de educação que tem por princípio a elevação da consciência dos sujeitos sobre si mesmos é uma educação que liberta. É este um dos preceitos no qual se ancoram as ações educativas do MEB. Uma educação libertadora traz o educando à centralidade das ações pedagógicas e, com isso, faz com que esse sujeito se reconheça como cidadão, consciente da sua importância nesse processo.

É nesse território de lutas que o MEB se faz presente e se projeta na linha de defesa de direitos no campo da Educação Popular. Ao promover a alfabetização para

jovens e adultos o MEB denuncia o processo excludente das populações às quais vem sendo historicamente negado o direito ao acesso à educação.

Ao mesmo tempo, o MEB anuncia as possibilidades de uma educação libertadora como uma forma de trazer à visibilidade essa população excluída, uma população que constrói o país com a sua cultura, com a sua força de trabalho, mas que não tem acesso ao aprendizado para ‘construir’ o seu próprio nome.

O ato de denunciar e de anunciar integram a pedagogia utópica de Freire (2018) a qual preceptua que o ato do anúncio e da denúncia tem de ser um ato de conhecimento da realidade denunciada enquanto ação cultural para a libertação. “Não há anúncio sem denúncia, assim como toda denúncia gera anúncio. Sem este, a esperança é impossível” (FREIRE, 2018, p. 48).

A educação nessa concepção libertadora requer esperança. De fato, o ato de esperar é um exercício que exige, sobretudo, o sentido da luta sobre a qual se debruça. A esperança anunciada por Freire presume consciência histórica e reflexão crítica sobre a realidade. Mas me contempla também o que encontro nas palavras do Pe. Gabriele Cipriani, Coordenador de Projetos do MEB: “Nós temos que organizar a nossa esperança”.

Revista MEB: Sabedores de que a educação está intrinsecamente ligada à política, conforme Rousseau, e que na identidade do MEB este aspecto é de fundamental importância, como você descreveria esse compromisso político na prática pedagógica do MEB?

Maria de Lourdes: Sim, Rousseau (1992) nos diz que a vida é muito mais do que apenas respirar, mas sim a vida é agir, é fazer uso das nossas faculdades e assim, darmos sentido à nossa existência. E é nesse cenário da ação, do uso das nossas faculdades que o ato de educar também se torna uma ação política.

Se compreendermos a palavra política na sua etimologia, ou seja, *politeia*, que em grego significa todos os procedimentos relativos às cidades, às sociedades, encontramos sentido nessas palavras de Rousseau, pois, de fato, a vida requer ação e, no âmbito da política, toda e qualquer ação se dá em um cenário tensionado por interesses diversos.

Este pode ser um exercício democrático, compreendendo a democracia como uma forma sustentada por uma organicidade que permite a participação dos sujeitos, sendo esse um exercício de cidadania. Por outro lado, um pensamento democrático pode estar também imbuído pela necessidade de realçar um

modo de vida, um contexto em que a democracia seja uma conduta da vida, constituída na relação entre as pessoas.

Seja do ponto de vista da organicidade constituída, seja do ponto de vista a partir de um modo de vida, pensar e agir democraticamente deve também compor o cenário das ações educativas. Democracia pressupõe autonomia de pensamento, liberdade para a proposição, expressão e escuta de ideias num contexto dialógico. Esse pode ser um cenário favorável para a elevação das discussões sobre as políticas sociais frente à necessidade da promoção da cidadania.

E é nesse cenário dialógico e democrático que precisa se dar a discussão sobre as políticas públicas voltadas à educação, uma vez que refletir sobre as ações que permeiam a formulação e implementação das políticas educacionais, nesse contexto, é definir o projeto de país. E este projeto precisa estar calcado nos princípios da participação cidadã, no respeito à pluralidade de pensamento, nos Direitos Humanos, sendo esses alguns dos princípios que potencializam a democracia.

Partindo desses princípios, os debates que permeiam as políticas educacionais precisam estar imbuídos do princípio de que educar um povo é uma decisão política. A positivação do direito à educação para todos os cidadãos e cidadãs do nosso país, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, requer ações voltadas à construção de uma sociedade pautada na democracia, na igualdade de direitos, numa perspectiva cidadã.

Em Freire (1991, p. 1) encontramos que “Educar é um ato político”. No entanto, é preciso reconhecer também como um ato político a negação do acesso à educação. E essa negação do direito à educação tem sido um ato historicamente presente no campo das políticas educacionais no Brasil.

Compreendendo as políticas como teias interconectadas que amparam e que ao mesmo tempo são estratégicas para a implementação e para a positivação dos direitos previstos nas leis, precisamos levantar questões que dizem respeito ao como esses direitos voltados à educação têm sido tratados no Brasil, sobretudo na sua história recente.

Nessas últimas décadas, mesmo diante dos avanços ocorridos em termos de abertura democrática, ainda nos deparamos com altos índices de analfabetismo. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019 indicam que a taxa de analfa-

betismo das pessoas de 15 anos ou mais é de 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas.

É grave também a situação em que se encontra o grupo populacional de maior idade. O documento aponta que quanto mais velho o grupo populacional, maior é a proporção de analfabetos, sendo que, no grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa foi de 18,0%, o que perfaz um total de seis milhões de pessoas.

Considerando a educação como um direito e também como uma estratégia para a inserção social, esses dados revelam a dura realidade em que cidadãos e cidadãs, sujeitos de direitos, permanecem ainda sem a positivação do direito básico que diz respeito ao aprender a ler e a escrever.

Não cabendo aqui uma discussão sobre o conceito de alfabetização, resalto que cabe ao Estado garantir o acesso à escolarização, mas que essa é também uma luta que diz respeito a toda sociedade.

O processo da decodificação de sinais linguísticos definidos e exigidos socialmente, associados à compreensão de mundo, qualifica e compõe a identidade dos sujeitos. E esses, cientes da importância do seu papel social, promovem um movimento de aprendizado e da necessidade do compartilhamento desses aprendizados, o que contribui para o fortalecimento da consciência crítica e do desejo de transformação das realidades.

Portanto, negar o direito à educação é também invisibilizar o indivíduo como cidadão, é sujeitá-lo a viver à margem de uma sociedade que se ancora nos imperativos da lógica do capital. E é essa a lógica que estimula o consumo desordenado, a competição e a meritocracia, a qual se pauta no discurso de que as oportunidades são iguais para todos.

Esse discurso é contrário ao que vivenciamos hoje nas sociedades, haja vista o aumento da pobreza e o abismo social que escancara a desigualdade e estimula as violências em todas as suas formas de manifestação. E são as populações mais empobrecidas e desfavorecidas em relação ao acesso às políticas sociais e educacionais as mais afetadas nesse cenário.

É nesse contexto, com vistas também a este enfrentamento, que o Movimento de Educação de Base (MEB) vem atuando nesses últimos 61 anos. Ao levantar a sua bandeira, cujo lema é Saber, Viver, Lutar, o MEB avança no fortalecimento da cultura e da Educação Popular como forma de luta para a reversão do quadro de analfabetismo no Brasil.

Ressalta-se, nesse contexto, a metodologia definida como força motriz para as ações educativas que permeiam os processos pedagógicos voltados à alfabetização de jovens e adultos, denominada 'Ver, Julgar, Agir'. Tendo como aspecto fundante uma concepção progressista, libertadora, centrada nas ideias de Paulo Freire, este caminho metodológico se apresenta também como um posicionamento político, norteador das práticas pedagógicas voltadas à Educação Popular.

Esta proposição metodológica vem sendo o fio condutor que perpassa pelas ações pedagógicas que permeiam os processos de formação propostos pelo MEB. Quer seja nas diretrizes definidas para a formação dos educadores/alfabetizadores, quer seja nos fazeres docentes, é este o fio que vem conduzindo à materialidade as ações educativas promovidas pelo MEB.

Os educadores/alfabetizadores são os atores que cumprem um papel fundamental no âmbito dessas ações. Ser um educador popular requer compromisso com a mudança e a convicção de que o seu trabalho pode promovê-la. Alfabetizar um jovem, um adulto, é abrir caminhos até então obstaculizados por ações políticas desconectadas com a realidade desse público.

Além do alcance dos objetivos voltados ao processo de alfabetização, o MEB tem o compromisso com os educandos, para além do aprendizado de ler e de escrever, de impactar a vida desses sujeitos do ponto de vista da inserção social e da cidadania.

É por meio desse compromisso que o MEB define como prioridade que os sujeitos se reconheçam como protagonistas no seu processo de educação, cumprindo assim o seu papel como promotor de uma educação libertadora.

Assim, a metodologia Ver, Julgar, Agir imprime a sua intencionalidade, uma vez que prioriza as experiências do educando e tem o seu ponto de partida no contexto sociocultural em que este está inserido, trazendo-o à centralidade do processo.

As estratégias postas para este fim se pautam na proposição de rodas de conversa, momento em que educador e educandos exercitam o 'ver', ou seja, este é o momento da análise da realidade em que vivem. Parte-se daí para o levantamento dos problemas que afligem a comunidade na qual estão inseridos e, a partir desse levantamento, exercita-se o 'julgar'.

É nesse momento que se define o problema a ser estudado e este dá origem ao tema gerador. O 'agir' acontece no desenvolvimento dos aspectos teórico-

-práticos em sala de aula, com base na palavra geradora eleita pelos educandos.

A prática cotidiana do 'Ver, Julgar, Agir' abre possibilidades para a ampliação da visão dos educandos sobre o mundo, sobre a realidade em que vivem e sobre as possibilidades de transformá-la. Contribui também para a elevação do conhecimento dos educadores e os qualifica para uma atuação docente pautada na reflexão crítica e mais conscientes do seu papel social. Preparar educadores qualificados para serem agentes de transformação social por meio de uma ação educativa voltada ao direito e à cidadania também é uma intencionalidade política do MEB.

Revista MEB: Comente sua experiência como coordenadora pedagógica do MEB.

Maria de Lourdes: Parafraseando Rubem Alves:

Eu diria que os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma "estória" a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma "entidade" sui generis, portador de um nome, também de uma "estória", sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal.

Rubem Alves

Dialogar sobre a minha experiência no MEB me remete à metáfora 'velhas árvores' nas palavras de Rubem Alves, pois é nesse espaço invisível e denso e nesse fazer artesanal que encontro como educadora.

Penso nas experiências vividas nesse espaço da Educação Popular, um espaço muitas vezes invisibilizado no contexto das políticas públicas sociais e educacionais, mas que se torna visível a partir do trabalho cotidiano, artesanal, feito a muitas mãos. Trata-se de um fazer ligado a uma estética que abre espaço para o diálogo, para a reflexão crítica e para a ação que se torna materializada por meio da metodologia Ver, Julgar, Agir.

Dessa forma, atuar no MEB é assumir uma postura política diante da situação de exclusão a que são condenados/as os/as cidadãos e cidadãs desse país, que mesmo num contexto de regime democrático, veem cerceado o seu direito à educação e, conseqüentemente, à inserção social, conforme já dialogamos anteriormente.

Sobre a minha atuação como coordenadora pedagógica, trago um pouco das experiências vivenciadas no desenvolvimento do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (ProAja-PI). Trata-se de um programa de grande dimensão, que assumiu o desafio de alfabetizar um grande número de pessoas no estado do Piauí.

Numa breve contextualização sobre a situação em que se encontra esse estado em termos de população não alfabetizada, encontramos nos dados elencados pela PNAD (2019) que o Piauí é, atualmente, o estado federativo que apresenta o mais alto índice de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais no país: 16,6%. O Piauí figura também entre os estados brasileiros que não alcançaram as metas definidas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Frente a esta problemática, por meio da Lei nº 7.497, que dispõe sobre a execução de ações voltadas para a redução do analfabetismo no estado do Piauí, implementou-se o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (ProAja), cujo objetivo é alfabetizar 200 mil jovens entre os anos de 2021 e 2022.

Com vistas a esse desafio, o MEB vem desenvolvendo as ações do ProAja em alguns municípios, comunidades do Piauí, tendo como base administrativa as cidades de Teresina e Parnaíba.

Para esse trabalho, conta com uma equipe composta por 2 coordenadoras regionais, 6 supervisores e 49 coordenadores de turmas, sendo esses coordenadores, os atores que estão de forma mais cotidiana junto aos educadores.

As ações voltadas a esses atores são coordenadas pela Equipe Pedagógica Nacional do MEB – Brasília, composta por uma coordenadora pedagógica junto a três educadoras.

Revista MEB: Frente ao desafio de trazer à concretude os processos pertinentes aos aspectos didáticos pedagógicos que permeiam a ação educativa, como essa gestão pedagógica vem sendo desenvolvida?

Maria de Lourdes: Essa gestão vem sendo desenvolvida de forma compartilhada, com ações pedagógicas definidas pela Equipe Pedagógica do MEB Nacional para o processo de monitoramento e de avaliação das ações do ProAja-PI, que vêm sendo desenvolvidas com base em alguns eixos. São eles:

1. Processo de formação inicial e continuada dos educadores
2. Monitoramento das ações junto aos supervisores
3. Monitoramento das ações junto aos coordenadores de turmas

4. Monitoramento das ações dos resultados alcançados pelos educandos

O primeiro diz respeito ao processo de formação inicial dos educadores, o qual foi diretamente impactado pela propagação da contaminação provocada pelo coronavírus. Inicialmente planejada para o formato presencial, a formação inicial se deu no formato virtual, momento de grande desafio que exigiu a adequação do planejamento para este o formato.

É importante dialogarmos aqui sobre uma nova necessidade de alfabetização com a qual estamos lidando na atualidade: a alfabetização digital. Este foi um grande desafio para os formadores do MEB e para os educadores que, diante do imprevisto, não estavam preparados para um processo formativo mediado pelas tecnologias.

Esta situação revelou o quanto precisamos avançar na questão do uso das tecnologias no contexto educacional. Esta é uma questão que demanda não apenas o conhecimento dessas ferramentas tecnológicas, mas também de rede de internet estável e equipamentos adequados.

Mesmo diante desses desafios, a formação foi avaliada como satisfatória por parte dos educadores, que muito se empenharam para o alcance dos objetivos definidos para este processo. Outras formações seguiram, ainda no formato virtual, nos meses de março e abril.

No mês de maio, num cenário de grande mobilização por parte do MEB e dos atores envolvidos no programa, foi realizada uma formação no formato presencial. O contato com os atores envolvidos no programa foi essencial para o avanço dos processos pedagógicos.

Na avaliação dos educadores e da equipe de formadores do MEB, esta formação propiciou uma maior proximidade e interatividade entre educadores, coordenadores, supervisores, equipe pedagógica nacional do MEB e essa interação foi imprescindível, uma vez que a força da presença fortalece as relações.

A formação continuada vem ocorrendo também por meio dos Plantões Pedagógicos, realizados quinzenalmente. Esses encontros reúnem educadores e coordenadores de turmas, sob o monitoramento dos supervisores e da equipe pedagógica nacional MEB.

Outra ação que integra o processo de formação da equipe pedagógica está ligada à oferta de cursos gratuitos, no formato EaD, sendo eles, 'Direitos Humanos e os fundamentos da Educação Popular', 'Mediação de Conflitos e Comunicação Não Violenta – CNV', em par-

ceria com a Universidade Católica de Brasília, Projeto Esperançar.

Em parceria com a UnB/FE, CEDEP/MEB/GENPEX, no formato híbrido, está sendo realizado o curso 'Práticas Pedagógicas em Educação de Jovens, Adultos e Educação Popular'.

O segundo e o terceiro eixo dizem respeito ao monitoramento das ações dos supervisores e dos coordenadores de turmas. Para este público são realizados atendimentos virtuais, semanais e quinzenais, respectivamente, além de registros em ferramenta apropriada.

Por meio desses encontros a equipe pedagógica nacional se coloca à disposição, sobretudo, para a escuta desses atores. Essa organicidade nutre os fluxos de comunicação e garante a interação constante, fatores imprescindíveis no contexto do programa.

O quarto eixo a ser destacado trata do processo de monitoramento dos resultados alcançados pelos educandos. Considerando a necessidade do conhecimento e da prática acerca das novas tecnologias, conforme já mencionei, o MEB desenvolveu um aplicativo para este fim. Por meio dessa tecnologia, acessamos os relatórios avaliativos do processo de aprendizagem dos educandos e os relatórios de controle da frequência.

Esta é também uma forma como o MEB se coloca diante da realidade atual. A utilização dessa tecnologia tem gerado também um processo de formação contínua, que junto a outras tecnologias vêm sendo utilizadas no cotidiano das ações pedagógicas do ProAja-PI.

Eu considero essa utilização um exercício importante que contribui para a elevação do nível de conhecimento e para a melhor qualificação da equipe pedagógica que atua no programa, além de também contribuir para a democratização do uso dessas ferramentas e a inserção da equipe pedagógica no processo da alfabetização digital.

Revista MEB: Diante desse contexto das ações pedagógicas mediadas pelas novas tecnologias, como a coordenação pedagógica avalia essa questão?

Maria de Lourdes: O ProAja é um programa inovador e audacioso e o alcance das metas definidas para esta ação educativa requer, sobretudo, uma gestão compartilhada dos processos que promova e facilite o diálogo e a interação entre os atores que integram as equipes de trabalho.

Ciente de que todos os processos nos quais estamos inseridos, tanto no âmbito pessoal quanto no profissional, são passíveis do surgimento de situações que podem tanto restringir como também potencializar o desenvolvimento dos processos, eu proponho uma avaliação sob o prisma desses dois elementos.

A intenção não é de propor uma análise profunda acerca desses elementos e sim contribuir para as reflexões sobre as práticas pedagógicas, principalmente no que diz respeito a uma gestão pedagógica mediada pelas novas tecnologias.

Compreendendo a Educação Popular como um espaço que prioriza ações em territórios com maiores índices de exclusão, e trabalhar nesses contextos exige adaptações, dada a falta e/ou a escassez desses recursos tecnológicos.

Esse constitui um elemento que tem causado algumas restrições no desenvolvimento das ações da coordenação pedagógica do ProAja, uma vez que, cotidianamente, precisamos interagir com grupos diversos e em comunidades distintas. E é nesse espaço no qual vem se dando o processo de diálogo entre as equipes que integram o ProAja.

Outro elemento restritivo que aponto diz respeito à necessidade de uma atenção voltada aos aspectos relacionais entre os profissionais que integram esse grupo. O olhar atento sobre essa questão vem mobilizando a equipe para o cuidado sobre a forma como estamos nos comunicando. Como ação interventiva, essa temática foi desenvolvida junto aos educadores durante a formação presencial e por meio de um curso gratuito em EaD, conforme já mencionei ao longo do processo de formação continuada.

As chamadas *Fake News* também têm sido objeto de atenção e, para tanto, temos exercitado a reflexão crítica com base na análise do contexto, e proposto ações preventivas com vistas a elevar o nível de consciência das equipes para um melhor posicionamento diante dessa questão.

Quanto às potencialidades, destaco a importância dessa política voltada à alfabetização de jovens e adultos implementada pelo governo do Piauí. Trata-se de uma política que cumpre a ousadia de promover o acesso ao mundo letrado a essa população analfabeta.

Essa ousadia se materializa também no MEB que, em consonância com os princípios de cidadania e de formação dos sujeitos na sua integralidade, assume esse compromisso frente ao estado do Piauí e frente à sociedade brasileira.

E é nesse contexto que o MEB imprime no seu projeto educativo a Jornada Comunitária, ação que promove a inter-relação entre teoria e prática e que envolve educador, educando e comunidade. Essa é uma ação que visibiliza o processo de aprendizagem dos educandos, contribuindo assim para o processo de inserção social desses sujeitos. No entanto, no contexto do Proaja, não foi possível realizar essa etapa do projeto educativo, mas o MEB segue orientando e estimulando educadores e educandos para que assumam o seu protagonismo frente ao processo de aprendizagem a fim de que esse seja um fomento à participação social dos sujeitos de forma democrática e cidadã.

Ainda nesse cenário, aponto a força motivadora dos educadores e das educadoras e de toda equipe pedagógica que, diante dessa ação educativa desafiadora, cumprem essa honrosa missão de contribuir para a erradicação do analfabetismo no Brasil. Ao assumirem esse papel, assumem também o compromisso frente às populações excluídas, com vistas ao reconhecimento dos seus saberes e da sua realidade, para elevação do nível de escolarização para inserção social, para a cidadania e para o fortalecimento da democracia. Assim como todo grande projeto que visa a inserção social, cientes das lacunas que são pertinentes a esses processos, o MEB vem se posicionando de forma crítica, fazendo-se presente e, sobretudo fomentando o diálogo com o poder público.

Avaliar as ações propostas pelo ProAja integra os processos pedagógicos e, para além disso, integra o compromisso e a responsabilidade do MEB de propor a crítica reflexiva a partir dos impactos desses processos na vida dos educandos. Afinal, a ação educativa precisa cumprir a tarefa de elevar o nível de escolarização, de inserção e de promoção social desses indivíduos.

Aliás, Educação e Democracia é a temática chave deste veículo informativo, temática que precisa estar cotidianamente nas arenas dos debates sobre a necessidade e a urgência das transformações que precisam ocorrer no campo das políticas sociais e educacionais para reversão do quadro de analfabetismo no Brasil.

Educação Popular é mobilização social que legitima, exercita e fortalece a ato de Educar para a Democracia.

Saiba mais sobre Educação Popular. Faça parte desse movimento por educação e cidadania. Acesse as redes sociais:

<https://www.meb.org.br/meb/>
<https://www.instagram.com/mebsocial/>
<https://www.facebook.com/movimentodeeducacaodebase>

Cursos gratuitos em EaD:
Educação Popular e os Direitos Humanos
[Educação Popular e Direitos Humanos - Curso Livre Gratuito \(catolica.edu.br\)](https://www.catolica.edu.br/cursos/educacao-popular-e-direitos-humanos-curso-livre-gratuito)

Mediação de Conflitos e Comunicação Não Violenta:

<https://ead.catolica.edu.br/esperancar/mediacao-de-conflitos-e-cnv>

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua 2019**. Disponível em: PNAD_Educacao_2019.indd (ibge.gov.br). Acesso em: 16 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. A educação é um ato político. **Caderno de Ciência e Educação**. Brasília. FINEP, nº24, p. 2-3, 1991. Disponível: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1357>. Acesso em: 16 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. MEB. Disponível em: <https://www.meb.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

Re-encantar a democracia é possível

José Ivo Follmann



ENTREVISTADO: José Ivo Follmann

Introdução

A Revista MEB entrevistou José Ivo Follmann, padre jesuíta e sociólogo, sobre o tema da democracia. A formação do entrevistado, na área da Sociologia, passou pela graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, e doutorado na Université Catholique de Louvain – UCL, Bélgica. Possui também graduação em Filosofia e em Teologia. A sua formação foi complementada por dois cursos de especialização: História Contemporânea e Cooperativismo, e diversos cursos e estágios de atualização. Completará em inícios de 2023 cinquenta anos de professor e pesquisador na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, onde foi também Vice-Reitor durante dez anos. A produção intelectual do entrevistado esteve sempre marcada pela atenção ao compromisso social da Universidade e da Igreja, especificamente dos jesuítas, para com a promoção da justiça e na busca por encontrar os melhores caminhos para a incidência junto ao aprimoramento da participação cidadã, a partir dos processos educativos e da organização da sociedade civil. A entrevista está focada no amplo debate que brota na realidade presente com relação ao tema e à prática da democracia. Para Follmann, no meio da perplexidade política que vivemos, uma grande iniciativa, que está sendo bem dinamizada, merece

todo destaque. Trata-se da iniciativa de uma rede de organizações, serviços, pastorais sociais e organismos da Igreja, Rede Brasileira de Fé e Política, que está sendo fortalecida e busca priorizar o “encantar a política”, neste ano eleitoral que estamos vivendo. A entrevista, na expressão do entrevistado, se associa nesse movimento. A democracia, em contradição ao seu status de ser a melhor conquista da humanidade em termos de *modus vivendi* na política, vem sendo muito pervertida e maltratada em termos de concepção e aplicação prática, a ponto de perder grande parte do seu sabor e encanto. As desigualdades sociais, que são históricas e sempre mais escandalosas no Brasil, denunciam o uso perverso da democracia e apelam por seu (re)encantamento. Segundo Follmann, o “(re)encantamento da democracia é possível!”. O entrevistado, além de professor na UNISINOS, está como Diretor do Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA (junto ao Centro Cultural de Brasília – CCB), órgão articulador e dinamizador da Rede de Justiça Socioambiental dos Jesuítas no Brasil. A incidência junto às Políticas Públicas é uma das pautas dentro dos esforços em torno da promoção da justiça (social e ambiental) pautados por este organismo. A entrevista foi concedida por escrito para Revista MEB. Vamos à entrevista:

Revista MEB: Na sua compreensão, qual é a importância do tema da democracia na atualidade e como se manifesta na vida das pessoas e da sociedade?

José Ivo Follmann: Eu me considero alguém movido pela utopia da democracia. Cultivo também uma grande crença de que o Brasil pode tornar-se um exemplo de democracia para o mundo. Feita esta profissão de fé, esperança e amor, quero manifestar a minha total responsabilidade pessoal pelo conteúdo desta entrevista, sempre atento ao imperativo de que o diálogo é o atalho mais apropriado e eficiente na construção da democracia.

Com este cuidado inicial, quero sublinhar que na atualidade o tema da democracia assume uma importância muito especial. Talvez nunca este tema

teve tanta atenção como tem hoje. Possivelmente, também, nunca este tema foi tão mal entendido e mal praticado ou maltratado, como hoje. Um recente manifesto em defesa da democracia, escrito em finais de julho de 2022 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, chegou a alcançar, até o dia de sua divulgação pública em 11/08/2022, a adesão de 1.000.000 de assinaturas, como um evidente recado ao atual mandatário no governo, devido a posicionamentos reiterados por ele assumidos. A carta mereceu a adesão dos mais diversos grupos na sociedade, inclusive grupos evidentemente antagônicos.

Em recente obra de Wilhelm Hofmeister (2021) estão explicitados de forma didática, cinco pilares fundamentais da democracia. Lembrá-los aqui é importante: Eleições livres e justas; Governo responsável; Igualdade de direitos políticos e participação igual de todos os cidadãos; Respeito pelas liberdades civis e políticas; Estado de direito e independência do poder judicial. Assumo estes cinco pilares em minha concepção de democracia, mesmo que o espaço aqui não permita considerações específicas a respeito.

A par do fato de alimentar esta crença em relação ao sucesso da democracia no Brasil e cultivar essa utopia com carinho, tenho também a clara percepção de que nada disso terá condições de acontecer, dentro de nossa realidade brasileira, se não forem promovidas, de forma afirmativa e vigilante, condições concretas de participação cidadã e de formação ou educação política para isto. Quase teríamos que sugerir um sexto pilar junto aos cinco pilares aqui mencionados, ou seja, garantia permanente de condições concretas e de cultivo da educação política para uma efetiva cultura de participação.

Vale lembrar e repetir que nem todas as pessoas contabilizadas (em 11/08/2022) no 1.000.000 de assinaturas da carta mencionada, se alinham coerentemente em sua prática econômica, social, política e ambiental com os pilares identificados por Hofmeister. Só se tem uma certeza: A adesão à carta reflete um momento em que todo o debate tende a fechar-se sobre uma turbulência, em certo sentido, falseadora, no atual momento pré-eleitoral. O seu lado falseador está na tendência a fechar o horizonte em cima do próprio processo eleitoral, perdendo de vista a substancialidade do regime democrático.

Vivemos em uma sociedade na qual, desde os mais extremos grupos de "direita" até os mais extremos grupos de "esquerda" – *se isto ainda se constitui em uma linguagem pertinente* –, usam o discurso da demo-

cracia como mote de ação política. Existe, também, um grande segmento que lamenta a existência da "polarização", colocando-se, pela via do "centro" e do "meio", como a via boa para o exercício da democracia. Fala-se da "polarização" enquadrando neste clichê – *em minha opinião, erroneamente* –, os antagonismos existentes na sociedade, como sendo algo negativo e prejudicial para a democracia. Isto, como se pudesse haver vida política sem a existência de tensões antagônicas permanentes. Ainda mais, dentro de sociedades como a nossa, que são escandalosamente marcadas pela desigualdade.

Dentro do momento agitado e escancaradamente perturbado que vivemos, a minha resposta à pergunta feita, obviamente, não poderá ser mais do que uma aproximação bastante limitada. Mas, com certeza, estará revestida de amor pela democracia, especificamente pela democracia que proporcione participação cidadã efetiva e a partir das bases, ou dos grupos mais privados dos direitos mais básicos.

Vivemos um clima político, no mínimo, perigoso, porque está eivado de discursos e narrativas que têm um sentido desmobilizador e tremendamente prejudicial à imagem interna e externa do Brasil. É um clima desmobilizador porque não existe o favorecimento de um debate público verdadeiro e que envolva todas as forças da sociedade, focando os problemas reais, tão necessário para a democracia. E, nesta onda toda, existem dois agravantes sérios: o amedrontamento a partir de ameaças explícitas com poderio armado loucamente disseminado pela via de milícias e do narcotráfico e a cilada de uma mistificação perversa pela via religiosa ou "pseudo-religiosa" dos "mercadores da fé", revestida de um flagrante atentado à laicidade do Estado. Isto contradiz na essencialidade o Estado laico que somos por Constituição. A laicidade é fundamental para o funcionamento da democracia, num país tremendamente plural como o nosso.

Os discursos e narrativas sinalizados se amparam, por vezes, em alertas anacrônicos contra a ameaça comunista, manifestos, retomados e repetidos em diferentes momentos da história. É um "inimigo" sabidamente anacrônico para quem conhece a história e a atualidade brasileiras. Este "inimigo" interno estaria afrontando a democracia e os valores mais caros de nossa sociedade; estaria ávido para cercear a liberdade das religiões e seus valores, bem como a propriedade privada dos bens. Este "inimigo" estaria colocando em risco a democracia, mesmo que a história recente esteja desmentindo isto com todas as evidências.

Mas nem tudo é sombra (ou assombração!?) ... Existe também uma consciência difusa, sempre mais viva, em relação aos verdadeiros riscos contra a democracia e os valores da sociedade. Esta consciência cresce com vigor e se manifesta amplamente nos termos da carta que mencionei, apesar do espectro contraditório de suas adesões. Cresce o clamor pela manutenção da democracia, clamor este alimentado por narrativas que alertam contra os riscos que o país corre frente a um possível caos gerado em decorrência do desmonte das principais instituições republicanas, inclusive a própria conquista de um processo eleitoral de reconhecida competência, eficiência, e valor técnico em termos de segurança. Dentro do clamor pela democracia cresce, sobretudo, o movimento por um novo encantamento da política (CNLB, 2022). Este movimento pelo (re)encantamento é cultivado, por um lado, a partir de mobilizações de raízes religiosas, sobretudo entidades vinculadas à CNBB, mas também, de outro lado, por forças diversas organizadas na sociedade civil, que movendo-se pelos mais diferentes interesses se erguem em coro uníssono em defesa da democracia. Me associo a esse movimento do (re)encantamento. É processo que pode fazer com que a nossa sociedade se regenere a partir das bases, se soubermos empregar as estratégias corretas, revisitando e cultivando a democracia em suas raízes.

Mencionei acima um certo viés falseador em todo o debate que está muito agitado. É o viés focado nas eleições, com a sinalização de que o processo eleitoral é o grande decisor da democracia. Trata-se de um foco centrado na “democracia representativa” e que coloca todo valor da representatividade, no evento da eleição... Precisamos reafirmar a consciência de que o tempo principal da democracia é o tempo efetivo da prática política em que se realiza e se pode testar o serviço político do candidato ou da candidata. Eu diria, assim, que, enquanto não conseguirmos reaver uma verdadeira “democracia participativa” e de vigilância permanente sobre a prática e o serviço político dos/das representantes, a própria democracia representativa tenderá a se deteriorar sempre mais e poderá correr riscos sérios, como aliás já está demonstrado de forma ostensiva e escandalosamente recorrente.

Essa não é uma preocupação de hoje. Foi, por exemplo, com essa percepção que os bispos católicos, reunidos na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, em 2007, em Aparecida do Norte, Brasil, manifestaram, já na época, por meio do Documento de Aparecida (CELAM, 2008), uma gran-

de preocupação na defesa e afirmação da democracia participativa, ao mesmo tempo em que celebravam os avanços dos processos democráticos. Diziam que, apesar de um certo progresso demonstrado em processos eleitorais, causa preocupação a existência de diversas formas de regressão autoritária por via democrática, que às vezes estão resultando em regimes de corte neopopulista. “Não basta uma democracia puramente formal, fundada em procedimentos eleitorais honestos, mas [...] é necessária uma democracia participativa e baseada na promoção dos direitos humanos e no respeito a eles” (n. 74). Depois de apontar diversas características da democracia participativa, os avanços positivos e riscos perceptíveis que ela corria, os bispos denunciavam: [...] “esquece-se de que a democracia e a participação política são fruto da **formação** que se faz somente quando os cidadãos são conscientes de seus direitos fundamentais e de seus deveres correspondentes” (n. 77, grifo nosso).

Parece que os bispos, há quinze anos, já percebiam a principal fragilidade, ao apontarem a importância da formação. De fato, o que acontece hoje, o que mais aparece visibilizado é a fragilidade em termos de formação política. Isto perpassa todos os níveis ou espaços de presença humana, seja nos processos de produção e veiculação do conhecimento, seja no cuidado para com as instâncias de participação e mobilização social, seja no próprio dia a dia concreto do convívio humano. O Movimento de Educação de Base – MEB, tem uma longa história de contribuição para a democracia neste sentido. Talvez estejamos vivendo um momento de extremo apelo para que se reforce essa contribuição. Além da fragilidade na formação política cidadã em geral, não existe uma apuração clara das condições apresentadas pelos candidatos e candidatas em termos de formação/participação política, que deve ser buscada e revelada em todos esses níveis ou espaços vividos.

O que perpassa tudo é falta de informação, é informação distorcida, é falseamento da informação (*fake news*), é desencanto; são mobilizações vazias mediante “militâncias estéreis”, através de likes inócuas; são narrativas falsas de amedrontamento e de demonização do próprio confronto sadio de ideias; é a quase incapacidade de entabular bons diálogos ou debates e confrontos sadios de ideias opostas. Em suma, é ausência de boa formação. É preciso que se possa restabelecer o confronto de ideias, que seja verdadeiro, não focado simplesmente em querelas e tagarelices do “ser” ou “não ser a favor” disto ou daquilo, mas focado no como

nos posicionamos e que propostas se tem para diminuir as desigualdades sociais e na busca da garantia do acesso de todas e todos a uma vida digna, ou seja, condições de vida acima da “linha da dignidade”. A formação para a democracia só será consistente se souber ultrapassar o nível das informações superficiais e pouco interessantes sobre como funcionam os sistemas democráticos e seus belos artifícios de poder. A formação para a democracia será consistente se focar os necessários mecanismos participativos na sociedade e as propostas verdadeiramente focadas nas condições de superação necessária das desigualdades sociais escandalosas e do acesso pleno às condições de vida que respeitem a dignidade de todas e todos.

Revista MEB: Você tem acompanhado o processo democrático brasileiro por décadas. Como você avalia a tendência mundial de polarização e fechamento dos espaços democráticos?

José Ivo Follmann: A pergunta pode gerar uma expectativa falsa... É preciso que eu diga inicialmente a partir de que lugar eu falo. Não sou da área da Ciência Política. Sou sociólogo e padre jesuíta. Estou manifestando as minhas percepções a partir das referências que eu consegui construir em minha trajetória, dividida ou atravessada, desde minha juventude, tanto por elaborações de estudos sociológicos como por práticas engajadas na promoção da justiça. Nessa minha lide intelectual, como sociólogo engajado, sempre fui guiado pelo sopro do espírito cristão buscando coerência com minha opção de religioso cristão ligado à Companhia de Jesus, conhecida como a Ordem dos Jesuítas, na Igreja Católica. A Ordem dos Jesuítas está presente em quase todos os países do mundo, convivendo, sobrevivendo ou sofrendo perseguições, nas situações políticas mais diversas encontradas e desencontradas.

Talvez se possa dizer que a história brasileira nos oferece um exemplo muito particular, quando se fala nas grandes polarizações que acontecem no mundo. Vou tomar a liberdade de repetir aqui uma frase que cunhei em epígrafe no livro (coletânea) sobre “Políticas Públicas - Debates Sociológicos Pontuais”, organizado conjuntamente com Carlos Alfredo Gadea e Luiz Felipe Lacerda (2019). A frase é a seguinte: “O momento que vivemos hoje no Brasil nos faz voltar, mais do que nunca, para a triste herança que pesa de um passado de uma sociedade elitista e excludente, que ainda não conseguiu fazer as pazes consigo mesma e muito menos conseguiu amadurecer para um verda-

deiro espírito republicano e prática da democracia”. Da mesma obra destaco ainda outra frase do primeiro capítulo, em coautoria com Luiz Felipe Lacerda:

Sabemos pela história da república no Brasil, quanto o “interesse da maioria” ou a “vontade da maioria” são quase “peças de ficção”. Isto é válido para os primeiros anos da república quando o Brasil viveu uma de suas páginas de maior negação dos direitos de ampla porção da sociedade recém liberta do estado de escravidão, e sobretudo, para os dias de hoje, quando o país é vítima de uma megassubmissão do Estado aos interesses de uma minoria nacional e internacional dominante. (FOLLMANN; GADEA; LACERDA, 2019, p. 22-23).

Todos sabemos que o Estado é um conjunto complexo de instituições organizadas para o bom funcionamento de uma Nação. Ao menos é o que está idealizado no conceito. No Estado republicano que nos identifica oficialmente desde a Proclamação da República em 1889, precisamos distinguir entre, por um lado, os princípios e instituições republicanas e, por outro, os processos efetivamente democráticos. Quando as instâncias republicanas são fortalecidas, transparentes e maduras, os processos democráticos têm melhores condições de ser dinamizados e qualificados. A fragilização e a redução republicana, identificada corretamente como desmonte das instituições públicas, tendem a gerar mecanismos distorcidos e descontrolados nos processos democráticos. O resultado é o silenciamento. Esta é uma ambientação favorável para os paradoxos e manejos autoritários, em nome da própria democracia, tão conhecidos hoje.

Eu diria que o foco de nossa atenção não deve ser o receio da explicitação dos antagonismos, mesmo que sejam fortes e polarizados, mas devemos dar atenção às manifestações daquilo que se pode considerar uma tendência ao aumento da violência e da brutalização no convívio humano. É algo que vem sendo alimentado por toda uma cultura da violência e da morte, em geral concentrada em grupos de extrema direita. Há um recrudescimento da violência misógina, dos racismos, dos machismos, da homofobia e de atitudes aporofóbicas (ódio a pobre). Quem pensa nisso quando fala do risco da polarização, está correto. Pois essa é uma tendência capitaneada por forças que querem impor uma narrativa unilateral sem permitir debate.

O discurso intransigente e violento em um ambiente de fragilização e desmonte do próprio Estado de

Direito, ou seja, das instituições republicanas, torna-se algo muito perigoso. Neste clima tende a se impor uma concepção de democracia “sem lei”, ou, melhor, democracia da lei do mais forte. O Brasil está sendo uma espécie de tipo exemplar nisso, hoje... Seria uma “democracia” que necessita de armas nas mãos das chamadas “pessoas de bem”, para garantirem a sua liberdade contra os indesejados (GHIRALDELLI, 2021). Tudo isto exigiria uma longa análise, mas o espaço aqui não o permite. O agravante de tudo isto, no Brasil, é a nossa longa história de dominação e submissão internas das majorias e de submissão do próprio aparelho do Estado. As forças de dominação e exploração se concentram em poderosos grupos econômicos. Vivemos tempos de perversão da democracia, abrigando formatos tremendamente autoritários, misóginos, excludentes... Me insurjo contra esta “exemplaridade perversa” que vem se colando ao Brasil e gostaria de reforçar o coro daqueles, muitíssimo mais numerosos, mas talvez demasiadamente calados, que acreditam e professam a utopia do Brasil como exemplar para a democracia participativa.

Efetivamente, a única vacina eficaz para curar o Brasil do risco da violência e do ódio é a democracia participativa (GHIRALDELLI, 2021). Existe no ar um grande apelo à responsabilidade de cada cidadão e cada cidadã e, sobretudo, as entidades e organizações que lidam diretamente com educação não podem ficar só no discurso da defesa da democracia e seus valores, mas devem formar, nas suas práticas e promoções internas e externas, para a cultura democrática. O cultivo da diversidade é fundamental em um ambiente educativo, que se defina como espaço de formação para a democracia. Este cultivo é gerador de cultura democrática. O cultivo da diversidade é incompatível com discursos e práticas misóginos, racistas, machistas, aporofóbicos e homofóbicos em seus espaços. O trabalho de educação de inspiração cristã só faz sentido, dentro do contexto que nos marca, enquanto testemunhas de participação, de transparência e de cultivo da dignidade humana.

A versão democrática que rompe o peso histórico da dominação e da submissão é muito recente, aliás só teve alguns períodos relativamente curtos de respiro vital. Talvez se possa dizer que acompanhou o próprio processo histórico do Movimento de Educação de Base – MEB. Vivemos novamente um momento de sérios riscos de que a tragédia de uma “democracia” desfigurada pela dominação e submissão possa levar

o Brasil a uma derrota definitiva do sentido cidadão contra a submissão alienada.

O que de fato impera é o tremendo distanciamento entre o “mundo dos políticos” e o “mundo da sociedade civil”. Isto toma feições mais graves na medida em que se perde a capilaridade de instâncias intermediárias de participação da população e, também, na medida em que se corrói a vitalidade das organizações populares autônomas e dos movimentos populares. O próprio Estado precisa ser permanentemente nutrido por esta capilaridade participativa, com o risco de, na ausência disto, perder totalmente a sua característica de Estado Democrático de Direito, garantidor do bem comum. A vida da sociedade em todas as suas manifestações precisa recuperar a sua dimensão política, reforçando-se a capilaridade da construção democrática dos destinos da Nação.

Revista MEB: Segundo vários pensadores, como Gramsci, na sociedade democrática as forças que a compõem são antagônicas e estão em constante conflito. Como você vê os Movimentos Populares de hoje na luta pela consolidação da democracia?

José Ivo Follmann: No meu entender o principal combustível da vida política são os conflitos e os antagonismos, e, talvez, mais do que isto, saber lidar com os conflitos e os antagonismos. As sociedades democráticas sobrevivem e se qualificam na medida em que sabem deixar-se renovar no confronto de ideias e da criatividade. Anotei no início que o diálogo é o melhor atalho para a democracia. É por meio do diálogo que se busca criar soluções novas a partir, em geral, de situações antagônicas e conflitivas.

Vou iniciar a resposta a esta pergunta, com uma referência ao Papa Francisco em um de seus encontros com líderes dos movimentos populares. Ele insistia na importância do papel desses movimentos. Estar atentos a eles “implica superar a ideia das políticas sociais concebidas como uma prática para os pobres. Dar atenção a eles implica atitude de agir com os pobres, reforçando algo que é dos pobres”. E ele acrescentava: “a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando, porque deixa fora o povo em sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino” (PAPA FRANCISCO, 2016, n. 169). Isto sempre envolve saber lidar com o conflito de interesses.

Infelizmente as organizações e movimentos populares, no Brasil, que já viveram momentos importan-

tes de dinamização, vêm, sempre de novo, sofrendo reveses das mais diferentes origens. O maior peso, em tudo isso, já mencionamos ao referir o peso estrutural de dominação histórica, é o comportamento das elites econômicas, que com raríssimas exceções, sempre foram exclusivistas e intolerantes, não permitindo que a sociedade civil se fortalecesse, muito menos as organizações e movimentos populares.

A história recente, no entanto, nos mostra que as coisas são muito mais complicadas e de difícil apreensão do que este esquema dicotômico, que coloca as elites econômicas como o grande vilão. Haja vista que o maior partido originário, em grande parte, das organizações e movimentos populares, quando ascendeu ao poder acabou contribuindo para o próprio esvaziamento do vigor das organizações e movimentos, devido a um equívoco de atrelamento ao Estado de muitas lideranças e iniciativas, que antes tinham vigor próprio. O esvaziamento no vigor não se deu, no entanto, só por este atrelamento equivocando. A ausência de uma persistência na formação ou educação popular e no cultivo das práticas de base, que sempre tinham sido o grande combustível da fortaleza e capilaridade popular foi, a curto e médio prazos, algo que feriu de morte as organizações e movimentos populares, cujos integrantes se tornaram presas fáceis de outras forças.

Deveríamos talvez dizer que o problema maior não é a existência de conflitos e antagonismos, mas sim o abafamento e esvaziamento deles, fazendo a alma humana se atrofiar em sua vocação histórica. No entanto, alguns testemunhos ou sinais importantes de expressão viva de resistência permaneceram e são sementes de revigoramento. Entre muitos outros, estão mais vivos na minha memória, dois exemplos paradigmáticos:

Um movimento muito expressivo e típico em sua importância e alcance é o Acampamento Terra Livre – ATL, que neste ano de 2022 já atingiu a sua 18ª edição. Desde 2004, já tendo assumido formatos e endereços diferentes, tendo como referência, geralmente, o mês de abril, em Brasília, DF, é considerado a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil. Esses eventos, ao longo de todo esse período sempre resultaram em uma leitura atualizada e posicionamento renovado do movimento em relação aos governos que se sucederam ao longo de todos esses anos. Trata-se de uma força viva, que não esmorece em declarar a sua presença, ao longo de todo este tempo. Talvez, deva ser considerado um sinal de democracia,

que resiste. A pauta de suas reivindicações foi sendo atualizada e aperfeiçoada. É uma pauta inovadora, que traz, inclusive, para dentro de debate democrático, a questão revolucionária dos direitos da natureza.

São também muitas as manifestações pontuais, congregando normalmente um número significativo de representações de organizações e movimentos populares. Vou focar-me em um evento mais recente. No dia 16 de julho de 2022 ocorreu na Catedral da Sé, São Paulo, um grande ato ecumênico e inter-religioso celebrando o testemunho do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Philips, que foram brutalmente assassinados devido à sua fidelidade na luta com e pelos povos indígenas e pela proteção ambiental. Eventos semelhantes se multiplicaram em muitos outros contextos em todo o território nacional. Na ocasião, com a catedral paulistana lotada e a presença de uma grande diversidade de lideranças religiosas e militantes de diferentes organizações e movimentos representativos da sociedade civil, o bispo Dom Pedro Luiz Stringhini, em nome do Regional Sul I da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), proferiu as seguintes palavras, lembrando a celebração do funeral de Vladimir Herzog, vítima da ditadura militar, há quase cinquenta anos: “Em 1975 estava aqui Dom Paulo Evaristo Arns e ao lado dele estava o Rabino Sobel. Naquele momento anunciaram que a ditadura iria acabar e que a democracia iria chegar! E ela chegou!!! Hoje, estamos aqui, no mesmo local, para dizer que a democracia não vai embora! Haverá eleições e haverá democracia!”.

Tomo a liberdade de reproduzir aqui um trecho da breve fala de Dom Pedro Luiz Stringhini, dada a sua expressividade e contundência:

No Brasil chamam a atenção e causam indignação, a escalada da violência contra os povos indígenas e tradicionais, fruto do descaso oficial e do desmonte de políticas públicas e de preservação do meio ambiente, nossa casa comum. Estamos aqui também unidos para que esses órgãos voltem a funcionar. A adoção de uma política econômica que não leva em conta o sofrimento dos pobres fez voltar a fome e o desemprego; o discurso de ódio e a apologia às armas fez crescer a violência; sabemos que a segurança vem da educação de qualidade, através dos livros, não das armas. [...] É hora de se mobilizar, se necessário indo às ruas para defender a democracia e as eleições. O Brasil, todos, todos unidos, movimentos populares, igrejas, grupos religiosos, forças políticas progressistas,

enfim, toda a sociedade civil, para que a civilização vença a barbárie. O Brasil é um país de beleza, de alegria, de canto e de poesia, de fé e de religiosidade, de trabalho e de dignidade. É preciso sonhar, reconstruir o nosso país, vislumbrando um horizonte mais belo e mais feliz para todos os brasileiros. Pela democracia, pela justiça social e pela paz. (STRINGHINI, 2022).

Na esteira das últimas palavras desta manifestação de Dom Pedro Stringhini, quero registrar um outro movimento que vem tendo repercussão bastante intensiva e extensiva. É o movimento, que já referi acima, de passagem. Trata-se do movimento “Encantar a Política”. Comecei as minhas respostas a esta entrevista fazendo a minha confissão, dizendo-me movido pela utopia da democracia e pela crença de que o Brasil pode tornar-se um exemplo de democracia para o mundo. Continuo considerando isto uma grande profissão de fé, esperança e de amor. Para mim, (re)encantar a política é possível! (Re)encantar a democracia é possível!

O movimento “Encantar a Política” é liderado pelo Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB, Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara” e a Rede Brasileira de Fé e Política e organizações atentas para a necessária transformação na cultura política brasileira. O movimento está profundamente inspirado e apoiado no Ensino Social da Igreja, especialmente na orientação trazida pelo Papa Francisco, em sua Encíclica social Fratelli Tutti (FT), 2020. O Papa Francisco convoca para uma renovação profunda na Igreja, chamando para o protagonismo do todas/os. Assim também, na sociedade civil, exige-se nas instituições democráticas uma dedicação cidadã urgente e qualificada. Nenhum cristão pode, segundo a orientação do Papa Francisco, permanecer alheio à tarefa de contribuir para que a vida política reencontre o seu valor e o seu encanto. É preciso que contribuamos para sanar nossas frágeis democracias e sermos protagonistas da reinvenção da vida política, regenerando as instâncias representativas de origem popular. Quando o foco principal não é colocado nas instâncias representativas de origem popular, corre-se sérios riscos de reproduzir práticas populistas antidemocráticas.

Além deste foco no (re)encanto da vida política e da democracia, faz-se necessário que nos coloquemos no espelho de nossas práticas cidadãs e de nossas possibilidades de incidir concretamente, repetindo para nós

uma pergunta que sempre permanece: *Em que e como podemos nós, indivíduos e nós, organização, contribuir e avançar concretamente?* Respondendo a esta pergunta, eu gostaria de concluir, talvez como provocação para o diálogo, com a indicação de que, tanto em nível pessoal como em nível institucional, sempre nos é oferecido um grande “leque de oportunidades” para exercermos a nossa incidência, enquanto sujeitos de transformação. Inspirado em um documento da Província dos Jesuítas do Brasil, eu gosto de distinguir, neste leque de oportunidades, três níveis ou “lugares estratégicos” de exercício da incidência: o nível da produção e difusão do conhecimento; o nível da atuação cidadã (participação direta) dentro das instituições, movimentos e forças de decisão; o nível testemunhal pelo próprio jeito de ser e agir do dia a dia (JESUÍTAS BRASIL, 2021). A democracia participativa necessita ser reavivada afirmativamente em cada um destes três níveis ou “lugares estratégicos”. Destaque-se, sobretudo, as instituições e movimentos voltados diretamente para a educação em todos os âmbitos e formatos. Talvez se deva dizer que ao contribuir para o (re)encantamento da democracia, a própria educação também passe ou deva passar por um “(re)encantamento da educação”. É o que está sinalizado no próprio Pacto Educativo Global, liderado pelo Papa Francisco.

É necessário que em cada um destes níveis ou “lugares estratégicos” se recupere a *atenção* e o *cuidado*: em relação às pessoas, no radical reconhecimento de sua dignidade; em relação ao sentido do bem comum e o correto tratamento dos bens na ordem econômica e social; em relação à vida em sociedade, na recuperação permanente e afirmativa da harmonia e do diálogo, alimentando a fraternidade universal (amizade social); e, em relação à vida em todas as suas expressões na natureza que mesmo sofrendo com crescentes agressões, nos envolve e nos presencia cotidianamente com os seus dons.

Nunca nos esqueçamos que “O mundo existe para todos, porque todos nós, seres humanos, nascemos nesta terra com a mesma dignidade. [...] Temos o dever de garantir que cada pessoa viva com dignidade e disponha de adequadas oportunidades para seu desenvolvimento integral” (PAPA FRANCISCO, 2020, n. 118). Podemos exercer este dever, permanentemente, em qualquer um dos três níveis ou “lugares estratégicos” aqui apontados.

Considerações finais do entrevistado

Em minha palavra de conclusão eu gostaria de fazer um pequeno alerta. Trata-se da relação religião e política. Somos um Estado laico, assim definido na Constituição. A laicidade do Estado é fundamental para que se possa cultivar uma democracia sadia. Mas existem problemas muito sérios de entendimento e de prática neste campo.

Nós somos uma sociedade que se formou dentro de uma grande diversidade cultural e, especificamente, diversidade religiosa. Depois de alguns séculos de represamento ou ocultação desta diversidade, por termos sido marcados, durante séculos, pelo monopólio religioso de parte da religião oficial, que era a Igreja Católica Romana, deu-se um grande processo de diversificação, a partir de inícios do Estado republicano. Essa diversificação aumentou de forma explosiva nas últimas décadas.

A explosão da diversidade religiosa, que assistimos no Brasil contemporâneo, por si só, não gera espírito pluralista ou espírito de convívio democrático. Ao contrário, muitas vezes, pode descambar em radicalizações fundamentalistas. Paradoxalmente, tem-se um movimento duplo contraditório gerado pela diversificação: crescimento do espírito de convívio democrático pluralista, de um lado, e aumento de radicalizações fundamentalistas, de outro. Assim como, também, é perceptível um duplo movimento em nível de Estado: ao mesmo tempo em que são constatáveis movimentos sérios de amadurecimento da laicidade no sentido de garantir o direito à diversidade e pluralidade de expressão religiosa de todos, existem, também, os movimentos de busca de vantagens eleitorais contando com o apoio desta ou daquela confissão religiosa.

Uma constatação recente diz respeito a um casamento perfeito entre intencionalidades políticas que pervertem ostensivamente o princípio da laicidade, e lideranças religiosas oportunistas, que ignoram este princípio, deixando-se mover pelos ranços de práticas “confessionais” na política, no mínimo equivocadas. É um caminho ostensivo de destruição da democracia, a duas mãos. O (re)encantamento da política e da democracia certamente terá que passar, também, por uma “educação para as relações religiosas”, ou, amplamente, pelo incentivo e prática do diálogo inter-religioso.

Para concluir, além deste pequeno alerta referente à questão polêmica da relação entre religião e política, quero sublinhar: a importância radical da demo-

cracia para uma vida em sociedade, que possa ser efetivamente extensiva para todas/os; a urgência de nos apropriarmos de boas análises históricas e sociológicas da sociedade brasileira no sentido de desvendar as estruturas ocultas que nos marcam; a valorização dos conflitos e antagonismos como ingredientes que proporcionam oxigenação da vida política e na democracia, pela mediação do diálogo.

O (re)encantamento da política e da democracia não pode ser um convite a falsas harmonias, mas um salto decidido para dentro da realidade conflitiva e antagonista de buscas de caminhos para que ninguém na sociedade seja mantido abaixo da linha da dignidade humana. A prática da justiça é condição primeira para (re)encantar a democracia.

REFERÊNCIAS

CELAM. **Documento de Aparecida** – Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (13-31 de maio de 2007). Brasília: Editora CNBB / São Paulo: Editora Paulinas & Paulus, 2008.

CNLB. Conselho Nacional do Laicato do Brasil. **Caderno Encantar a Política** – Democracia. Brasília: CNLB, 2022.

FOLLMANN, José Ivo; GADEA, Alfredo; LACERDA, Luiz Felipe (orgs.). **Políticas Públicas** – debates sociológicos pontuais. São Leopoldo: Editora Casa Leiria, 2019.

GHIRALDELLI, Paulo. **A Democracia de Bolsonaro** (2018-2020). São Paulo: CEFA Editorial, 2021.

HOFMEISTER, Wilhelm. **Os Partidos Políticos e a Democracia** – seu papel, desempenho e organização em uma perspectiva global. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

JESUÍTAS BRASIL. **Marco de Orientação** – Promoção da Justiça Socioambiental. 2. ed. atualizada. São Paulo: Edições Loyola, 2021. www.olma.org.br

PAPA FRANCISCO. **Laudato Si'**. Carta Encíclica do Papa Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum. Documentos Pontifícios, 22. Brasília: Edições CNBB, 2015.

PAPA FRANCISCO. **Discurso do Papa Francisco aos Participantes do III Congresso Mundial dos Movimentos Populares**. Coleção Sendas, v. 8. Brasília: Edições CNBB, 2016.

PAPA FRANCISCO. **Fratelli Tutti**. Carta Encíclica do Papa Francisco sobre a Fraternidade e a Amizade Social. Documentos Pontifícios, 44. Brasília: Edições CNBB, 2020.

STRINGHINI, Dom Pedro. **Saudação em nome da CNBB** – Regional Sul 1, em Ato Inter-religioso na Catedral da Sé, 16/07/2022. Disponível em: <https://www.leiaogazeta.com.br/em-ato-na-catedral-da-se-dom-pedro-luiz-stringhini-diz-havera-eleicoes-e-a-democracia-nao-vai-embora/>.

Sistematização da experiência realizada pelo MEB, UnB, UEPB, UFAL, UCB - Colóquio Cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra

Elinete Pereira dos Santos¹

1 Introdução

Sistematizar uma experiência é mais que registrar um fato ocorrido. Requer uma visão sensível, atenta das relações desencadeadas no e pelo processo. Nessa produção, entendemos que sistematizar implica em observar o processo histórico e, de forma qualitativa, registrá-los

[...] como processos históricos e complexos nos quais intervêm diferentes atores e que ocorrem em um contexto econômico-social-cultural determinado e em situações organizativas ou institucionais particulares. Por isso, falar em *sistematizar experiências* corresponde a aludir a um esforço qualitativamente mais complexo [...] (JARA H., 2012, p. 71, grifos do autor).

Dessa forma, buscamos sistematizar não qualquer fato, mas algo vivenciado por um grupo de sujeitos sociais inseridos em um processo de luta pelo fortalecimento da garantia de direitos e da cidadania plena. Sendo assim, faz-se necessário definirmos que “[...] as experiências são processos sócio-históricos complexos e dinâmicos, pessoais e coletivos. Não são apenas fatos ou acontecimentos pontuais. As experiências estão em permanente movimento [...]” (JARA H., 2012, p. 72).

Assim, elegemos para sistematizar o Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra, proposto pela Universidade de Brasília (UnB) ao Movimento de Educação de Base (MEB) e às instituições de ensino superior: Universidade Católica de Brasília (UCB), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Essa atividade, dentre os vários aspectos positivos para o MEB, apresenta pontos fortes que nos levou a

sistematizá-la: primeiro, traz em seus objetivos fortalecer e aprofundar os conhecimentos sobre Paulo Freire em sua proposta pedagógica, apresentando, dentro das atividades que o MEB realizou em 2020 e 2021, conquistas valiosas, como parceria com universidades para refletir sua prática educativa. Essa atividade desencadeou outras ações, como, por exemplo, publicação de *e-book*; fomento do interesse dos educadores populares em aprofundar seu conhecimento sobre Paulo Freire, criando rodas de conversar para estudar a literatura freiriana; e unificação dos núcleos de base do MEB nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Ela também estabeleceu forte diálogo com a proposta da Campanha centenário Paulo Freire em defesa do seu legado, lançada pelo Conselho de Educação Popular de Adultos da América Latina e Caribe (CEAAL)² no ano de 2020.

O colóquio surge a partir de discussão entre ex-mebianos e atualmente professores universitários, sensíveis à situação da educação e do país frente às mudanças sociais impostas pelo covid-19. Para o MEB, também foi uma forma de sanar a demanda e anseio dos educadores por um momento de formação e qualificação de sua prática docente frente ao desafio imposto pela pandemia do covid-19. Essa atividade foi desenvolvida de forma virtual e aconteceu em quatro dias no ano de 2020: 21 de agosto, 04 e 18 de setembro, e em 02 de outubro. Vale ressaltar que esses foram os primeiros cinco meses da pandemia do covid-19 e a população brasileira encontrava-se em *lockdown*. Essa nova forma de organizar suas vidas, parar ou diminuir suas atividades, bem como reorganizar sua prática docente fez com que o projeto de extensão da UnB, na pessoa do professor Carlos Lopes, que tam-

¹ Educadora popular voluntária do Movimento de Educação de Base. Graduada em Pedagogia e Graduada em História. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

² O Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe, organização que agrupa 140 instituições que realizam trabalhos de educação, pesquisa, comunicação e apoio organizativo em 21 países de nossa região. (INSTITUTO PAULO FREIRE, *on-line*, 2016)

bém é um ex-mebiano, procurasse a parceria do MEB e outras três universidades dos estados brasileiros para refletirem sobre a situação atual à luz do pensamento de Paulo Freire, Assim, surge o Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra.

O MEB, segundo Santos (2020), é um organismo da Igreja Católica,

[...] vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que surgiu no ano de 1961, e, desde então, atuou de modo significativo junto às comunidades urbanas e rurais das classes populares através dos programas de Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA) e no processo de organização comunitária em várias regiões do país. (SANTOS, 2020, p. 17).

Por se tratar de uma instituição que atua no campo da educação popular, o MEB, ao longo dos 60 anos de trabalho, realiza sua prática educativa no meio do povo em uma relação direta com as comunidades, no entanto, em virtude da calamidade sanitária que assolou o mundo desde 2020, o MEB teve que reorganizar sua forma de trabalho e definir novas formas de realizar a formação dos educandos e educadores, o que justifica a implementação do colóquio.

O projeto de extensão “Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra”, desenvolvido em parceria com as universidades e o MEB, é uma iniciativa de formação pedagógica que teve como público-alvo educadores populares, estudantes de licenciatura e pesquisadores(as) que tem Paulo Freire, patrono da educação brasileira, como referência. O evento objetivou levantar, problematizar e aprofundar temas e questões geradoras no âmbito da educação popular, no contexto da Covid-19. Para cada dia do evento, havia um objetivo específico. Por meio das cartas elaboradas pelos participantes, pretendeu-se projetar o contexto e os impactos da pandemia na educação popular, as quais foram abertas em setembro de 2021, em evento específico, como parte da celebração do centenário de nascimento de Paulo Freire.

Para essa sistematização, definimos como objetivo geral compreender como a Campanha Centenário de Paulo Freire: em defesa de seu legado contribuiu para o fortalecimento do pensamento freiriano nas práticas pedagógicas das instituições parceiras do CEAAL, no período de 2020 a 2021. E como objetivos específicos, buscamos registrar uma das atividades desenvolvidas pelo MEB na Campanha Centenário Paulo Freire, no caso o Colóquio cartas para Paulo Freire; e

identificar as contribuições do Colóquio para a formação dos sujeitos sociais que participaram da atividade. Como metodologia, utilizamos uma abordagem qualitativa por compreender que essa melhor se adequa à questão proposta.

[...] se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise de discurso e de documentos. Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (MINAYO, 2008, p. 57).

Destacamos que, durante a elaboração e planejamento do colóquio, não foram construídas atas de reuniões ou outros registros que pudessem servir como subsídios para compreensão de como se deu o processo de organização deste, sendo assim, recorremos à entrevista semiestruturada com membros da equipe organizadora de duas instituições e alfabetizador/educador popular que participou ativamente do colóquio. Dentre os educadores, elegemos o que participou dos quatro dias do colóquio, fez intervenções via chat e elaborou as duas cartas para Paulo Freire. Quanto aos organizadores, selecionamos a instituição que formalizou a proposta junto à universidade, neste caso, a UnB e o Movimento de Educação de Base que compartilhou o público-alvo. Também utilizamos para coleta de dados o questionário que foi elaborado e enviado às instituições parceiras do CEAAL no Distrito Federal, no período de 2020 a 2021. As perguntas elaboradas para a entrevista, bem como o questionário encontram-se no bloco denominado anexos.

As instituições que participam do Conselho de Educação Popular de Adultos da América Latina e Caribe (CEAAL) no Distrito Federal são: MEB³, INESC, ENFOC e o CEPAPFRE. Das quatro instituições que enviamos o questionário, somente o INESC não respondeu. Apresentaremos brevemente cada instituição.

O Centro de Educação Popular Paulo Freire atua na comunidade de Ceilândia há 31 anos. A instituição passou a participar do CEAAL em 01 de setembro de 2020, tendo como atual presidente Waldek Batista

3 MEB – Movimento de Educação de Base. INESC – Instituto de Estudos socioeconômicos. ENFOC – Escola Nacional de Formação da CONTAG. CEPAPFRE – Centro de Educação Paulo Freire.

dos Santos. Durante seu primeiro ano como participante do CEAAL, a instituição realizou 25 ações relacionadas às discussões do CEAAL. Como principais atividades que desencadearam outras ações, a instituição pontuou “[...] as formações/debates/discussões de forma remota, utilizando-se das plataformas virtuais (*Facebook/YouTube* e demais aplicativos) [...]” (WALDEK, 2021), mas não destacou dentre as 25 ações quais as principais que desencadearam outras ações. O detalhamento dessas ações encontra-se no bloco intitulado anexos.

A Escola Nacional de Formação da CONTAG já atua há 15 anos em nossa sociedade e participa do CEAAL desde 2012. Ela não possui um presidente, mas sim um Conselho Político Gestor para realizar as deliberações pertinentes à instituição. Como principais atividades desenvolvidas nos anos de 2020 a 2021, destacaram-se duas: as rodas de conversa e a campanha raízes se formam no campo: educação pública e do campo é um direito nosso.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas pela ENFOC nos anos de 2020 a 2021 com maior impacto social

ATIVIDADES	PARTICIPANTES
Rodas literárias.	Grupo de educadores e educadoras da ENFOC no Ceará.
Lives sobre a Campanha Raízes se Formam no Campo: educação pública e do campo é um direito nosso.	Secretaria de Políticas Sociais da CONTAG e redes de educadores e educadoras da ENFOC.

Fonte: Questionário aplicado para as Instituições, 2021.

Como uma atividade que provocou outros desdobramentos, a instituição registra que “[...] as rodas literárias alcançam diretamente mais de 300 militantes e estes criam novas rodas literárias para discutir as obras lidas e estimular que mais lideranças conheçam as ideias do educador [...]” (ENFOC, 2021). Essa atividade tem mobilizado militantes a estudarem e organizarem ações multiplicadoras do debate sobre o legado de Paulo Freire. Vale destacar que estamos registrando apenas as atividades que desencadearam

outras ações e não todas as atividades desenvolvidas pela ENFOC durante um ano de atuação.

Já o Movimento de Educação de Base desenvolve atividade na área da educação popular há 60 anos e participa do CEAAL desde 2017. Atualmente tem como presidente Dom Armando Martins Gutiérrez. Entre os anos de 2020 a 2021, a instituição desenvolveu 13 atividades relacionadas à Campanha Centenário Paulo Freire em defesa de seu legado, e destas, a que desencadeou outras ações foi o Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra. “[...] A atividade que mais contribuiu para surgimento de novas atividades foi o curso de extensão: Cartas para Paulo Freire, pois além do conteúdo desenvolvido, reanimou os educadores a fazer a leitura dos escritos de Paulo [...]” (DELICI FRANZEN, 2021). Os desdobramentos dessa ação foram pontuados no campo da provocação para o aperfeiçoamento da prática educativa, tanto dos alfabetizadores/educadores populares como da própria instituição que se viu desafiada a buscar novas formas de interagir e fomentar a participação.

2 A história do processo da experiência

O Colóquio Cartas para Paulo Freire trata-se de uma iniciativa de um projeto de extensão da Universidade de Brasília, mediada pelo professor Carlos Lopes que já fez parte do quadro de assessor pedagógico do MEB cuja aproximação o impulsionou a levar a proposta ao Movimento de Educação de Base – MEB que buscava responder aos anseios de seus alfabetizadores/educadores populares, frente ao novo desafio imposto pela calamidade da pandemia do covid-19.

A ideia ela surgiu primeiro diante da sensibilidade do contexto da pandemia, principalmente verificando que aparecia muito nos noticiários referências ao drama das escolas públicas, as instituições mais formais. E o que mim tocou do ponto de vista da sensibilidade [...], por já ter tido um trabalho de educação popular, porque eu fui dos quadros do MEB, eu me perguntei como é que isso estava impactando nesses sujeitos concretos, nas comunidades, nos quilombolas, nos assentamentos, nos acampamentos [...]. Então, surgiu pensando nesses sujeitos concretos, nessa realidade concreta, nessas situações subjetivas. Esse foi um ponto. O segundo momento foi a oportunidade de vislumbrar o cenário no centenário de Paulo Freire e

[...], dar uma dimensão político pedagógico sobre a representação do pensamento dele, a contribuição, a qualidade do pensamento dele do ponto de vista de reafirmar isso e servir também como uma homenagem. E o terceiro [...]foi pensar que se no momento que há esse contexto da pandemia da covid em que as tecnologias aparecem com grande força como é que elas podem ser utilizadas [...], incorporadas efetivamente por esses sujeitos concretos [...] (CARLOS LOPES, 2021).

De acordo com a fala do nosso entrevistado, percebemos como as experiências pessoais o impulsionou a fomentar uma ação viável frente à situação do contexto político, social e educativo do país. Outro aspecto relevante que ele apresenta é o fato de seus pensamentos terem sido influenciados pela discussão proposta pelo CEAAL, que é a Campanha centenário Paulo Freire: em defesa de seu legado, revelando que as diversas ações desenvolvidas pelas mais variadas instituições por todo o Brasil vêm ressoando positivamente em nossa sociedade, provocando a interlocução entre as instituições que têm em Paulo Freire um farol orientador de suas práticas. O entrevistado também revela como ele buscou, dentre os meios possíveis, um caminho para concretizar sua proposta, que foi por meio das tecnologias.

Já para o Movimento de Educação de Base, que foi a instituição provocada, o colóquio surgiu “[...] no grupo de professores que já havia trabalhado no MEB há algum período e hoje professores de universidade. Aí o contexto do Centenário Paulo Freire do nascimento foi o que podemos dizer, deslançou mesmo uma proposta concreta [...]” (DELICI FRANZEN, 2021). Ainda inquieta com a resposta, perguntamos: Entre as universidades que participavam desse grupo de *whatsapp*, a ideia partiu de qual? A mesma prontamente respondeu.

Partiu da UnB mesmo. Partiu mais dos professores, entendeu? Eu não sei dizer se houve primeiro, porque houve uma primeira reunião já havia a presença do Carlinhos⁴ da UnB, da Bete da UEPB e o Cícero também. Agora me parece que a confirmação da Universidade Federal de Alagoas ela foi um pouquinho posterior. Desde a primeira reunião já havia a presença deles, assim... Foi construído realmente bem em conjunto, mas acho que o convite para fazer essa

reunião partiu do Carlinhos da UnB. Então **já havia uma preocupação do grupo de educadores que era ex-mebianos e que estão nos espaços acadêmicos e essa provocação uniu-se com o histórico deles de vida e a campanha centenário Paulo Freire e a ligação que eles ainda mantem com o MEB.** (DELICI FRANZEN, 2021, grifos nossos).

É possível perceber que os eventos sociais se entrelaçavam com as experiências dos sujeitos sociais envolvidos, tornando difícil definir qual fator – a Campanha centenário Paulo Freire, o trabalho no MEB, a vivência na academia – foi mais preponderante na tonada de decisão para elaborar o colóquio, no entanto, fica claro que tratam-se de pessoas sensíveis aos conflitos sociais. E a entrevistada compreende que o Centenário Paulo Freire foi preponderante para a tomada de decisão.

Em consonância com a compreensão da entrevistada Delci Franzen, no que se refere ao grupo de organizadores de ex-mebianos ter sido um fator que contribuiu para a elaboração do colóquio nessa parceria, também foi apontado pelo entrevistado Carlos Lopes.

[...] Então o que nos mobilizou a isso foi esse aspecto que como parte do processo contribui que o fato da Universidade Federal de Alagoas o professor, que foi também dos quadros do MEB do departamento de Maceió, Cícero. A professora Elizabete do Vale que foi dos quadros do MEB de Mossoró, professora da Universidade Estadual da Paraíba e ter a minha participação, porque eu fui assessor pedagógico do MEB do regional do Ceará e do Piauí e secretário pedagógico nacional do MEB e depois assessor pedagógico nacional e **ter a oportunidade de ter também a Ir. Delci do MEB como uma interlocutora que favoreceu essa aproximação**, porque o MEB também foi algo que conspirou favoravelmente [...] e ser muito forte na experiência do MEB a referência de Paulo Freire [...] (CARLOS LOPES, 2021, grifos nossos).

Segundo o entrevistado, além de todos os representantes das universidades terem sua trajetória de vida marcada pela experiência da educação popular via MEB, o fato deles contarem com a presença da Ir. Delci, secretária executiva do MEB atualmente, foi um fator preponderante que ajudou a construir uma coesão entre os participantes que continuam amigos, mas distanciados fisicamente pela geografia, agindo, assim, como mediadora, ou melhor, interlocutora

⁴ Carlinhos, mencionado na entrevista, é o professor da Faculdade de Educação da UnB, Carlos Lopes, carinhosamente chamado pelos amigos por Carlinhos.

para a aproximação entre eles, tendo o MEB como um eixo unificador. No último encontro do Colóquio, a professora Elizabete do Vale (UEPB) dá destaque a esse papel desempenhado pelo MEB dentro da equipe, quando agradece a Ir. Delci pela animação e integração do grupo de organizadores, alimentando sempre a ideia de que, apesar das adversidades do dia a dia, era possível realizar o evento.

Buscando compreender as motivações que justificou a parceria entre MEB e universidades, a entrevistada destacou:

A ideia era iniciar lá com esse grupo de professores era construir parcerias e diálogos entre a universidade e o Movimento de Educação de Base. Agora a proposta se concretizou dentro desse contexto do centenário de nascimento. Então, eu acho que aí tem duas coisas: tem a motivação da construção do diálogo entre academia, universidade e o movimento popular de educação popular e aí diretamente o MEB e de fato agregar a todos nesse centenário, porque por parte das universidades também tinha essa perspectiva de valorização desse grande educador como da nossa também. E outro foi que o MEB tinha a rede de educadores populares, sendo ele é dirigido a educadores populares o MEB tinha essa rede e a universidade não tem, né? [...] (DELCI FRANZEN, 2021).

Para realização do colóquio, foi necessário o encontro de interesses variados e a construção de pontos em comum entre as instituições que, neste caso, foi a preocupação de ambas com a “valorização desse grande educador” Paulo Freire e a discussão e reflexão fomentada na sociedade, devido à Campanha centenário Paulo Freire: em defesa de seu legado, com abrangência em todo território latino. Depois foram destacados os pontos de cooperação entre eles, o MEB, com a rede de educadores populares; as Universidades, com seu saber científico. Desse modo, eles conseguiram construir uma relação dialógica que favorecia a todos os envolvidos, que é a parceria com os movimentos populares, no caso, o MEB e as Universidades.

Com base nessas informações, é possível constatar que, após refletir sobre o contexto, o professor Carlos Lopes leva a proposta mais concreta para o grupo que, possivelmente, já dialogavam sobre isso no *whatsapp*, no qual ele e a Ir. Delci participavam.

Outro aspecto que aparece com força na fala dos entrevistados é a importância que as novas tecnolo-

gias vêm desempenhando no contexto de isolamento social. Sobre esta questão, os entrevistados destacam que utilizaram o *whatsapp*, *e-mails* e, no dia do evento, o canal do *YouTube*, bem como o *chat* para promoverem a circulação de informação, orientação, participação e interação entre os participantes.

[...] o *whatsapp* ele teve a importância da informação mais rápida, por exemplo, o acesso ao ambiente virtual. Então, o que nós tivemos: o e-mail para o envio e orientação das cartas, nós tivemos o *whatsapp* para divulgar as seções de cada evento, as etapas, o cronograma de atividade, o envio das cartas, dos prazos, as orientações, o link de acesso ao ambiente, as informações sobre o processo de certificação a divulgação de outros eventos que estavam ocorrendo. Então, nem todos os participantes que estavam listados no e-mail estavam no grupo de *whatsapp*, então o *whatsapp* foi mais um elemento que junto com o e-mail e junto também com o e-mail da mensagem eletrônico via o sistema da universidade que foi um outro complemento, ou seja, o curso de extensão estava dentro de um ambiente que permitia por ele enviar mensagem para um conjunto de participantes, então teve essa ferramenta de informação, mais informativa, o e-mail e o grupo do *whatsapp*. No momento do encontro, nós tivemos o que? Um ambiente de *web conferência* que foi utilizado para as exposições, para os diálogos estabelecidos e o canal no *YouTube* que tinha o *chat* que as pessoas também se colocavam lá com perguntas que era colocada em cada seção (CARLOS LOPES, 2021).

Essa mesma informação está presente na fala da alfabetizadora/educadora popular Ana Cristina do Maranhão. Ela aponta que as tecnologias foram o grande meio facilitador para a concretização do Colóquio Cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra.

A gente teve um momento de inscrição para o Colóquio. E nessa inscrição a gente tinha vários meios de comunicação, dois meios para dizer a verdade, que era o e-mail e o *whatsapp*. Mas assim, esse grupo de *whatsapp* a gente só recebia, digamos assim..., as atividades que eram propostas que iam acontecer no evento. [...] era só comunicação, tal dia vai acontecer isso, tal dia vocês vão escrever isso [...] (ANA CRISTINA, 2021).

A alfabetizadora/educadora popular destaca que, nesse grupo de *whatsapp*, havia pessoas de várias regiões do Brasil, concentrando todos os participantes do encontro. “[...] Todos os mebianos que estavam envolvidos, todas as universidades que estavam envolvidas, então, assim, tinha Paraíba, tinha Recife, tinha Brasília [...]” (ANA CRISTINA, 2021). Ela destaca ainda que o objetivo do *whatsapp* era também divulgar eventos, *lives* que estavam discutindo o pensamento de Paulo Freire, “[...] a gente tinha sempre um informativo sobre o que estava acontecendo em relação ao Centenário de Paulo Freire. Eventos, *lives*, essas coisas todas. Em questão do evento mesmo era as propostas das atividades, as cartas que nós fizemos [...]” (ANA CRISTINA, 2021). Apesar do colóquio disponibilizar dois e-mails e um *whatsapp*, pela fala da entrevistada, nota-se que o *whatsapp* foi o meio de comunicação mais rapidamente consultado pelos participantes, visto que ela pouco mencionou a utilização do e-mail.

Para dinamizar a comunicação durante o processo, criou-se grupo de *whatsapp* para promover orientações sobre o colóquio, bem como divulgação de informação de outros eventos relacionados ao centenário Paulo Freire que estavam acontecendo por todo o Brasil entre os alfabetizadores/educadores populares e participantes diversos. Esse grupo foi acompanhado por alunos das instituições envolvidas, a exemplo da UnB e da UEPB. Eles eram responsáveis por fomentar as discussões, repassar informações, difundir textos para a leitura do grupo, como, por exemplo, o texto carta de Paulo Freire aos educadores. Por meio desse grupo de *whatsapp* e também do e-mail do evento, os alfabetizadores/educadores populares foram orientados a elaborarem uma carta a Paulo Freire contando como estava a educação popular no tempo da pandemia e suas impressões, como relata a alfabetizadora: “[...] nós fomos convidados a escrever duas cartas para Paulo Freire: a primeira relatando nossas impressões sobre a educação popular em tempo de pandemia e a outra com nossas perspectivas. Isso foi muito bom e eu me emocionei ao escrever [...]” (ANA CRISTINA, 2021). Segundo Ana Cristina, todos os participantes escreveram uma carta. Este fato é reforçado na fala do professor Carlos Lopes (2021): “[...] nós recebemos o total de 207 cartas nesse colóquio [...]”. O e-mail tinha a função de receber as cartas escritas e digitalizadas pelos educadores e o *whatsapp* tinha o objetivo de difundir e propagar informações sobre o evento Coló-

quio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à escrita da palavra e divulgar outros eventos relacionados ao centenário Paulo Freire.

Outro aspecto interessante quanto à utilização das tecnologias na promoção, realização e divulgação do Colóquio é a difusão da informação em língua estrangeira viabilizada pela *internet*.

[...] nós colocamos na página da FE em inglês a chamada do evento cartas para Paulo Freire para deixar essa mensagem em língua estrangeira, essa foi uma sutileza também criada já que o cenário do centenário Paulo Freire, embora seja pensado localmente, regionalmente mais ele é uma figura mundial e a língua inglesa é uma língua líder, então, em determinado momento alguém que ler inglês ou queira vai encontrar alguma coisa do Paulo Freire em inglês, de um evento tal e vai a um canal do *YouTube* [...], então, essa dimensão da internacionalização do pensamento do Paulo Freire seus pressupostos, seu alcance no Brasil é importante principalmente no momento em que ele, patrono da educação brasileira tenta ser destronado por forças do conservadorismo [...] (CARLOS LOPES, 2021)

As novas tecnologias desempenharam função preponderante para o desenvolvimento do Colóquio cartas para Paulo Freire. Mesmo sendo o evento todo em formato virtual, a relação e a participação foi, dentro do possível, preservada, como destaca a alfabetizadora/educadora popular ao registrar sua impressão sobre o evento.

[...] foi um momento muito bacana de diálogo, de vivência com Paulo Freire, de emoções, porque eu vivo Paulo Freire em meu trabalho, mas eu não o conheci pessoalmente, né? E aí a gente teve esse momento de interação como se a gente tivesse feito essa parceria, essa amizade com Paulo Freire. Foi muito bom! [...] (ANA CRISTINA, 2021).

Ela ainda ressalta que, apesar da distância, a forma como o colóquio foi organizado propiciou um clima de aconchego e aproximação.

Eu particularmente achei excelente a forma como eles conduziram, como eles vivenciaram. Cada um em seu cantinho, mas parecia que estava todo mun-

do junto, né? A forma de demonstrar, de falar, apresentar e simbolizar Paulo Freire. Eu não tenho o que falar desse colóquio para mim ele foi perfeito [...] (ANA CRISTINA, 2021).

Além disso, as novas tecnologias também contribuíram para a facilitação do processo de mobilização dos grupos sociais envolvidos, sobretudo no contexto de pandemia do covid-19, sendo uma ferramenta facilitadora. Como mobilização, utilizamos a definição de Freire (1993):

[...] a entendo como mobilização, depois que a entendo como organização popular para o exercício do poder que necessariamente também do saber... compreendo o saber que é sistematizado ao interior de um “saber-fazer” próximo aos grupos populares. Então... se des-cobre que a educação popular tem graus diferentes, ela tem formas diferentes [...] (FREIRE, 1993, p. 19).

A mobilização é um dos saberes da educação popular que há tempos elabora novas formas de mobilizar, utilizando os recursos viáveis disponíveis no “saber-fazer” do povo. A contemporaneidade da educação popular exige dela a necessidade constante de atualizar sua linguagem para manter o diálogo com seu grupo social a cada momento histórico e, na atual conjuntura da pandemia do covid-19, as novas tecnologias foram os meios viáveis para dialogar com o povo. Em relação ao MEB, a proposta do colóquio foi fortemente discutida através de rodas de conversa virtuais com a equipe pedagógica e os alfabetizadores/educadores populares manifestaram interesse e acolheram com expectativa a sugestão. Eles apresentaram algumas ideias para que o representante do MEB, neste caso, a secretária executiva⁵, pudesse discutir com a equipe organizadora.

Primeiro foi pelas redes sociais comunicando, né? Depois foram feitas rodas de conversas só do MEB com seus educadores, com esses educadores envolvidos, porque lá, ao longo do colóquio também se inscreveram alguns, e havia espaço para isso, alguns universitários, entendeu? Então, esses não foi da nossa parte que foram mobilizados, mas eles souberam através da universidade deles. Mas nós fizemos pelas redes sociais, comunicando, aí a gente percebeu que

houve uma receptividade boa, aí nós fizemos roda de conversa, aliais, nós já estávamos fazendo roda de conversa sobre Paulo Freire, relendo Pedagogia do oprimido, Pedagogia da autonomia, tá? Com um grupo bem grande a gente estava relendo esses livros, bem no comecinho de 2020. Aí nesse grupo a gente começou a fazer roda de conversa sobre a possibilidade de participação nesse colóquio e de escrever cartas a Paulo Freire já que estávamos lendo, né? Então a gente mobilizou dessa forma [...] (DELCI FRANZEN, 2021).

Como o colóquio foi realizado por meio da parceria MEB e universidades, o público que participou não se restringiu a educadores populares de movimentos sociais, mas também alunos de graduação das universidades envolvidas e pesquisadores. A mobilização utilizada pelo MEB para a realização do colóquio não exigiu desse uma organização destinada exclusivamente para o colóquio, uma vez que o coletivo de educadores do Movimento de Educação de Base já estava mobilizado em rodas de conversas virtuais. Assim, foi necessário apenas apresentar a ideia e, ao longo do processo, ir agregando mais sujeitos sociais sensíveis à temática.

[...] primeiro uma informação a todos os educadores atualmente ligados ao MEB perguntando um pouco sobre o interesse e tal e foi unanime o interesse em participar. Depois começou a contatar educadores que no momento não tinha ligação direta com o MEB, mas que fazia parti da história do MEB. Esse foi um outro momento e depois se abriu para algum outro educador que tivesse interesse, mas sempre voltada para educadores populares [...] (DELCI FRANZEN, 2021).

O processo de mobilização aconteceu de forma gradual e contínua, respeitando o desenvolvimento da própria organicidade da proposta. Percebe-se na fala da entrevistada que primeiro houve uma preocupação em organizar, motivar e unificar as bases, seu núcleo de educadores que estavam desenvolvendo algum trabalho com o MEB e, em um segundo momento, novos sujeitos sociais foram aderindo à proposta. Dentro do contexto de pandemia, pensar em um evento 100% virtual com educadores populares representava um desafio e uma engenhosa tecnologia para garantir a

⁵ Apesar do presidente do MEB ser Dom Armando, é a secretária executiva que desenvolve as pautas do dia-a-dia da instituição, reportando-se ao presidente de tempos em tempos.

participação de algumas das categorias da educação popular.

Como participação, utilizamos a compreensão de Alencar (2010) que destaca que não é simples definir o conceito de participação, visto que este se concretiza através da prática social, portanto, sofrerá alterações de acordo com as transformações culturais e ideológicas da sociedade. O conceito de participação é um reflexo da prática social que está ligado ao contexto e terá significados distintos. Sendo assim, no contexto da covid-19 e com o afastamento social, a participação nos espaços virtuais podem, então, ser identificada pela assiduidade do participante, elaboração de perguntas, contribuições no processo de pensar juntos a ação.

[...] o MEB levou isso à mesa junto com os demais organizadores. O MEB sempre fez isso, houve esse espaço de participação dos nossos educadores porque havia reuniões para decidir a programação e aí claro que não foi só uma pessoa, não foi só eu que levei minhas ideias, a gente conversava isso com grupos para poder levar, então, ali teve uma participação de uma representação, não vou dizer que foi de todos que fizeram o curso. Depois a participação deles se deu muito na escrita das cartas. No processo de escrita das cartas a gente acompanhou muito de perto porque tinha dúvida de alguma coisa, então eles procuraram muito o MEB nesse período também. Como que eu vou escrever mesmo? Qual o objetivo da carta? Então a gente teve esse contato. Depois, claro, eu acho que a maior participação deles foi na escrita da carta. (DELICI FRANZEN, 2021).

A presença dos educadores no processo de organização do colóquio fica clara com a fala da entrevistada, que destaca que, durante o processo de organização do evento, o MEB manteve rodas de conversa cujas ideias e sugestões dos educadores pudessem somar-se às dos organizadores, estabelecendo, assim, um diálogo viável e possível diante do contexto pandêmico. Ela também destaca que a participação dos educadores populares aconteceu em três momentos: primeiro, quando discutiam a ideia e dialogavam sobre a organização do evento; o segundo momento durante a realização do evento, quando eles foram convidados a escreverem uma carta a Paulo Freire, o que para a entrevistadora foi uma forma de garantir a voz deles naquele espaço, dialogando com os

acadêmicos; e o terceiro momento ela apresenta o *chat* durante o evento. A participação durante o *chat* recebeu toda atenção possível, uma vez que o grupo organizador destinou uma equipe para ficar atenta ao *chat* e responder às perguntas feitas naquele espaço. No entanto, ela destaca que a maior participação deles foi através das cartas que eles escreveram e foram lidas.

A outra participação, mesmo que era em sala fechada e podia participar somente pelo *chat*, ali havia uma equipe da organização que tinha contato constante com os participantes. A professora Maria do Rosário, a Elga aquela equipe ali que mantinha contatos constantes para resolver dúvidas, pegar alguma ideia. Quando a gente fez o *card* do curso, teve educador participando também, tá? Quando a gente fez, o que mais? a proposta do e-book também teve alguns educadores participando. E eu acho que um outro item interessante é que teve a leitura das cartas dentro do espaço do colóquio, então, teve educando participando ali não foi professor, não foi só palestrante de fora, eles se tornaram expositores, acho que isso é importante. Então, teve uma representação dos educadores que se tornaram expositores embora inclusive receberam a certificação de expositores. (DELICI FRANZEN, 2021).

Outrossim, a entrevistada apresenta outros momentos de participação dos educadores. Ela destaca que, após o colóquio, pensou-se na publicação de um *e-book* e que, também, nessa atividade pós-colóquio, teve a contribuição de alguns educadores populares, o que evidencia que a atividade desencadeou outras ações. Ela também registra que havia uma equipe em constante diálogo com os participantes, o que revela que os quatro dias de colóquio, em meses distintos, fez com que o grupo tivesse a oportunidade de construir uma interação no formato virtual diferente da relação face a face que caracterizava as ações da educação popular. Assim, perguntamos quais foram as vantagens e desvantagens para o trabalho da educação popular neste novo formato virtual imposto pela pandemia?

Boa pergunta. Teve vantagens e desvantagens. Teve vantagem, eu acho que esse formato de fazer esse encontro virtual, esse colóquio virtual ele **possibilitou a participação então o mundo digital, foi aí**

uma grande ferramenta se não nós estaríamos muito dispersos. Os antigos espaços que a gente mais utilizavam que eram as rodas de conversas presenciais e atividades coletivas assim, né? Isso estava comprometido naquele momento, então acho que o mundo virtual ele ajudou muito, ajudou bastante. **E a outra vantagem foi que a gente foi aprendendo e ensinando um para o outro como lidar com esse mundo virtual** porque havia educadores populares que nunca havia entrado em uma sala de *stream art*, que nunca havia participado de um *chat*, então eu também acho que a capacidade de fazer um debate nesse ambiente, eles faziam debates, faziam perguntas, emitiam opinião, parecer, suas críticas ao longo dos encontros virtuais, então ter coragem para fazer isso, exigiu um pouco, então teve uma vantagem na linha de se expor, de fazer um debate, mais como é que se diz... mais disciplinado, quadradinho, sabe? Porque as rodas de conversas sempre são muito generosas, o pessoal sempre fica muito à vontade, muito oral, ali eu acho que foi uma forma de treinar a participação em outros espaços [...] (DELICI FRANZEN, 2021, grifos nossos).

A diferença da prática educativa da educação popular, antes e depois da pandemia, é percebida como momento de ganhos e perdas. Como ganhos ela destaca os primeiros contatos de alguns educadores com salas virtuais, desenvolvendo sua capacidade de organizar a ideia para melhor se expressar em um espaço que não lhe permite falar sem limitações. Para comunicar-se no *chat*, o educador é impelido a escolher bem as palavras que vão expressar seus pensamentos e organizá-las de forma que outros pudessem compreendê-lo. O educador também se viu em uma situação nova na qual suas palavras ficariam registradas e poderiam ser lidas depois por qualquer pessoa que visualizasse o site, por essa razão, a entrevistada destaca que isso exigiu do educador certa coragem para “expor-se”. Dessa forma, podemos entender que, de certa forma, foi uma reeducação no processo de participar, como diz a entrevistada, pois esse modelo virtual ele é “mais, disciplinado, quadradinho” não nos deixa falar livremente “uma forma de treinar a participação”.

Todavia, todas essas conquistas não foram suficientes para atender à realidade da proposta educativa da educação popular, que considera insubstituível a presença nas comunidades.

Nós chegamos ao final e eu ainda vejo isso, ainda hoje, com tudo que a gente fez não basta, não basta para a educação popular, não dar. Não basta por vários motivos, não só porque a presença física, o calor humano, o debate, olhar no olho é importante a gente está na comunidade, porque a gente estava em casa, a gente não estava lá. Quando o debate é feito no ambiente, no local da comunidade ele cria uma outra energia e cria sinergia, isso a gente não tinha, esse é o motivo que eu acho que não é suficiente, mais o outro é porque nós vivemos em um país desigual, a *internet* não é boa para todo mundo, há muita exclusão nisso e esse problema nós enfrentamos, nós tivemos vários educadores que tiveram dificuldade de acesso porque eles moram em regiões onde a *internet* não é boa, entendeu? Mais eu acho que é insuficiente porque o educador, todos eles manifestaram isso e como você falou da experiência, se não tiver o contato da comunidade é difícil manter, viu? Difícil manter a militância, difícil manter a esperança, né? [...]. Mas concluindo, foi ótimo fazer, tem que continuar fazendo. [...] Eu acho que era isso mais assim, eu acho que o contato com a comunidade nada substitui, né? (DELICI FRANZEN, 2021).

Trabalhar de forma semipresencial nas comunidades foi o inédito viável no contexto da pandemia. Apesar das reuniões serem virtuais e não construir o vínculo e a identidade de grupo na mesma proporção que se consegue com um trabalho presencial, a entrevistada não nega que foi, ainda assim, a ferramenta que bem ou mal manteve a militância minimamente unida. Ela aponta alguns fatores que dificultaram, dentre eles, a *internet*, que não é de qualidade para todos, sendo assim, muitas pessoas ficam excluídas e não conseguem integrar-se com o grupo com o qual se identifica.

Quanto aos pontos que marcaram ou foram destacados pelos envolvidos como pontos fortes do colóquio, registramos:

[...] acho que o ponto mais forte do colóquio foi o **confronto consigo mesmo que as cartas geraram**. As cartas geram assim, nos educadores algo muito especial, é como se eles estivessem se olhando no espelho como educador popular num contexto muito próprio que foi no início da pandemia, então eles se confrontaram ali com seus medos, angústia, isolamento ao

mesmo tempo que o quanto era forte a esperança dentro deles e onde que eles estavam continuando a atuar mesmo, então eu acho que isso foi...o educador se viu olhando para Paulo Freire ele se viu, sabe? Eu acho que foi bem interessante. E o outro é que **houve um comprometimento muito grande de todas as organizações envolvidas**. As universidades todo mundo fez o melhor assim, eu achei importante[...] (DELICI FRANZEN, 2021, grifos nossos).

Para o Movimento de Educação de Base, o que fez com que o colóquio fosse especial foi a oportunidade que os educadores tiveram de escreverem as cartas, de externar suas angústias, medos, provocados pela pandemia, Segundo a entrevistada, esse momento foi como olhar em um espelho, dando-se o direito ou a permissão de se aceitar, acolher-se e cuidar de suas próprias fragilidades para seguir em frente, cuidando de outros, respondendo a uma demanda urgente e inesperada que transformou nossa forma de fazer educação popular.

Assim, compreendemos que “[...] a resposta que o homem dá a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, cada vez um pouco mais, e sempre de modo diferente [...]” (FREIRE, 1980, p. 37), pois durante esse momento de pandemia esse grupo de educadores, por meio de rodas de conversas virtuais, organizou um grupo de assistências às famílias com necessidade e passaram a fazer doações de cestas básicas e cestas verdes para as famílias que estavam ligadas direta ou indiretamente ao MEB ou mesmo aos moradores que viviam próximos a eles. Outro ponto que foi considerado especial foi o carinho e comprometimento que os ex-mebianos, hoje educadores de universidades, tiveram com o colóquio.

Como todo sujeito social apreende a mesma experiência de forma diferente, ouvimos também a alfabetizadora/educadora popular do Maranhão que participou ativamente dos quatro dias do Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra, que declara:

[...] Olha, o que me surpreendeu nesse evento, foi a questão, não foi uma surpresa porque Paulo Freire está sempre presente, né? As pessoas estão sempre em movimento com Paulo Freire, mais **foi justamente a interação das pessoas em relação a Paulo Freire, os depoimentos que tiveram, as comunicações**

no chat que as pessoas falavam de Paulo Freire e a importância da gente enquanto educador popular vivenciar isso porque falar que você é Paulo Freire que trabalha Paulo Freire é uma coisa, agora você viver Paulo Freire em seu trabalho é uma outra situação. Aí eu consegui detectar isso nas pessoas, pelas emoções que a gente percebeu, pelos mediadores que era puramente Paulo Freire, pela Elizabete, o Cícero, Carlos, então **todo aquele comprometimento com a memória do Paulo Freire**. Aquela coisa de trazer Paulo Freire para gente sempre, ficar sempre vivenciando Paulo Freire é um destaque que eu dei muita importância. **Essa questão de valorizar o pensamento de Paulo Freire** [...] (ANA CRISTINA, 2021, grifos nossos).

Para ela, o ponto que mereceu destaque no colóquio foi como, apesar da distância imposta pela pandemia, houve muita interação das pessoas em relação a Paulo Freire. Podemos compreender que ela não está apenas apontando para os inscritos no evento, mas também para as pessoas que o organizaram. Na percepção da mesma, os palestrantes não eram meros oradores ou estudiosos da literatura de Paulo Freire, mas pessoas que acreditavam na mensagem dele, pessoas que viviam em seus espaços de trabalho os ensinamentos de freire; e isso, para a entrevistada, foi fundamental para mostrar que é possível pôr em prática, no seu dia-a-dia, no fazer pedagógico, a proposta de educação ensinada por Paulo Freire. Para ela, os palestrantes viviam Paulo Freire e isso foi mais forte do que suas palavras bem elaboradas.

Já na opinião de Carlos Lopes (2021),

[...] o ponto mais forte foi no sentido de que no momento de dificuldade que as pessoas têm é que uma coisa é você participar de um evento que tem uma incorporação de curso, quando você coloca essa noção de curso você embute nela todos os sentidos avaliativos e o peso que isso tem, então nós conseguimos aos poucos trabalhar essa noção de dizer “olha, as cartas que você vai elaborar ela não vai ser corrigida no sentido de dizer que é certo ou errado. Faça sua carta no estilo que você se identificar, embora tenha os parâmetros para essa carta.”, então, isso foi um aspecto da relação que conseguimos construir [...] com os sujeitos esse conceito pedagógico de construção das cartas como parte de fruição natural, espontânea, isso foi um ponto. O segundo ponto

[...] **foi esse grau de confiança** estabelecido entre os participantes do ponto de vista tanto dos promotores da iniciativa das universidades, do próprio MEB isso ajudou a esse nível de visibilidade. Então assim, quando você tem a fala da Ir. Delci, uma pessoa do MEB que representa tudo, ela está falando a partir de um pertencimento institucional, mas que tem um projeto lá na ponta, [...], então quando ela traz isso para o cenário de uma web conferência as pessoas se reconhecem porque elas pertencem aquele projeto, diferente se retirasse o MEB e ficasse a fala somente de gente de Universidades, então esse tipo de cumplicidade foi algo muito positivo do ponto de vista de dar viabilidade ao processo nós queríamos trabalhar com um número que nos desse **a possibilidade de ter um planejamento pedagógico que nos possibilitássemos a interlocução**, isso nós conseguimos [...] (CARLOS LOPES, 2021, grifos nossos).

O entrevistado notou que os objetivos do encontro na questão de interlocução e interação foram alcançados. Ele impressionou-se de como em momentos de angústia e incertezas as pessoas ainda tiveram condições emocionais de organizarem-se para participarem ativamente de um curso de quatro dias em meses distintos, isso chama atenção porque os participantes não deveriam apenas ouvir os palestrantes, como se faz em uma *live* em que somos convidados a refletir sobre uma temática e depois ficamos todos dispersos, mas os inscritos tinham tarefa de casa, encontro marcado para o próximo mês, texto para ler, no entanto, toda adversidade e insegurança provocada nos primeiros meses da pandemia não foram suficientes para desaminar os inscritos que demonstraram compromisso com a proposta.

O segundo ponto que ele destaca foi o grau de confiança que se criou entre os parceiros, universidades, MEB e participantes, apontando que a presença do MEB, na figura da secretária executiva Ir. Delci, foi fundamental para construir esse elo de confiança entre todos os envolvidos porque o Movimento de Educação de Base era o fio condutor entre os educadores populares, com sua ação imediata nas comunidades e a academia. Isso fez com que muitos dos participantes se identificassem ao inscreverem-se como pessoas do MEB.

Outro aspecto citado pelo entrevistado como importante foi a preocupação da equipe em não realizar uma ação que tivesse participação massiva, mas sim que tivesse um número de participantes significa-

tivo, mantendo presente algumas categorias da educação popular, entre elas, a interação e a participação. Ao observarmos as repostas do MEB e da educadora Ana Cristina, é possível dizer que, mesmo sendo o evento em modelo EAD, a participação e a interação aparece na fala dos três entrevistados como algo bom e que aconteceu.

A concepção da Campanha centenário Paulo Freire: em defesa do seu legado buscou fomentar a discussão sobre a proposta educativa desse grande educador por toda América Latina e Caribe. O Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra foi fruto também dessa semente, semeada pelo CEAAL no ano de 2020 e que irá encerrar em 2021. Essa proposta não só difundiu as ideias de Paulo Freire como fortaleceu e encorajou muitas instituições a reorganizarem suas práticas de educação popular, aproximando-as ainda mais do pensamento freiriano. Assim, após a realização do colóquio, outras ações foram desencadeadas.

Para o MEB desencadeou duas coisas: primeiro a qualificação dos educadores ligados ao MEB, a gente percebeu que eles saíram mais qualificados em termo as temáticas que foram abordadas, outra coisa fortaleceu os grupos de base do MEB a partir dali os educadores que participavam de outros estados fortaleceu os núcleos, vamos ver: RN, MA, CE e PI [...], porque a partir do colóquio teve educadores dos estados participando com a gente, ne? Então, de desdobramento foi isso, a qualificação em termo da temática e também do uso dos instrumentos de redes sociais, o fortalecimento... eu acho que esse fortalecimento dos núcleos, eu acho como desdobramentos [...] (DELICI FRANZEN, 2021).

Nesse primeiro momento de conversa, a entrevistada reconhece a formação dos educadores e o fortalecimento dos núcleos de base nos estados como um desdobramento do colóquio. Segundo ela, o aprendizado adquirido com o uso das novas tecnologias também foi uma conquista. Pensando mais um pouco, ela volta seu olhar para a realidade local, sede do MEB em Brasília, e dar-se conta que, na parceria MEB e Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP), após o colóquio, outros momentos de estudo sobre Paulo Freire surgiram, mas não tem clareza o quanto isso foi mérito do colóquio ou da Campanha centenário Paulo Freire.

[...] o que aconteceu também como desdobramento é, sobre a literatura de Paulo Freire junto com a entidade que o MEB tem parceria aqui no DF que é o CEDEP do Paranoá ali houve desdobramento e estudo sobre Paulo Freire posterior ao colóquio. A gente não sabe também se é a campanha de Paulo Freire ou se é porque houve esse colóquio, está tudo muito ligado. Que a gente tá vendo que no ano de 2020 e esse ano está tendo maior interesse porque está tendo muita motivação, muito estímulo (DELICI FRANZEN, 2021).

Outros aspectos recordados pela entrevistada, como ações e conquistas do MEB desencadeadas após o Colóquio Cartas para Paulo Freire, foram: as produções, como o *e-book*, a sistematização do colóquio, o segundo colóquio, que aconteceu em setembro de 2021, quando as segundas cartas escritas pelos educadores foram abertas, lidas e analisadas; e a capacidade de manter o grupo, organizadores e educadores mobilizados.

[...] O e-book que se pensou após o colóquio eu considero um desdobramento. Um desdobramento porque manteve a capacidade de articulação, das entidades, eu acho que é um desdobramento e está tendo ansiedade para receber o e-book, [...] eu acho que a gente pode dizer que dentro da educação popular todo processo de sistematização é um processo importante, então se o colóquio tivesse acabado aí, o colóquio não teria fechado o círculo, né? Não teria fechado o círculo da educação popular, Teve muitos desdobramentos, terá o segundo colóquio, não ficou só no primeiro, a sistematização que você está fazendo [...]. Então, os ganhos disso é o segundo colóquio, a permanência da parceria, publicação pelo e-book, sistematização, continuidade da ação e é principalmente lá na base o interesse pela discussão de Paulo Freire, que é formação de base. O MEB Ganhou muito com isso (DELICI FRANZEN, 2021).

Podemos dizer que esse grupo, se não boa parte dele, está mobilizado entorno do colóquio há um ano, visto que, segundo a entrevistada, eles elaboram um e-book e o segundo colóquio. “[...] A resposta que o homem dá a um desafio não muda só a realidade com a qual se confronta: a resposta muda o próprio homem, cada vez um pouco mais, e sempre de modo diferente [...]” (FREIRE, 1980, p. 37).

3 Descrição de cada dia do Colóquio

Nesta seção faremos um breve registro de como foi cada dia do colóquio. O primeiro dia do Colóquio cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra teve como mediadores a Ir. Delci Franzen e o professor Dr. Carlos Lopes e aconteceu no dia 21 de agosto de 2020. O encontro teve como tema gerador cartas para Paulo Freire: da leitura do mundo à leitura da palavra – a proposição e a construção do processo formativo, tendo dois subtemas: “o mundo dentro de casa”, que foi apresentado pelo professor Dr. Ricardo Mariz da Universidade Católica de Brasília e da rede de educação Maristas; e o outro subtema foi apresentado pelo professor Dr. Carlos Ângelo da Universidade Católica de Brasília, intitulado: quem são os sujeitos da formação “cartas para Paulo Freire? O público presente nesse encontro foi constituído por pessoas que trabalham em projetos de educação popular alcançados pela covid-19. Participaram pesquisadores e estudantes de graduação das universidades envolvidas, bem como alguns educadores populares da África, cursinhos populares, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, acampamentos urbanos, assentamentos rurais etc.

Figura 1 – Equipe organizadora com Ricardo Mariz, palestrante do dia



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=dzjE9Oul11Y> (2021)

No **primeiro dia do colóquio, 21 de agosto de 2020**, eles tiveram 173 inscritos e até o dia 06 de setembro de 2021 o vídeo no canal do YouTube tinha 578 visualizações. Nesse encontro, foi apresentado o perfil sociocultural e econômico dos inscritos. Segundo o professor Dr. Carlos Ângelo (UCB) e Lucas Truta, aluno da UEPB, o maior número de participantes era do sexo feminino e a idade dos participantes variou de

15 a 60 anos, no entanto, a predominância foi entre a faixa etária de 31 a 40 anos. A maioria dos participantes declarou-se pardo e com residência em áreas urbanas, o que reforça a fala da Ir. Delci, quando diz que vivemos em uma sociedade desigual cujas pessoas mais distantes dos centros urbanos não possuem acesso à *internet* ou quando a tem não é de qualidade.

A maioria dos participantes possui especialização completa, no entanto, os pais possuem apenas o ensino fundamental ou ensino médio, ficando em primeiro lugar os pais com ensino fundamental, seguido dos pais que possuíam ensino médio, e em terceiro os pais sem nenhuma instrução. Isso revela as conquistas adquiridas nos últimos anos com a ampliação do acesso à educação em nosso país, o que vem modificando o quadro de analfabetismo no Brasil, transformando a realidade de muitas famílias, outrora constituídas de analfabetos ou semialfabetizados, para um contexto de famílias não só com educação básica como também ensino superior, o que reflete na qualidade de vida dessas pessoas, bem como no convívio em sociedade.

Em relação ao público que participou do evento, foi bastante diversificado. Eles conseguiram atingir 18 estados brasileiros e pessoas fora do país, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Demonstrativos dos estados atingidos pelo Colóquio



Fonte: Carlos Ângelo (UCB) e Lucas Truta (UEPB), 2020.

O **segundo dia do encontro, 04 de setembro de 2020**, eles tiveram como tema: os sujeitos, as cartas, as linguagens e as mediações na educação popular, coordenado pelo professor Dr. Carlos Lopes (UnB) e professor Dr. Carlos Ângelo (UCB); e como subtema: chá de cartas: memórias dos sujeitos da EJA em cena, que foi orientado por Rayssa Aguiar Borges (professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal). Eles

tiveram 173 inscritos e até o dia 06 de setembro de 2021 o vídeo no canal do *YouTube* teve 429 visualizações. A centralidade desse dia foi a participação da professora Rayssa que, de forma teatral, leu algumas cartas de alunos da rede pública do DF, as quais fazem parte de uma projeto desenvolvido em sala de aula no qual os alunos escrevem o que deseja falar para alguém. Eles objetivaram, nesse momento, revelar o potencial das produções oferecidas pelo gênero textual cartas. Eles foram revelando o quanto a carta aproxima e permite ao sujeito externar sentimentos íntimos, sem preocupações com a formalidade linguística e, assim, ajudando o alfabetizador/educador social a compreender por que e como Paulo Freire usou esse recurso.

O **terceiro dia do encontro, 18 de setembro de 2020**, teve como tema “99 anos do nascimento de Paulo Freire” (aniversário em 19/09/2020), e esse encontro foi coordenado pela professora Dra. Maria Clarisse (UnB) e Delci Franzen (MEB). Tiveram dois subtemas: as vozes dos(as) educadores(as) em cartas: partilha e diálogo e leitura das cartas, momento dirigido pelos educadores. Nesse encontro, eles tiveram 173 inscritos e até o dia 06 de setembro de 2021 o vídeo no canal do *YouTube* possuía 552 visualizações. A grande estrela, nesse dia, foram os educadores que compartilharam a leitura de suas cartas.

Quadro 2 – Relação de educadores que leram suas cartas no evento

NOME	LOCAL	CIDADE/ESTADO
Maria Lêda Ribeiro Silva	Assentamento São Domingos	Nina Rodrigues/MA
Francisco Cândido Firmiano Júnior	Quilombolas de Coqueiros	Ceará Mirim/RN
Augusta Eulália Ferreira	Conselho Indigenista Missionário	CIMI
Jasmira de Souza Xavier	Acampamento urbano	DF

Gilma Alves Ferreira	Estudante do curso de pedagogia	UEPB
Ana Flávia Flélix Costa	Educadora do Cursinho popular “podemos mais”	Paraíba

Fonte: Elaborado pela autora, extraído da gravação do 3º encontro, 2021.

Após a leitura das cartas pelos educadores, a professora Dra. Elizabete Carlos do Vale conduziu os participantes a um processo de reflexão sobre quatro categorias de Paulo Freire: situações-limites, inéditos-viáveis, sonhos possíveis e o verbo esperar. Após essa fala, duas educadoras participaram fazendo um relato de suas experiências e, logo depois, iniciaram o encerramento do encontro.

O **quarto dia do encontro, 02 de outubro de 2020**, teve como tema gerador o verbo esperar, coordenado pelo professor Dr. Cícero Albuquerque (UFAL) e a professora Dra. Elizabete Carlos do Vale (UEPB). Eles tiveram 173 inscritos e até o dia 6 de setembro de 2021 o vídeo no canal do *YouTube* tinha 652 visualizações. Nesse dia, houve o retorno das cartas escritas para Paulo Freire, e cada pessoa que participou da organização do evento fez uma síntese das cartas enviadas pelos educadores, segundo a proposta do colóquio. A síntese dessas cartas foi lida pelos organizadores durante o colóquio, construindo, assim, um mosaico de quais eram as preocupações, frustrações e angústias do educador popular nos primeiros cinco meses de pandemia. A palavra que mais apareceu nas cartas, segundo o professor Dr. Cícero de Albuquerque, um dos facilitadores daquele dia, foi medo e amor.

4 Conclusão

Após um ano que a Campanha centenário Paulo Freire: em defesa de seu legado foi lançada pelo grupo do CEAAL, podemos perceber a grandeza desse evento e o alto nível de compromisso das organizações sociais populares e também de toda a comunidade brasileira, já que não se restringiu apenas aos movimentos sociais, mas alcançou outras fronteiras, convidando à baila outros sujeitos sociais, como instituições formais.

Ao observarmos as falas dos entrevistados, podemos afirmar que, em um dado momento, não foi mais possível distinguir quem estava sendo o influenciado ou influenciador, se era a Campanha centenário Paulo Freire que estava motivando as pessoas e as instituições a realizarem momentos de debate, reflexão, análise e estudos; ou se era as instituições em seus nichos sociais coletivos que fomentava e provocava seus sujeitos. Pensamos que esta é a fusão perfeita de uma proposta popular que é acolhida com amorosidade pelas pessoas porque, na verdade, essa é a voz que sussurrava em nossos corações e mentes diante dos vários ataques que o atual governo conservador vinha realizando dia após dia ao patrono da educação brasileira e, como resposta, nossa sociedade aceitou prontamente a proposta do CEAAL. O título de patrono da educação brasileira conquistado por Paulo Freire foi mérito de suas valiosas contribuições para o cenário da educação mundial.

Como afirma Waldek (2021) do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia,

[...] através da Campanha do Centenário, foi possível a elaboração, a socialização e a ampliação das nossas formações envolvendo nossos associados e colaboradores em atividades das mais diversas. Tivemos a oportunidade também de conhecer várias organizações e projetos desenvolvidos em todo o Brasil, na América Latina e outras partes do mundo, proporcionando aberturas para novas possibilidades e construção de novos projetos. (WALDEK, 2021).

A campanha, além de fazer erguer várias vozes em diversas regiões do Brasil em defesa do legado de Paulo Freire, também contribuiu para que as instituições, organizações e movimentos sociais se conhecessem, como afirma Waldek. Esses encontros são positivos no sentido de ajudar as instituições a conhecerem novas formas de fazer da educação popular para fortalecer a luta e organizar a ação.

Com esse convite a contribuir com o fortalecimento do legado de Paulo Freire, trocamos várias experiências que nos ajuda, cada vez mais, a organizar a luta e fazer o enfrentamento de nossos desafios locais, nacionais e internacionais, sobretudo, nesse tempo obscuro de pandemia que, principalmente no Brasil, afetou profundamente a classe trabalhadora tão defendida por Paulo Freire. Nesse sentido, fomos

convidados também a buscar novas possibilidades e estratégias de enfrentamento e organização dos grupos sociais [...] (WALDEK, 2021).

Para o Movimento de Educação de Base – caminho pelo qual buscamos ver como a proposta da Campanha centenário Paulo Freire: em defesa de seu legado foi acolhida e seus efeitos –, a campanha foi como um farol que ajudou a iluminar o caminho, foi como um apoio que incentivou a caminhada, nos primeiros cinco meses, a dar os primeiros passos em uma contexto extremamente novo para o mundo todo. Apesar do MEB, antes do colóquio, já estava caminhando, o objetivo da campanha se fundiu à proposta do colóquio de tal forma que nenhum dos sujeitos envolvidos puderam afirmar com certeza qual foi a motivação para o colóquio, se a campanha ou se a aproximação dos organizadores com o MEB.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Helenira Fonseca de. **Participação social e estima de lugar**: Caminhos traçados por jovens estudantes moradores de bairros da regional III da cidade de Fortaleza pelos mapas afetivos. 2010. 227 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza – CE, 2010. Disponível em: http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4848. Acesso em: 15 set. 2018.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **O que fazer**: teoria e prática em educação popular. 4. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1993.

JARA H., Oscar. **A sistematização de experiências**: prática e teoria para outros mundos possíveis. Brasília, DF: CONTAG, 2012, 332pp.

MINAYO, Maria C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Elinete Pereira dos. **Movimento de Educação de Base - MEB**: contribuições da Jornada Comunitária para a formação política dos sujeitos sociais. 2020. 224 pp. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads/2020/05/ELINETE-PEREIRA-DOS-SANTOS.pdf>. Acesso em: 6 set. 2021.

Católicos radicais? Sim. Católicos radicais? Não.

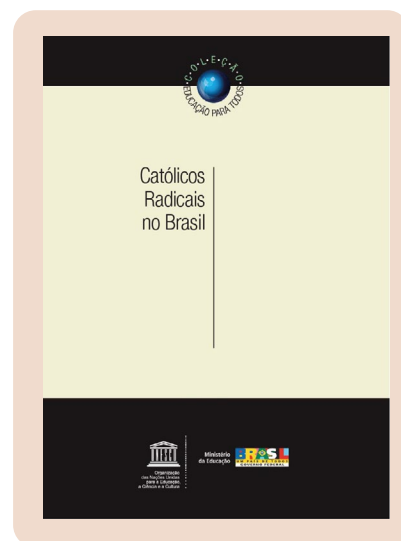
Gabriele Cipriani¹

Católicos radicais, quem são eles? É uma pergunta e uma reflexão que não pode ser evitada nesta passagem da história da democracia e do catolicismo no Brasil. Não são um segredo para ninguém as divisões, as posições apaixonadas que se vivem na sociedade e na Igreja Católica. Elas transbordam no campo social e político a ponto de o próprio Papa Francisco ser chamado de comunista. Mas ele mesmo rebate, na Exortação Apostólica *Gaudete et Exultate*, que é nocivo o erro das pessoas que vivem suspeitando do compromisso social, considerando-o comunista e populista (*Gaudete et Exultate*, n. 101). Há católicos radicais, moderados, progressistas etc. Talvez todos, de qualquer maneira, representamos uma dessas posições ou uma mistura delas.

O livro *Catholic Radicals in Brazil* foi publicado, pela primeira vez, pela Oxford University Press, com o apoio do Royal Institute of International Affairs, em 1970. *Católicos Radicais no Brasil*, publicado em português, em 2007, com a Introdução de Osmar Fávero e o Prefácio do próprio autor, faz parte da Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). É um estudo de caso sobre o Movimento de Educação de Base (MEB) e seu desenvolvimento, desde seu começo até a segunda metade de 1966.

O autor, Emanuel Jehuda de Kadt, produziu outros estudos sociológicos como *Assertive Religion: Religious Intolerance* publicado na *Multicultural World Patterns of foreign influence in the Caribbean*, Hardcover – January 1, 1972. A ele, como Editor junto com Gavin Williams, deve-se também *Sociology and Development (International Behavioural and Social Sciences, Classics from the Tavistock Press)* 1st Edition.

Em suas estadas no Brasil até 1968, Kadt conheceu de perto pessoas envolvidas na educação do campo e na luta política, focalizando-se no MEB por estar este inserido na cena progressista e, simultaneamente, sob o patrocínio da Igreja Católica no Brasil. Considerações acadêmicas levaram-no a observar aspectos mais amplos dos trabalhos do MEB que solicitam o leitor interessado, hoje à distância de anos, a reflexões e debates no atual contexto religioso e político brasileiro. Os católicos podem identificar-se com movimentos sociais e políticos ou até se comprometem a agir de maneira mais radical, sendo exortados pelo Papa Francisco a sair para as periferias da nossa sociedade. Deparamo-nos assim com temáticas e fenômenos como a exploração dos trabalhadores e as relações de dependência e de clientelismo, que ainda hoje resultam em verdadeiras fraudes eleitorais; o populismo e suas características desde sua raiz entre os Narodniki até os mais recentes projetos dema-



¹ Padre Gabriele Cipriani, assessor de projetos do MEB, é de nacionalidade italiana, da cidade de Ceccano. É Doutor em Letras pela Universidade de Nápoles – Itália; graduado em Teologia pela Faculdade Teológica Meridional da Itália e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

gógicos e de manipulação do povo; o papel das hierarquias religiosas em geral na orientação da ação social e política de seus adeptos; a passagem necessária das declarações de princípio e da análise da realidade para a ação e a realização de projetos de transformação e superação da exclusão e das desigualdades; a inclusão em sistemas dominantes e a defesa dos direitos e da liberdade até a mais recente incerteza entre democracia e autarquia.

Esses temas mais amplos e outros, que geram hoje rivalidades e tensões, surgem da leitura desta obra que Emanuel de Kadt escreveu com a atenção crítica do sociólogo tratando de um tema que o atraiu pelo seu significado, nos anos tensos que precederam a ditadura militar no Brasil, isto é, a evolução do Movimento de Educação de Base, no contexto das diversas correntes dos católicos radicais que se formaram naqueles anos.

Resultado de um acordo entre o governo federal e a CNBB, no início de 1961, com a responsabilidade de organizar as escolas radiofônicas nas áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, o MEB viveu, nos primeiros anos de sua ação, as tensões que agitavam o campo progressista católico no Brasil. Originalmente considerado um departamento da CNBB, mais tarde adquiriu autonomia suficiente para realizar um projeto educativo ambicioso, centralizando uma rede organizativa de líderes e de monitores locais que faziam a ponte entre as equipes dos sistemas e os camponeses beneficiários. Tinha por finalidade implantar escolas radiofônicas para uma alfabetização massiva, particularmente entre os camponeses.

As escolas radiofônicas foram rapidamente implantadas e realizados treinamentos de agentes com sucesso. A questão da justiça social, porém, agitava a juventude católica e tornava-se cada vez mais relevante nas declarações dos bispos, principalmente sob o papado de João XXIII. As intervenções da CNBB mostravam sensibilidade e eficácia em apoiar providências para os problemas mais graves do Norte e Nordeste do país, desde a criação da Sudene à organização dos sindicatos rurais. Estabeleceu-se assim uma aproximação entre alguns setores da Igreja Católica, basicamente um grupo progressista do episcopado, juntamente com a Ação Católica Brasileira e seus setores jovens, JEC e JUC, e outros segmentos sociais em luta por mudanças na sociedade.

Tradicionalmente as organizações oficiais católicas tinham, e ainda têm, perfil paternalista. As pessoas que aderiam eram mais ou menos instruídas sobre o que fazer e como agir. O resultado era falta de autonomia, de independência e de abertura de mentalidade de parte dos membros. Esta situação não conduzia nem ao aprendizado bem-sucedido nem ao desenvolvimento de uma abordagem crítica do mundo e a um compromisso social e político adequados ao momento histórico.

Enquanto a CNBB, solicitada pelo Papa João XXIII, elaborava seu primeiro Plano de Pastoral, o Plano de Emergência, a Juventude Universitária Católica (JUC) se engajava cada vez mais em uma luta para a transformação radical da sociedade. As tensões que surgiram, também entre os bispos, levaram a CNBB a adotar diretrizes que visavam pôr limites à ação dos militantes, muitos dos quais, porém, se inseriram em outros movimentos de inspiração católica, como a Ação Popular e o MEB. Nestes já estavam presentes pessoas que foram membros de algum movimento dos corpos constituídos da Ação Católica, mas no tempo da expansão rápida das escolas radiofônicas uma proporção bem substancial daqueles que entraram nos quadros do MEB não eram motivados ideologicamente.

A ligação do MEB à Igreja Católica foi sempre motivo de atenção e debate de ambas as partes. O episcopado católico manteve com relação ao MEB uma atitude que o autor define como ambígua. Bispos acompanhando e encorajando o percurso do MEB, bispos insistindo para que o MEB se comprometesse também a dar catequese, outros apelando aos princípios da Doutrina Social da Igreja, como anúncio de Cristo nas realidades humanas, mas sem abrir espaço a uma abordagem existencial, a um caminhar junto com o povo, arriscando com ele a experiência de percursos de libertação. A Igreja não buscava transformações estruturais, estaria além das partes e não se envolveria em competições políticas.

Formou-se uma divisão no interior da hierarquia eclesiástica na medida em que os posicionamentos progressistas eram percebidos como uma marginalização pelos setores mais conservadores. Alguns deles se reconheciam na defesa da TFP – Tradição, Família e Propriedade, e eram contrários ao catolicismo engajado socialmente, desejando um MEB concentrado somente na alfabetização e na catequese. Apontavam

como inimigos o socialismo e o comunismo, apesar de que a formação intelectual das lideranças do MEB se baseasse sobre pensadores católicos como os padres Louis-Joseph Lebret e Henrique C. de Lima Vaz, e filósofos personalistas como Emmanuel Mounier, Jacques Maritain, e outros, sendo uma minoria leitores também de Marx.

O MEB continuava seu percurso em sintonia com o movimento de cultura popular e o pensamento de Paulo Freire. Passou a usar suas escolas radiofônicas e outros modos de atingir as comunidades rurais cada vez mais centrado na conscientização e avançando na politização e organização dos sindicatos rurais. Esta evolução assinalou o ingresso do movimento no circuito de uma ação política cada vez mais radical, já presente na JUC e na Ação Popular.

Ao precipitar da situação política, o acordo de cúpula entre o Estado e a Igreja Católica virou conflitivo também com relação ao MEB, que com a cartilha “Viver é Lutar”, apresentava o conteúdo inspirador do seu agir e em seguida se empenhou na formação de sindicatos rurais. Os jovens católicos queriam que a ação social e a política seguissem as regras do agir político e que a religião tivesse que inspirar a política, sem se substituir a ela. O golpe tornou irrelevantes os debates. Boa parte dos jovens católicos ia radicalizando sua oposição ao regime, evitando, inclusive, suas conexões institucionais com a Igreja Católica.

Convicto de que os movimentos católicos progressistas, no Brasil, assemelhavam-se, em muitos aspectos cruciais, a certos movimentos qualificados de populistas, o autor pede particular atenção para a compreensão do fenômeno populista e do significado com que ele o atribui ao MEB, radicalmente diferente do significado que tem seu equivalente linguístico no Brasil. A atitude populista de lideranças mebianas explicaria também o êxito final das experiências radicais dos católicos naqueles anos.

“Ir ao povo” tornou-se a palavra de ordem dos populistas. As lideranças do MEB eram intelectuais, não oriundos de famílias trabalhadoras. Cultivavam ideais religiosos e humanitários e estavam preocupadas com a situação de vida das massas oprimidas da sociedade, que, pelo menos aparentemente, não podiam por si mesmas defender seus interesses. Seu conceito de revolução é o de mudanças feitas pelo povo em seu próprio interesse. Eles não queriam manipular o povo, mas despertar a sua consciência e compreensão da

realidade e o povo saberia o que é bom e justo e transmitiria seus valores à elite intelectual que, não sendo manipuladora nem elitista, simplesmente ajudaria a formar estruturas sociais conforme o desejo do povo.

A extrema dificuldade de colocar em prática essas intenções fez com que atividades de animação popular, treinamentos de líderes e cursos de politização excedessem e assumissem características próprias de ações populistas ou de alguma abertura ao populismo. Até que ponto a reflexão sobre o populismo e esse cuidado dos “mebianos” seja útil para os compromissos atuais dos católicos progressistas ou seja apenas uma constatação do perfil das lideranças do MEB daqueles anos, o próprio autor convida a discutir e criticar.

Todo choque é revelador. O impacto do golpe militar na sociedade brasileira foi também um golpe duro e indicativo para as atividades do MEB e seus membros. O apoio incerto e as advertências de bispos da Igreja Católica, o desejo de justiça e de liberdade dos progressistas radicais, a organização eficiente e atrativa de grupos revolucionários, levaram à dispersão e ao desaparecimento da Ação Católica Brasileira, à identificação da Ação Popular com a luta revolucionária armada e ao desmantelamento do grupo mais estruturado do MEB. Parte dos líderes do MEB voltou

A incrível sobrevivência do MEB, através de percursos acidentados, procurando novas formas de atividade pelas quais expressar sua posição progressista católica, mesmo nas novas circunstâncias, sustenta a convicção de que não se pode construir a democracia sem a educação popular.

à vida de classe burguesa de onde provinha, outra parte enveredou em grupos revolucionários, outra parte ainda, com modéstia e perseverança, deu continuidade ao trabalho de conscientização do povo, participando do lento e sofrido processo de reconquista da democracia e da liberdade.

Emanuel de Kadt justamente estabeleceu limites temporais ao seu estudo do caso MEB e dos católicos radicais dos anos 1960, considerando aquele período como um ciclo, uma sucessão esgotada de fatos notáveis da história de um movimento que, porém, continua ativo depois de 60 anos da sua fundação. Observamos que os anos sucessivos ao golpe militar foram também marcados pelo testemunho de católicos radicais, inclusive padres e jovens estudantes católicos. Escreveram sua história de presença transformadora as Comunidades Eclesiais de Base, a pastoral da libertação e o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

Os testemunhos do radicalismo cristão e católico continuam desafiando a consciência e o agir dos cristãos. Os acordos de cúpula entre Estado e Igreja, como o que facilitou a organização do MEB, não têm mais sentido em uma sociedade democrática, espaço aberto à afirmação das identidades, inclusivo de pessoas e instituições portadoras de valores culturais e simbólicos. A incrível sobrevivência do MEB, através de percursos acidentados, procurando novas formas de atividade pelas quais expressar sua posição progressista católica, mesmo nas novas circunstâncias, sustenta a convicção de que não se pode construir a democracia sem a educação popular e a participação consciente e organizada do povo, que criticamente renegue toda tentativa populista.

*KADT, Emanuel de. Católicos Radicais no Brasil.
Brasília: UNESCO, MEC, 2007. 332 p.
(Coleção educação para todos - 17).*

.....

**Os testemunhos
do radicalismo
cristão e católico
continuam
desafiando
a consciência
e o agir dos
cristãos.**

.....

Vaqueirada Corrente Cajueiro

O município de Pedro II é conhecido como a “Suíça Piauiense” pelo clima temperado, agradável, quase frio, que prevalece na maior parte do ano. Além de sua gente, amiga e hospitaleira, é destaque a Festa do Vaqueiro, chamada de “Vaqueirada”, ou seja, um festejo que destaca a figura do vaqueiro, aquele que cuida de bois e vacas. Acompanha este festejo, além dos vaqueiros, a presença dos animais, a alimentação farta para todos e especialmente a alegria de rever e conviver com familiares e amigos.

Por ocasião do Encontro de Formação Presencial para educadores e coordenadores do Projeto MEB ProAja-PI, ocorrido em maio de 2022, a educadora Teresinha Galvão relatou como foi a “**Vaqueirada Corrente Cajueiro**” realizada na comunidade em que reside com seus educandos.

O festejo na comunidade foi elevando a sua joia. Tinha até aluno sendo o gritador do leilão. Foi muito participativo, cada um fazendo a sua parte. Tinha uns que botava os bancos para fora e os outros que tiravam. Cada um fazendo a sua parte. É tudo em um grande mutirão!

Segue baixo sua saudação:

Bem-vindo vaqueiro amigo de toda região

Que chega a esta comunidade com amor no coração

Para esta grande vaqueirada,

Aqui nesta região

Ooooooooooooo, ei boiiiiiiiiiiiiiiii!

Está chegando a vaqueirada

A Ivonete Uchôa, nossa supervisora,

Neste programa popular

Trazendo presente para todas as mães se alegrarem.

Ooooooooooooo, ei boiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiii!

Vaqueiro amigo nós queremos este dia dedicar

A todas as mães queridas que vieram a este lugar

Para esta festa tradicional

Os vaqueiros alegrar!

Ooooooooooooo, ei boiiiiiiiiiiiiiiii!

Hoje é um dia especial é o dia das mães

Quem tem mãe, agradeça a Deus

Quem não tem, tá com Jesus

Mas nosso amor maior



[Assista ao vídeo](#)

Tá no que morreu na cruz.

Ooooooooooooo, ei boiiiiiiiiiiii!

Programa MEB chegou nesta região

Prá alfabetizar jovem e adulto

Lá a professora Teresinha Galvão

Está educando este povo

Para o futuro da nação.

Ooooooooooooo, ei boiiiiiiiiiiiiiiii!

Nas relações sociais que se estabelecem, fortalecidas pelos vínculos familiares, de amizade, de trabalho, de incentivo econômico e turístico, dentre outros, segue o depoimento de um educador do mesmo projeto, porém de outra localidade, que também participou do evento.

Logo nas primeiras horas da manhã dezenas de cavaleiros e amazonas vindos de várias regiões de Pedro II e de cidades vizinhas dos estados do Piauí e Ceará, começaram a chegar à cidade para o café da manhã, servido na Corrente Cajueiro, onde houve a recepção e a concentração para o início da Cavalgada de Pedro II. É importante destacar que a inscrição que garante a participação é gratuita e dá direito ao café da manhã, almoço e a participação em sorteios de vários prêmios. Além de alavancar o turismo de eventos e promover a interação com pessoas de outras cidades e até de outros estados, a Cavalgada impulsiona a economia local, gerando renda e promovendo o intercâmbio comercial. E não deixa de ser o resgate da cultura da vaqueirama que vem sendo trabalhado em Pedro II. – Wallace Uchôa

Pedro II, 8 de maio de 2022.

O começo de tudo

Somos o Grupo de Jovens do MEB em Santa Maria – DF. Iniciamos nossos encontros neste ano de 2022 e desenvolvemos Arte, Cultura e Lazer, além de contribuir com projetos sociais do MEB aqui na comunidade. Em preparação às festas juninas, as quais são muito valorizadas aqui no Distrito Federal, iniciamos um grupo de quadrilha com intuito de realizar uma apresentação local, apenas para a nossa paróquia São José. Este pequeno grupo de jovens logo se tornou praticamente uma família. A apresentação inicial da quadrilha foi um sucesso e tomou proporções gigantescas. O que começou com uma pequena iniciativa jovem, envolveu muitos jovens com a comunidade e a comunidade com os jovens de forma altamente positiva.

No decorrer das apresentações ganhamos muita visibilidade e recebemos elogios bem como críticas construtivas que ajudaram no nosso desenvolvimento em grupo. Notamos um impacto positivo, pois trouxemos a cultura para a nossa pequena Santa Maria e arredores.

No decorrer do crescimento batizamos a quadrilha de Família Arriúna. Conseguimos trazer mais jovens da comunidade e de fora dela. Com isso, muitos jovens se engajaram em atividades da paróquia e saíram das ruas.

Dessa forma, a Arriúna conseguiu trazer a cultura do Nordeste para esses jovens, em forma de músicas, danças, comidas e vestimentas típicas. Tudo gerou muita criatividade e estímulo para aprender cada vez mais. A Família Arriúna de forma indireta e direta ajudou e ajuda os jovens a sair da rua e ter acesso ao direito da cultura, do lazer e da convivência social.

*Cultura popular:
a riqueza
de um povo!*



[Assista ao vídeo](#)

Palavras de alguns integrantes da quadrilha:

- “Para mim a Arriúna foi de momentos altos e baixos, onde pude ver e conhecer novos pensamentos etc., e uma nova cultura”.
- “Para mim a Arriúna foi um pilar de construção de cultura e muita emoção”.
- “A Arriúna para mim representou um desenvolvimento social, onde conheci várias pessoas de diferentes idades, fora o êxtase e a emoção a cada final de apresentação com muita vibração”.
- “Arriúna para mim significa família e amizade”.
- “Foi uma ótima experiência e aprendi coisas novas e conheci uma galera bacana”.
- “A Quadrilha pra mim é algo impressionante e alegre, pois quando estamos juntos fazendo bagunça é algo surreal com a vibração e a alegria do público, etc. Todos sentimos essa emoção quando estamos apresentando, e claro temos nosso momento de choro, de alegria e ansiedade, mas sempre estamos juntos, como diz o ditado: “A união faz a força”. Assim é a nossa quadrilha estamos unidos no mesmo objetivo que é dançar com alegria e com um grande sorriso. A mensagem que eu quero passar é: Essa ARRIÚNA é maravilhosa. Obrigada por me dar essa honra de participar dessa quadrilha com vocês. A nossa quadrilha irá crescer daqui para frente”.

Grupo: Quadrilha Família Arriúna

